

REQUALIFICAÇÃO URBANA E EXCLUSÃO SOCIOESPACIAL

Estudo de caso do "Beiral" em Boa Vista (RR)

PÂMOLA ANDREIA LEMKE WALTER



EDITORA

2021



REQUALIFICAÇÃO URBANA E EXCLUSÃO SOCIOESPACIAL

Estudo de caso do "Beiral" em Boa Vista (RR)

REQUALIFICAÇÃO URBANA E EXCLUSÃO SOCIOESPACIAL

Estudo de caso do "Beiral" em Boa Vista (RR)

PÂMOLA ANDREIA LEMKE WALTER

BOA VISTA/RR
2021

Editora IOLE

Todos os direitos reservados.

A reprodução não autorizada desta publicação, no todo ou em parte, constitui violação dos direitos autorais (Lei n. 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.



EXPEDIENTE

Revisão
Elói Martins Senhoras
Francisleile Lima Nascimento

Capa
Abinadabe Pascoal dos Santos
Elói Martins Senhoras

Projeto Gráfico e Diagramação
Elói Martins Senhoras
Pâmola Andreia Lemke Walter

Conselho Editorial
Abigail Pascoal dos Santos
Charles Pennaforte
Claudete de Castro Silva Vitte
Elói Martins Senhoras
Fabiano de Araújo Moreira
Julio Burdman
Marcos Antônio Fávaro Martins
Rozane Pereira Ignácio
Patrícia Nasser de Carvalho
Simone Rodrigues Batista Mendes
Vitor Stuart Gabriel de Pieri

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO-NA-PUBLICAÇÃO (CIP)

Wa1 WALTER, Pâmola Andreia Lemke.

Requalificação urbana e exclusão socioespacial: Estudo de caso do "Beiral" em Boa Vista (RR). Boa Vista: Editora IOLE, 2021, 191 p.

Série: Geografia. Organizador: Elói Martins Senhoras.

ISBN: 978-65-993758-6-6
http://doi.org/10.5281/zenodo.4974530

1 - Boa Vista (RR). 2 - Exclusão Socioespacial. 3 - Geografia Urbana. 4 - Requalificação Urbana. I - Título. II - Senhoras, Elói Martins. III - Geografia. IV - Série

CDD – 900

A exatidão das informações, conceitos e opiniões é de exclusiva responsabilidade da autora.



EDITORIAL

A editora IOLE tem o objetivo de divulgar a produção de trabalhos intelectuais que tenham qualidade e relevância social, científica ou didática em distintas áreas do conhecimento e direcionadas para um amplo público de leitores com diferentes interesses.

As publicações da editora IOLE têm o intuito de trazerem contribuições para o avanço da reflexão e da *práxis* em diferentes áreas do pensamento e para a consolidação de uma comunidade de autores comprometida com a pluralidade do pensamento e com uma crescente institucionalização dos debates.

O conteúdo produzido e divulgado neste livro é de inteira responsabilidade dos autores em termos de forma, correção e confiabilidade, não representando discurso oficial da editora IOLE, a qual é responsável exclusivamente pela editoração, publicação e divulgação da obra.

Concebido para ser um material com alta capilarização para seu potencial público leitor, o presente livro da editora IOLE é publicado nos formatos impresso e eletrônico a fim de propiciar a democratização do conhecimento por meio do livre acesso e divulgação das obras.

Prof. Dr. Elói Martins Senhoras

(Editor Chefe)

Copyright © Editora IOLE
2021

PREFÁCIO

PREFÁCIO

Sinto-me honrado em prefaciar o livro “Requalificação urbana e exclusão socioespacial: Estudo de caso do ´Beiral´ em Boa Vista (RR)”. Faço-o na atitude de muita alegria e de uma forma bem especial. Toda ideia surgiu na disciplina de Geografia Urbana, tornou-se um projeto de Iniciação Científica, tema de Trabalho de Conclusão de Curso e, em seguida, Dissertação de Mestrado. Para quem prefacia tem geralmente a posição de quem apresenta ou até introduz o assunto de uma obra, apoiado em sua suposta capacidade e competência, em seu conhecimento. É sempre a postura de quem pode julgar a obra que está prefaciando e avalizá-la para o público a quem se destina.

Como produto de uma Dissertação de Mestrado, a pesquisa procurou analisar o processo de remoção dos moradores do “Beiral” como uma política pública adotada pelo poder público municipal partir da requalificação da área central de Boa Vista-RR. O livro permite ao leitor analisar esse processo de remoção e refletir sobre a requalificação urbana das áreas centrais, uma tendência de políticas públicas das grandes e médias cidades.

O livro traz como novidade a História Oral, uma metodologia que consiste em realizar entrevistas gravadas. Neste caso, realizou-se entrevistas com pessoas que vivenciaram toda a problemática do “Beiral”, buscando correlacionar a percepção desses moradores sobre o processo de remoção e o novo local de moradia. Nesta obra, a interdisciplinaridade se desenvolve, pois atende aos anseios de estudantes de graduação e pós-graduação da Geografia, da História, da Sociologia e da Arquitetura, superando a multidisciplinaridade.

O primeiro capítulo do livro traz um referencial teórico perpassando por importantes autores da Geografia brasileira que

discutem conceitos, como já ditos, multidisciplinares: espaço, espaço urbano, agentes promotores do espaço urbano, requalificação urbana e exclusão socioespacial. Milton Santos, Roberto Lobato Corrêa, Ana Fani Alessandri Carlos, Saint-Clair Cordeiro da Trindade Júnior, Gloria da Anunciação Alves, são exemplos desses autores importantes.

No segundo capítulo, encontraremos a Contextualização e a Caracterização do "Beiral" e dos bairros onde os moradores removidos da área central de Boa Vista-RR foram inseridos. O capítulo traz ainda uma breve caracterização de Boa Vista-RR, através de uma análise Geo-histórica dos bairros em que os antigos moradores do "Beiral" foram alocados. Para a construção desse capítulo, o livro traz importantes contribuições de autores locais como Antonio Tolrino de Rezende Veras (*in memoriam*), Lúcio Keury Almeida Galdino e Francisco Cândido.

No terceiro capítulo, o livro apresenta os resultados e a discussão a partir da pesquisa de campo com a aplicação de questionário e as narrativas obtidas através da História Oral, por meio das entrevistas concedidas pelos ex-moradores do "Beiral". Os dados foram analisados e transformados em gráficos facilitando o entendimento dos leitores.

Como toda obra, também esta, precisa ser lida tendo-se em consideração a riqueza específica de cada capítulo e a contribuição que podem trazer para cada área do conhecimento, na diversidade que apresenta.

Prof. Dr. Artur Rosa Filho

Universidade Federal de Roraima (UFRR)

O espaço geográfico não apenas revela o transcurso da história como indica a seus atores o modo de nela intervir de maneira consciente

Milton Santos

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO | 15

CAPÍTULO 1 |
Fundamentação teórica da pesquisa 35

CAPÍTULO 2 |
Produção e (re)produção do espaço urbano em Boa Vista-RR 67

CAPÍTULO 3 |
Resultados e discussão 101

CONSIDERAÇÕES FINAIS | 163

REFERÊNCIAS | 169

SOBRE A AUTORA | 183

INTRODUÇÃO

INTRODUÇÃO

Este livro é resultado de uma pesquisa de mestrado desenvolvido no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Roraima com a pesquisa aprovada pelo Comitê de Pesquisa em Ética e salvaguarda pelo Termo de Consentimento das Entrevistas, uma obra financiada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES.

O livro busca realizar um estudo sobre a remoção dos moradores do "Beiral" a partir da requalificação urbana no contexto da reprodução do espaço em Boa Vista-RR. Compreender os processos das transformações históricas e geográficas de Boa Vista, desde o princípio, até se tornar a capital do estado de Roraima, é de fundamental importância para analisarmos o espaço da área central da cidade, em especial o Caetano Filho, popularmente denominado de "Beiral".

A requalificação urbana visa o progresso quanto à qualidade de ambiente e de vida nas cidades, envolvendo a cultura, a habitação, o desenvolvimento social e a mobilidade. A implementação de programas urbanos revela a reutilização de infraestruturas existentes e a construção com objetivo de melhorar as suas condições de uso (SILVA, 2011). No entanto, essa requalificação urbana pode produzir no espaço urbano a exclusão socioespacial.

O "Beiral" está localizado entre os bairros Centro e Calungá. O seu nome é devido a sua localização à margem do rio Branco. Em 1940, a comunidade criou a Escola de Samba Unidos do "Beiral", reforçando a sua denominação, perpetuada até os dias atuais.

A margem direita do rio Branco foi povoada pelos criadores de gados e pescadores a partir da década de 1920 e, nos anos seguintes, pelos garimpeiros, assim produzindo e (re)produzindo a área urbana de Boa Vista-RR, de frente para o rio Branco (OLIVEIRA, 2008).

O "Beiral" nunca foi reconhecido como bairro pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE 2010), porém, para os moradores locais e a população boa-vistense, o "Beiral" tem *status* de bairro.

De acordo com Rodrigues (1999), para melhor compreender a dinâmica organizacional de cada sociedade, é preciso analisar o espaço, pois, em cada momento histórico e em cada lugar, a produção do espaço se dá de maneira diferenciada.

A política adotada pelo poder público municipal acabou por segregar os moradores removidos desta área, pois as indenizações recebidas ficaram com valores abaixo do esperado. Além disso, para uma parcela dessas famílias, o valor recebido não foi suficiente para comprar outro imóvel na área central devido ao alto custo de vida, porém, compraram em outros bairros distantes do centro, perdendo seu padrão de vida urbano.

As cidades médias refletem problemas no que concerne ao processo de reprodução do espaço urbano especialmente ao que diz respeito às formas de uso e ocupação dos solos.

Conforme a publicação da Prefeitura Municipal de Boa Vista - PMBV, em 2017 aproximadamente 250 casas haviam sido negociadas e demolidas pela Prefeitura de Boa Vista para iniciar a obra do Parque do Rio Branco.

Quanto aos moradores desta área, foram removidos e indenizados por área construída. Até agosto de 2018, um total de 281 famílias tinham sido indenizadas, e 39 foram beneficiadas com o aluguel social. Outras 20 famílias encontravam-se em negociações

com a prefeitura, sendo que, até o fim do ano retrocitado, todos os moradores haviam sido retirados.

Em abril de 2019, foi anunciada pela prefeita de Boa Vista a terceira fase da obra do Parque do Rio Branco, a qual teve como objetivo a revitalização e integração do "Beiral" à Orla de Boa Vista. O Parque do Rio Branco foi inaugurado no dia 20 de dezembro de 2020, com a estrutura divergente do projeto anunciado em 2017.

Como fundamento para toda essa alteração no "Beiral", a Administração Pública municipal sempre apontou a necessidade de adequação aos parâmetros modernos de construção (transporte/segurança/viabilidade urbana/urbanização/higiene).

Neste sentido, este livro propõe o seguinte questionamento: As famílias removidas para outros bairros aprovaram a política adotada pela prefeitura?

Para responder a essa questão, foi necessário analisar o processo de remoção dos moradores do "Beiral", verificar com os moradores removidos sobre a aprovação ou não da remoção, e se eles estão satisfeitos com o novo local de moradia ou não.

Enquanto campo do conhecimento, a Geografia evidencia sua especificidade e importância para a análise da dinâmica natural e humana no território. Diante disso, os avanços alcançados na abordagem geográfica, especialmente as novas metodologias e recursos tecnológicos aplicados à análise espacial, a participação do geógrafo, sobretudo no campo da pesquisa, têm muito a somar com esta proposta de investigação.

O "Beiral" foi alterado e modificado, provocando conflitos socioespaciais pela apropriação do espaço. Para Rosa Filho (2018, p. 18) "existe uma relação topofílica entre os moradores do "Beiral" e o rio Branco". É uma mistura com o senso de identidade cultural e o apego pelo lugar, os moradores do "Beiral" usavam o espaço como mercadoria e possuíam o estilo de vida dos povos ribeirinhos.

Nesse sentido, problemas como o da requalificação urbana, no que tange ao processo de remoção dos moradores da área central, resultam numa produção desigual do espaço urbano. Para Corrêa (1989), os agentes sociais são os proprietários dos meios de produção, os proprietários fundiários, os promotores imobiliários, o Estado e os grupos sociais excluídos.

No que tange aos múltiplos papéis do Estado, para Corrêa (2019, p. 45) "o Estado capitalista desempenha múltiplos papéis em relação à produção do espaço. Essa multiplicidade decorre do fato de o Estado constituir uma arena na qual diferentes interesses e conflitos se enfrentam".

Boa Vista é uma cidade média da Amazônia Setentrional, porém segue a mesma lógica das grandes cidades, como São Paulo e Rio de Janeiro. Sobre as alterações ocorridas em São Paulo, Alves (2016, p. 365) afirma que "houve também uma transformação no perfil dos usuários e moradores das regiões requalificadas". Houve uma segregação induzida, determinados moradores da área central foram removidos para outras áreas, bairros periféricos, após suas casas serem demolidas e outros tantos moradores foram indenizados, sendo que o valor oferecido era insuficiente para continuar morando no bairro central.

Sobre as intervenções e os conflitos, Alves (2016) afirma que, com a retirada dos moradores de cortiços e áreas impróprias, houve uma higienização socioespacial em São Paulo. Essas pessoas foram induzidas à periferia da cidade e/ou regiões metropolitanas de São Paulo. Para Carlos (2019, p. 68):

> A extensão do capitalismo realizou a generalização do espaço como propriedade privada, criando a contradição entre o espaço produzido enquanto valor de uso e o espaço produzido enquanto valor de troca, com a separação radical entre espaço público e

> privado e aprofundamento da segregação, bem como a relação entre o Estado que domina o espaço, produzindo-o enquanto homogêneo, e o modo de apropriação que se quer diferencial.

Nesse sentido, é fundamental compreender o processo da (re)produção do espaço urbano, a atuação dos agentes promotores do espaço urbano, os locais onde ocorrem as transformações nas paisagens, de forma que geram conflitos socioespaciais pelos diferentes interesses dos grupos que produzem esse espaço.

Posto isso, o presente livro tem como objetivo analisar o processo de remoção dos moradores do "Beiral" como uma política pública a partir da requalificação urbana da área central de Boa Vista-RR. Para isso, foi traçado uma escala temporal do período compreendido de 2017, quando se iniciaram as remoções dos moradores do "Beiral", a 2021, momento em que findamos a nossa obra.

A pesquisa subdivide-se em três capítulos, nos quais buscou identificar os bairros do município que receberam as famílias removidas do "Beiral", em função do processo de requalificação urbana da área central; verificar o grau de satisfação das famílias removidas em relação ao novo local de moradia; e correlacionar as mudanças em curso no "Beiral" com os processos de exclusão e segregação espacial de seus moradores originais.

No primeiro capítulo, a pesquisa é fundamentada com o referencial teórico que norteia o livro, com autores renomados da Geografia que discutem os conceitos: espaço, espaço urbano, agentes promotores do espaço urbano, requalificação urbana e exclusão socioespacial.

No segundo capítulo, apresenta-se a caracterização do "Beiral" e de alguns bairros onde estão localizados os antigos

moradores do “Beiral”. Neste capítulo é possível identificar onde os moradores removidos do “Beiral” estão inseridos, por meio do mapa e a caracterização desses bairros.

No terceiro capítulo, apresentam-se os resultados e discussão a partir da aplicação de questionário e as narrativas obtidas com a História Oral, por meio das entrevistas concedidas pelos ex-moradores do “Beiral”. Esse capítulo está subdividido em: resultados da aplicação dos questionários e História Oral dos moradores removidos do “Beiral”.

Por último, apresentam-se as Considerações Finais, em que foram expostas as dificuldades encontradas e apresentadas recomendações para que o livro possa ser empregado para os futuros estudos.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA

Certos de andar por um caminho que nos leve ao nosso objetivo, delineamos alguns métodos e técnicas de pesquisa que são parte da construção deste trabalho.

A realização da presente obra está sob a ótica da pesquisa descritiva, baseada na coleta de dados primários e secundários, com o intuito de levantar dados confiáveis para a elaboração do estudo proposto. No que tange à pesquisa descritiva, Gil (2009) afirma que sua finalidade principal é possibilitar a familiaridade com um problema, com vistas a torná-lo mais explícito e/ou construir hipóteses.

A metodologia está estruturada em área de estudo, método e técnicas (pesquisa bibliográfica, pesquisa documental, pesquisa de campo, tratamento de dados e análise dos resultados), e embasada

em autores renomados: Gil (2008), Lakatos; Marconi (2000), Malhotra (2001), Triviños (1987), Alberti (2005) e Portelli (1997).

CARACTERIZAÇÃO SOCIOESPACIAL DA ÁREA DE ESTUDO

O município de Boa Vista possui uma população estimada em 419. 652 habitantes, segundo o Censo Demográfico do IBGE (2020), a densidade demográfica é de 73.79 habitantes por km^2, sendo que 97,7% desses habitantes estão concentrados na área urbana, e 2,3% se encontram na zona rural.

Boa Vista tem vivenciado nos últimos anos uma intensa transformação na área central. A Orla Taumanan foi revitalizada e acompanhou a tendência arquitetônica contemporânea; Carlos (2018, p. 27) afirma que "a violenta transformação das áreas onde se estabelecem os novos projetos expulsa os residentes e implanta um padrão estético homogêneo".

O "Beiral" também acompanhou essa transformação, pois é uma área de frente ao rio Branco e próximo à Orla. O tradicional local dos pescadores e moradores antigos (figura 1), entre os anos de 2017 e 2020, vem sofrendo alterações constantemente, culminando com a remoção dos moradores para a construção do Parque do Rio Branco.

A população do centro de Boa Vista era de 5.140 habitantes, e a do Bairro Calungá de 2.236 habitantes (IBGE, 2010). O "Beiral" foi o local de moradia dos pescadores e ribeirinhos da capital e se encontra entre o centro e o Bairro Calungá, à margem do rio Branco.

Figura 1- Comércio do peixe regional no “ Beiral”



Fonte: Elaboração propria (WALTER, 2020). Nota: A: Comércio ativo; B: Comércio removido (2017).

Em 2013, a associação “Colônia dos Pescadores” contava com 700 pescadores associados com carteira e registro (figura 2). Essa organização iniciou suas atividades no ano de 1970, sendo legalizada em 1973, com 72 pescadores e foi criada para fortalecer esse grupo de trabalhadores e minimizar os problemas, como os atravessadores entre a pesca e a venda dos peixes regionais (FARIAS, 2014).

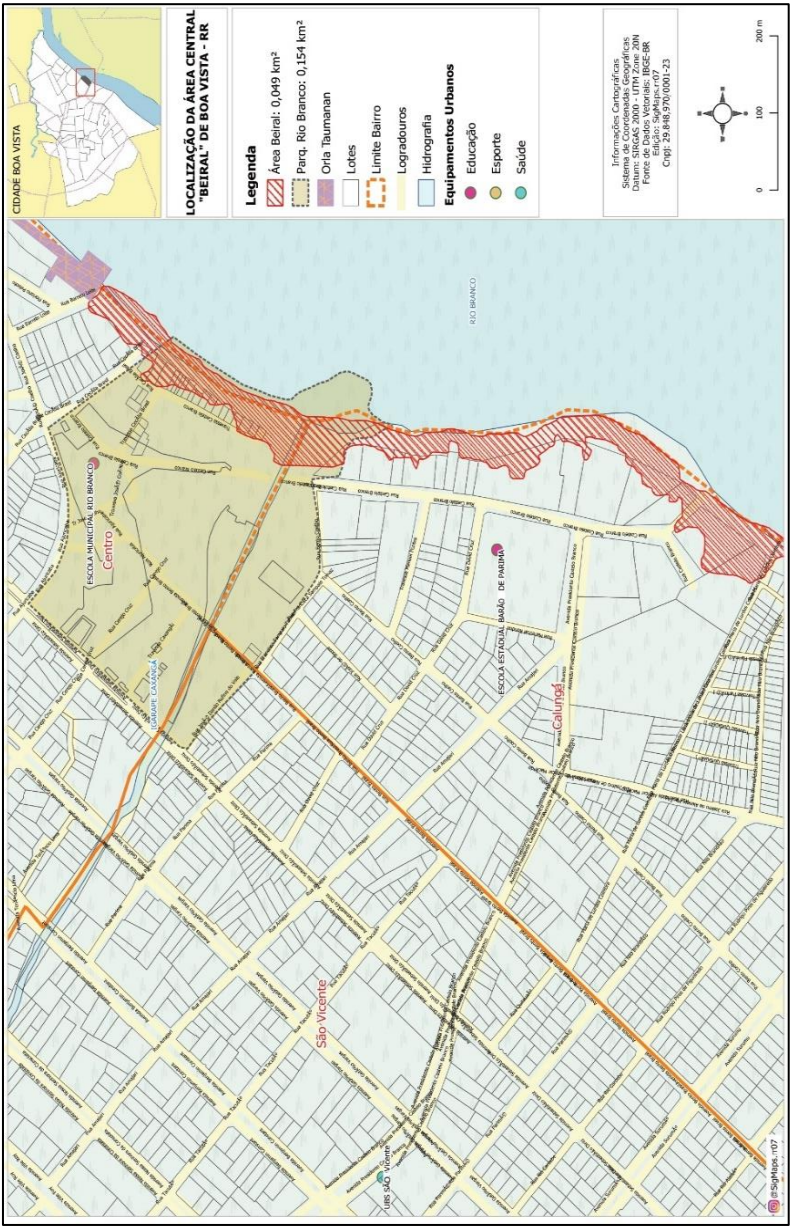
Figura 2 - Pescadores no rio Branco



Fonte: Leandro PX (2016).

No mapa 1 encontra-se a localização da área de estudo, o “Beiral” em Boa Vista-RR. A área destacada com hachurado vermelho segue toda extensão do “Beiral”, de frente para o rio Branco, desde a Orla Taumanan até o final do Bairro Calungá.

Mapa 1 - Localização da área central “ Beiral” de Boa Vista-RR



Fonte: Elaboração própria (WALTER, 2019).

No mapa 1 encontra-se a localização da área de estudo, o "Beiral" em Boa Vista-RR. A área destacada com hachurado vermelho segue toda extensão do "Beiral", de frente para o rio Branco, desde a Orla Taumanan até o final do Bairro Calungá. Deste local, em que havia maior concentração de moradores e pescadores, foi feita a remoção dos moradores.

Conforme o mapa 1, a área destacada em verde contempla a atual construção do Parque do Rio Branco, próximo da Orla Taumanan, incluindo parte do "Beiral", com maior densidade de habitação/comércio. Essa área de construção inclui a foz do Igarapé Caxangá e se localiza de frente ao rio Branco. Esta área possui 0,154 km^2, e atualmente se encontra na última etapa da construção do parque.

Os moradores desta área foram removidos durante os anos de 2017 e 2018 e, conforme a divulgação da Prefeitura Municipal, totalizaram-se 340 famílias. Desde esse período até o ano de 2020, estão sendo realizadas as obras de construção do Parque do Rio Branco, havendo a proposta de integrar o parque à Orla Taumanan. No mapa observa-se a área de construção do Parque do Rio Branco, o antigo "Beiral", a Orla Taumanan e os limites de bairros.

MÉTODO E TÉCNICAS

O método se constitui no caminho de construção do discurso científico. Ele é a trajetória que o pesquisador percorre para conhecer o objeto. Sendo assim, este livro será desenvolvido sob a ótica da pesquisa descritiva, a qual "exige do investigador uma série de informações sobre o que deseja pesquisar, informações para obter os resultados e atingir os objetivos da presente pesquisa" (TRIVIÑOS, 1987 *apud* GERHARDT; SILVEIRA, 2009, p. 35).

Esse tipo de estudo pretende descrever os fatos e fenômenos de determinada realidade.

Para atingir os objetivos propostos, definiu-se o método hipotético-dedutivo. O método hipotético-dedutivo foi definido por Karl Popper a partir de críticas à indução, expressas em "A lógica da investigação científica", obra publicada pela primeira vez em 1935 (GIL, 2008).

O método hipotético-dedutivo consiste na adoção da seguinte linha de raciocínio:

> [...] quando os conhecimentos disponíveis sobre determinado assunto são insuficientes para a explicação de um fenômeno, surge o problema. Para tentar explicar as dificuldades expressas no problema, são formuladas conjecturas ou hipóteses. Das hipóteses formuladas, deduzem-se consequências que deverão ser testadas ou falseadas. Falsear significa tornar falsas as consequências deduzidas das hipóteses. Enquanto no método dedutivo se procura a todo custo confirmar a hipótese, no método hipotético-dedutivo, ao contrário, procuram-se evidências empíricas para derrubá-la (GIL, 2008, p.12).

As hipóteses tornam-se as "supostas verdades" ou "meias verdades", sobre os fenômenos que foram problematizados enquanto objeto de estudo científico, dadas à verificação por meio de experimentações e testes. Compreende-se que esse método pressupõe as bases teóricas dedutíveis a fenômenos particulares que refutarão ou corroborarão com a teoria em teste. Nesse caso, "a observação é precedida de um problema, de uma hipótese, enfim, de algo teórico" (Lakatos; Marconi, 2000, p. 75). Esse método vem

contribuir para a criação de novos pressupostos teóricos para a pesquisa científica.

Conforme o perfil de análise e as necessidades das etapas da pesquisa, é utilizada na obra a abordagem hipotético-dedutiva. Iniciou-se com a formulação de um problema, a fase seguinte foi a elaboração da hipótese, e essa hipótese foi utilizada para fazer o prognóstico. Por fim, a hipótese foi comprovada ou não por meio de testes, experimentos e observações.

Neste livro foi empregado a abordagem qualitativa, Godoy (1995) mostra que essa abordagem ocupa um lugar significativo entre as várias possibilidades de estudar os fenômenos que envolvem os seres humanos e suas relações sociais estabelecidas em diversos ambientes.

Segundo Malhotra (2001, p. 155), "a pesquisa qualitativa proporciona uma melhor visão e compreensão do contexto do problema". Conforme Triviños (1987), a abordagem da pesquisa de cunho qualitativa busca explicar sua origem, relações e mudanças, capta a aparência do fenômeno e sua essência.

Para atingir os objetivos propostos no livro, seguir-se-ão os passos que estão descritos nos tópicos a seguir:

PESQUISA BIBLIOGRÁFICA

A pesquisa bibliográfica é uma fonte secundária, compreende-se que é uma etapa importante no projeto, premissas que foram consideradas durante toda o livro. Neste processo de pesquisa, alguns autores foram destacados por terem estudado/produzido conteúdos relacionados à requalificação urbana e à exclusão socioespacial.

Para as discussões dos temas apresentados, foram importantes as contribuições dos autores Ana Fani Alessandri Carlos (2011), Milton Santos (2012), Roberto Lobato Corrêa (1995), Marcelo Lopes de Souza (2011), Glória da Anunciação Alves (2011), Saint-Clair Cordeiro da Trindade Júnior (2010), Antonio Tolrino de Rezende Veras (2009), entre outros.

PESQUISA DOCUMENTAL

A pesquisa documental foi realizada em fontes coletadas em bibliotecas públicas, órgãos da Prefeitura de Boa Vista, banco de dados, e ainda através de documentos oficiais em arquivos do governo que sejam de domínio público. A pesquisa documental deu-se em projetos de lei da prefeitura, em associações, em igrejas, em ofícios e relatórios. A análise documental constitui uma técnica importante na pesquisa qualitativa, seja complementando informações obtidas por outras técnicas, seja desvelando aspectos novos de um tema ou problema.

A pesquisa documental iniciou-se com a entrega de ofícios à Secretaria Municipal de Gestão Social – SEMGES e à Secretaria Municipal de Projetos Especiais – SMPE, como também à responsável pelo Programa Braços Abertos, com o objetivo de obter informações acerca das famílias removidas do "Beiral": documentos, arquivos e o Projeto que fundamentou a remoção dos moradores.

PESQUISA DE CAMPO

A primeira etapa da atividade de campo se deu por meio de observação. Caminhar pelas ruas, pelo trajeto onde ocorreu a

remoção dos moradores do “Beiral”, conhecer os comércios ainda existentes e conversar informalmente com as pessoas foram ações que ajudaram na compreensão da realidade local, bem como na observação de certos aspectos da cultura e da organização social do lugar.

Na segunda etapa da atividade de campo, realizaram-se registros fotográficos do centro de Boa Vista, com ênfase no “Beiral”, foco das observações. Utilizamos também fotos de outras fontes (jornais, documentos oficiais e particulares). Apesar de ter havido a pesquisa documental em órgãos públicos, o levantamento fotográfico do pesquisador foi fundamental para registrar os diversos aspectos da paisagem, bem como o entendimento da realidade local pôde ser facilitado por esses registros.

A elaboração dos questionários compôs a terceira etapa do livro de campo, visando coletar dados primários, sendo que os questionários semiestruturados foram elaborados pela própria pesquisadora, com o objetivo de obter informações sobre a localização dos ex-moradores do “Beiral”. Para cumprir as próximas etapas, o projeto foi submetido e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa - CEP da UFRR.

A quarta etapa da pesquisa de campo foi mapear a localização das famílias do “Beiral” que foram removidas para outros bairros da cidade, bem como, verificar as percepções dessas famílias quanto à remoção da área central da cidade. Para realizar esta etapa, foi utilizada a técnica de amostragem “bola de neve”. O termo “bola de neve” é usado para representar um método de amostragem que se baseia em um participante recrutar amigos e conhecidos a partir de sua própria população. É uma técnica utilizada para populações cujos pesquisadores não têm seus endereços, o caso das famílias que foram removidas do “Beiral”.

Esta etapa foi para aplicar os questionários para as famílias removidas do “Beiral”, que, segundo a Prefeitura de Boa Vista, foram 340. Tendo uma amostragem não probabilística, aplicaram-se para 8 representantes das famílias mapeadas. O questionário foi semiestruturado com perguntas abertas e fechadas conforme o apêndice A. O questionário foi aplicado no período de 20 de fevereiro de 2020 a 10 de março de 2020, com o objetivo de identificar onde os ex-moradores do “Beiral” estão inseridos, observando-se a concentração desse público na zona oeste de Boa Vista.

Na quinta etapa da pesquisa de campo, realizamos entrevistas com os moradores mais antigos do “Beiral” e também com aqueles que moram no entorno, a fim de valorizar as memórias sobre este local. Para a adequada utilização das entrevistas, contou-se com auxílio dos conhecimentos da História Oral, visto que permitiu a obtenção de conhecimento sobre os moradores do “Beiral”. Observe-se ainda que a entrevista foi realizada a partir da interação entre entrevistado e entrevistadora.

Quanto à utilização de relatos orais sistemáticos, os autores afirmam que o “uso sistemático do testemunho oral possibilita à história oral esclarecer trajetórias individuais, eventos ou processos que às vezes não têm como ser entendidos ou elucidados de outra forma...” (AMADO; FERREIRA, 2006. p. 14).

Destaca-se que a entrevista foi realizada de forma semidirigida, visto que este método possibilita melhor fluência entre o entrevistador e o entrevistado, sem que se perca a espontaneidade de ambos. Para realizar esta etapa, foi apresentado ao entrevistado, e assinado por ele, um termo de “Cessão gratuita de direitos de entrevista gravadas em áudio” e um “Termo de Consentimento Livre e Esclarecido” – TCLE”.

As entrevistas foram agendadas com 5 ex-moradores do "Beiral" e, diante das circunstâncias do ano de 2020, período de pandemia, desde o mês de março/20, os diálogos foram realizados com distanciamento de 2 m entre os envolvidos, e em local aberto, gravados com smartphone, e posteriormente transcritos na íntegra, conforme as informações fornecidas por cada entrevistado (a).

Para Alberti (2005, p. 31) "a escolha dos entrevistados não deve ser predominantemente orientada por critérios quantitativos, por uma preocupação por amostragens, e sim a partir da posição do entrevistado do grupo". Assim, convém escolher os entrevistados a partir das convivências, suas experiências, sua interação com as ocorrências ligadas ao tema e que possam fornecer depoimentos significativos.

A escolha desses entrevistados foi guiada a partir dos objetivos do livro. Foi possível escolher cinco representantes para a entrevista após um levantamento de contato e identificação dos seus endereços; assim, as escolhas foram feitas a partir das suas experiências, do seu posicionamento e influência no "Beiral".

A forma de entrevista pela metodologia da História Oral "permite articular o passado no presente, desenvolver a arte dialógica entre entrevistado e entrevistador, desenvolver no entrevistador a arte de ouvir" (TEDESCO, 2004, p. 116).

Para Portelli (1997), as fontes orais nos contam não apenas o que o povo fez, mas o que ele desejava fazer, o que acreditava estar fazendo e o que está fazendo atualmente, a narrativa revela um grande empenho na relação do relator com a sua história. Ainda de acordo com Portelli (1997, p. 7), "as entrevistas sempre revelam eventos desconhecidos ou aspectos desconhecidos de eventos conhecidos: elas sempre lançam nova luz sobre áreas inexploradas da vida diária das classes não hegemônicas".

TRATAMENTO DE DADOS E ANÁLISE DOS RESULTADOS

Os dados coletados com a aplicação de questionário foram tabulados e transformados em gráficos a partir da utilização do software Microsoft Excel 2010. Os mapas foram elaborados utilizando o ambiente de Sistema de Informações Geográficas - SIG no software ArcGis.

O processo de confecção dos mapas partiu do levantamento da base cartográfica da cidade de Boa Vista, com dados para identificar o "Beiral", os limites dos bairros, as quadras e os arruamentos no site do IBGE.

Nesta etapa, os dados coletados na pesquisa de campo receberam tratamento através de mapas e gráficos. Foi montado um banco de dados georreferenciados em Excel, que foi mapeado com o uso do software ArcGis.

A entrevista com a metodologia de História Oral traz subjetividade para a análise, permitindo articular os testemunhos e as memórias com os outros materiais coletados, como documentos da prefeitura, fotos e noticiários de jornais. Com o roteiro, captou-se a experiência, a percepção da experiência (significado), a memória do lugar e a relação espacial, sendo que o roteiro foi baseado nas questões apresentadas no questionário.

Na última etapa, realizou-se a escrita e a revisão das partes anteriores. Após o cumprimento das etapas, o livro foi estruturado para ser publicado como resultado da Dissertação de Mestrado em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de Roraima.

CAPÍTULO 1

Fundamentação teórica da pesquisa

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA DA PESQUISA

Pretende-se, neste capítulo, expor ao leitor conceitos de espaço, espaço urbano, requalificação urbana e os agentes promotores do espaço, baseado em abordagens de autores brasileiros e internacionais renomados, com temas que contribuem para a compreensão da produção do espaço urbano em Boa Vista-RR. Buscou-se, então, apoio em autores como: Milton Santos, David Harvey, Henri Lefebvre, Roberto Lobato Corrêa, Ana Fani Alessandri Carlos, Gloria da Anunciação Alves e Saint-Clair Cordeiro da Trindade Júnior.

CONCEITO DE ESPAÇO

A Geografia possui seus conceitos-chaves: espaço, paisagem, região, lugar e território, com objetivo de estudar a sociedade e a sua interação com o meio ambiente. Corrêa (2012) aborda o espaço geográfico como um conceito diferente daquele adotado pelas diversas correntes do pensamento geográfico. Primeiramente, como o espaço foi concebido na Geografia Tradicional, que precedeu a Geografia Teorética-quantitativa; esta, por sua vez, antecede a Geografia fundada no materialismo histórico e dialético e, por final, a Geografia Humanista e Cultural.

Para Corrêa (2012) o espaço na Geografia Tradicional não era considerado um conceito-chave; os principais conceitos abordados eram a paisagem, região natural e região-paisagem. O conceito de espaço ascende, e o de paisagem é deixado de lado; o de região se torna específico para definir unidades espaciais conforme procedimentos de divisão lógica com base nas técnicas estatísticas.

Conforme Corrêa (2011):

> A geografia tradicional em suas diversas versões privilegiou os conceitos de paisagem e região, em torno deles estabelecendo-se a discussão sobre o objeto da geografia e a sua identidade no âmbito das demais ciências. Assim, os debates incluíam os conceitos de paisagem, região natural e região-paisagem, assim como os de paisagem cultural, gênero de vida e diferenciação de áreas (CORRÊA, 2011, p. 17).

A abordagem teorética-quantitativa, calcada no positivismo lógico, no período da década de 1950, "introduziu profundas modificações na Geografia, adotou-se a visão da unidade epistemológica da ciência, unidade calcada nas ciências da natureza, mormente a Física". O raciocínio hipotético-dedutivo foi, em tese, consagrado como aquele mais pertinente e a teoria foi erigida em culminância intelectual (CORRÊA, 2011, p. 20).

Ainda com base em Corrêa (2012), no período da década de 1970, surge a Geografia crítica fundada no materialismo histórico e dialético. Este foi um marco na Geografia: de um lado rompe com a Geografia Tradicional e, de outro, com a Geografia teorética-quantitativa. Esta época é de intensos debates entre geógrafos marxistas e os não marxistas. A forma de análise do espaço é inovada e reaparece como conceito-chave. Os autores Lefebvre e Santos são destaques com suas obras.

Para Lefebvre (1991) o espaço é um conceito que une o mental e o cultural, o social e o histórico, com os quais se produz simultaneamente a descoberta, a produção e a criação.

Segundo o autor, a organização do espaço na área central é concentrada e convém ao poder político e à produção,

concomitantemente, visando os benefícios correlatos. Quanto às classes sociais, elas se organizam em hierarquia nos espaços ocupados. Conforme Lefebvre (1976, p. 25), "o espaço é o *locus* da reprodução das relações sociais de produção".

E Corrêa (2011), baseado na Geografia Humanística e cultural, resgata a matriz historicista, assim o conceito espaço adquire o sentido de espaço vivido, e a paisagem se torna um conceito revalorizado.

O espaço não pode ser considerado um "produto" qualquer, mas, sim, um conjunto de relações. O espaço social é considerado uma superestrutura, é o resultado das forças produtivas (divisão do trabalho) e das estruturas (LEFEBVRE 1991).

As obras de Milton Santos são inspiradas em Lefebvre, e em sua condição de espaço social. Santos (2012) considera que o espaço é formado pelas coisas, objetos geográficos naturais e artificiais e, sobretudo, pela sociedade, ou seja, o espaço é a soma da paisagem e da sociedade e uma está contida na outra.

As contribuições de Milton Santos são fundamentais para o entendimento do estudo do espaço. Em sua obra Espaço e Método (2012), ele propõe uma abordagem holística na qual estejam interligadas categorias dialeticamente; assim se compreenderá o total, nessa perspectiva:

> Forma, função, estrutura e processo são quatro termos disjuntivos, mas associados, a empregar segundo um contexto do mundo de todo dia. Tomados individualmente, representam apenas realidades parciais, limitadas do mundo. Considerados em conjunto, porém, e relacionados entre si, eles constroem uma base teórica e metodológica a partir da qual podemos discutir os

> fenômenos espaciais em totalidade (SANTOS 2012, p. 71).

Conforme Castells (1983, p. 181), "o espaço é um produto material em relação com outros elementos materiais — entre outros, os homens, que entram também em *relações sociais determinadas*, que dão ao espaço uma forma, uma função, uma significação". Portanto, ele é uma expressão do conjunto histórico de uma sociedade, assim como:

> Trata-se então de estabelecer, da mesma maneira que para qualquer outro objeto real, as leis estruturais e conjunturais que comandam sua existência e sua transformação, bem como a especificidade de sua articulação com outros elementos de uma realidade histórica (CASTELLS, 1983, p. 182).

Na acepção de Gottdiener (2010, p. 127),

> […] o espaço não pode ser reduzido apenas a uma localização ou às relações sociais da posse da propriedade — ele representa uma multiplicidade de preocupações sociomateriais. O espaço é uma localização física, uma peça de bem imóvel, e ao mesmo tempo uma liberdade existencial e uma expressão mental.

Em seu livro Espaço e Método, Santos (2012) conceitua que o espaço possui elementos como o homem, firmas, instituições, meio ecológico e infraestruturas, pois o espaço está em constante evolução, resultado de ação de fatores externos e de fatores internos.

A evolução quanto ao uso do espaço deve-se à difusão dos métodos de produção científica.

Ainda, segundo o autor, o espaço é um produto social em constante processo de transformação. A sociedade faz parte do espaço e determina sua realidade; assim, o espaço é o resultado do processo de produção. O espaço é o *locus* da produção, sem produção não há espaço e vice-versa, o espaço é uno e total.

Para Santos (1990, p. 162), "produzir e reproduzir espaço são duas coisas inseparáveis. Pela dinâmica de produção o homem altera a natureza primeira ou natureza bruta, socializando-a [...]". É por isso que o espaço é criado como natureza social, natureza transformada, natureza segunda.

Conforme Santos (1988, p. 21),

> Todos os espaços são geográficos porque são determinados pelo movimento da sociedade, da produção. Mas tanto a paisagem quanto o espaço resultam de movimentos superficiais e de fundo da sociedade, uma realidade de funcionamento unitário, um mosaico de relações, de formas, funções e sentidos.

Souza (2011) considera que: outros fatores além do econômico devem ser considerados nas separações dos grupos, como o pertencimento a grupos étnico, cultural-linguístico, religioso, assim definidos nos espaços da cidade. A segregação residencial induzida sempre existiu ao longo da história da urbanização; grupos menos favorecidos são forçados a viverem em áreas piores, sem estrutura, áreas mais insalubres, esses são excluídos dos espaços reservados para a classe dominante da sociedade.

Carlos (2011) explica a produção do espaço quando se dá a existência da propriedade, como é sua relação do trabalho, quem são os produtores e os consumidores. Explica ainda a forma como os produtos do trabalho são distribuídos. A autora considera que as ciências sociais reduziram o espaço ao estudo das relações sociais.

A Geografia, em sua raiz grega, significava realizar a descrição da terra em época de exploração do mundo. Houve uma renovação da Geografia: hoje o espaço é estudado a partir da relação homem-natureza e, desse modo, é produzido o espaço, a natureza em um mundo social.

Para Carlos (2008), o espaço é um capital com valor de uso e de troca como condição para produção, ou seja, no processo de produção o uso do solo é propriedade privada. O ser humano, para suprir suas necessidades básicas, precisa ocupar um lugar no espaço. A partir disso, ele não só ocupa, mas também produz o lugar, assim se dá a produção e (re) produção do espaço urbano.

Segundo Veras (2009), a dinâmica da produção do espaço, realizada pelo homem ao longo de sua formação, contribuiu para que ele escrevesse sua história, que é ao mesmo tempo a história do trabalho produtivo e a história do espaço. Essa dinâmica destina-se a cumprir funções diferenciadas em sintonia com as necessidades de reprodução das relações sociais de produção e da divisão social do trabalho.

Enfim, essas contribuições conceituais são úteis para compreender o espaço e como acontece a produção e a reprodução em um contexto urbano. É primordial, para a percepção deste tema ter a noção do espaço geográfico como a morada do homem, bem como assimilar suas dimensões, conforme exposto neste estudo. Ainda para auxiliar na compreensão do tema, são apresentados a seguir outros conceitos importantes, como espaço urbano, requalificação urbana e exclusão socioespacial.

ESPAÇO URBANO

O espaço urbano e como ele é formado é objeto de estudo da Geografia Urbana. O espaço urbano é caracterizado por Corrêa (1995) como um conjunto de diferentes tipos de uso do solo, consolidado nas formas espaciais, tais como: o centro da cidade, onde há a concentração de comércios e serviços; as áreas residenciais e as áreas industriais. E quem produz o espaço urbano são os proprietários de indústrias, proprietários fundiários, os promotores imobiliários, o Estado e os grupos sociais excluídos.

De acordo com Clark (1991, p. 19), "o objetivo e a natureza da Geografia Urbana podem ser melhores exemplificados através de referências aos dados sobre cidades, que tipicamente formam o ponto de partida para o estudo geográfico urbano".

Segundo Beaujeu-Garnier (1995), o espaço urbano é um local modificado pelo homem, e a transformação ocorre mutuamente, sendo que o homem também pode sofrer modificação conforme o espaço.

No livro "A (Re)Produção do Espaço Urbano", Carlos (2008) utiliza-se da argumentação de que a localização do uso do solo é fragmentada e disputada pelos grupos da sociedade, mediado pelo mercado, conforme as condições financeiras, que, por sua vez, geram conflitos entre os indivíduos. Tal organização será expressa na desigualdade da paisagem urbana.

Ainda segundo Carlos (2008), a segregação espacial é consequência dessa articulação do poder sobre o solo, onde há a desigualdade socioeconômica, pois, o espaço apropriado é uma mercadoria e torna-se propriedade privada.

Outro fator importante na Geografia Urbana é apontado por Souza (2011): uma cidade, ao crescer, vê aumentando a distância

em relação ao seu centro; com a culminância do crescimento demográfico surgem importantes subcentros de comércios e serviços. O referido autor conclui afirmando que o Centro Histórico, local onde foi fundada a urbe e possui valor histórico-arquitetônico, muita das vezes perde o seu prestígio, sendo trocado pelos prestadores de serviços e comerciantes que se instalam nos subcentros, mais próximos dos consumidores.

Carlos (2008) constata que as classes com maior poder aquisitivo habitam as melhores áreas, próximas do centro, onde se situam as prestadoras de serviços, os comércios e o amparo com boa infraestrutura. Outra opção para os indivíduos com poder aquisitivo é morar em lugares mais reservados e distantes, com espaço para lazer, arborização e silêncio, movimento promovido pelo setor imobiliário.

Existe uma tendência nas cidades onde os centros são deteriorados: abrigar moradores de rua e usuários de drogas. Aqueles que não têm condições de adquirir moradia se abrigam em locais insalubres e impróprios, como morros, favelas e margens de rios.

Há uma perspectiva da manutenção de centralidades com ênfase na reprodução social. Alves (2018, p. 150) afirma que “nas centralidades já constituídas e hierarquicamente tidas como Centros, a exemplo do Centro Histórico da cidade de São Paulo, encontramos ações que buscam requalificar o espaço de modo que possa ser atrativo a novos investimentos na área”. Nos projetos de requalificação, há uma tendência de expulsar ou afastar os moradores de baixa renda, transeuntes e os usuários do comércio local.

Alves (2018) explicita em seus pressupostos que os moradores da área central são deslocados para as periferias, áreas estas que, com a expansão urbana se tornam subcentros, e que

concentram o essencial para a realização das necessidades básicas do cotidiano. Com a chegada de investimentos, estas mesmas áreas segregam os moradores com baixo poder aquisitivo, pelo aumento do valor dos imóveis e aluguéis, resultando em um novo deslocamento da população para as novas periferias que se constituem nas bordas da cidade.

Conforme Santos (1993, p. 10),

> A cidade em si, como relação social e como materialidade, torna-se criadora de pobreza, tanto pelo modelo socioeconômico, de que é o suporte, como por sua estrutura física, que faz dos habitantes das periferias (e dos cortiços) pessoas ainda mais pobres. A pobreza não é apenas o fato do modelo socioeconômico vigente, mas, também, do modelo espacial.

Carlos (2015) assinala que "a violenta transformação das áreas onde se estabelecem os novos projetos expulsa os residentes e implanta um padrão estético homogêneo". Pode-se observar que no centro de Boa Vista há essa transformação à qual Carlos se referiu, na qual o concreto e vidro são inseridos para dar a imagem de contemporâneo, como, por exemplo na Orla Taumanan, no Restaurante Riu e no mais recente projeto, o Parque do Rio Branco.

O uso do solo na área urbana é o reflexo das relações sociais de produção, e o mercado é uma conexão para o acesso à propriedade privada, a partir do pagamento do valor da terra. Carlos (2008, p. 84) afirma: "...a cidade é também uma forma de apropriação do espaço urbano produzido". No Brasil a desigualdade é intensa, há uma contradição entre a produção da riqueza e a geração da pobreza a partir do uso do solo.

Como descrito por Corrêa (2001), o espaço urbano é como um mosaico, um espaço fragmentado, consequência das diferenciações no uso do solo e da paisagem. Uns para indústrias e residências, e outros para favelas, existindo também as áreas vazias, locais propícios para uma futura expansão (especulação imobiliária).

Além disso, o autor afirma que a fragmentação do espaço urbano não é inerte ou fixa, os espaços são utilizados, recriados e requalificados, tornando o espaço dinâmico. O espaço urbano é articulado além de ser fragmentado. Uma parte da cidade é interligada com a outra, e a gestão dessa articulação fica ao desígnio da área central da cidade. Essas articulações (relações espaciais) são de natureza social, um envolvimento da sociedade e dos lugares.

Corrêa (2001) reafirma que o espaço urbano capitalista é desigual, tanto ao social quanto ao locacional; o espaço urbano é fragmentado, articulado, ele é transformado no cotidiano e a desigualdade permanece.

O espaço urbano é caracterizado conforme os diversos tipos de uso do solo, esses usos na urbe podem ser comerciais, residenciais, áreas institucionais, de serviços e aquelas destinadas para a expansão da cidade. “Este conjunto de usos da terra é, em realidade, a organização espacial da cidade ou, simplesmente, o espaço urbano, que aparece assim como espaço fragmentado” (CORRÊA, 1989, p. 7).

Ainda segundo afirmação de Corrêa (2001), a área central de uma metrópole urbana é onde se concentram as principais atividades comerciais, fluxo de transportes interurbanos e intraurbanos e as prestadoras de serviços. O processo de centralização se dá pelo capitalismo industrial.

AGENTES PROMOTORES DO ESPAÇO URBANO

Para apresentar os agentes promotores do espaço urbano, será levada em consideração a contribuição conceitual de autores como Corrêa (2012) e Capel (1974). A produção do espaço urbano, seja o da rede urbana ou o intraurbano, para Corrêa (2012, p. 43) "é a consequência da ação de agentes sociais concretos, históricos, dotados de interesses, estratégias e práticas espaciais próprias, portadores de contradições e geradores de conflitos entre eles mesmos e com os outros segmentos da sociedade".

Para Capel, os agentes e estratégias da produção do espaço urbano são:

> A produção do espaço urbano é o resultado das práticas de alguns agentes que atuam no quadro do sistema capitalista utilizando os mecanismos jurídicos de que dispõem ou realizando as suas ações fora desses mecanismos e obtendo posteriormente a correspondente sanção legal (CAPEL, 1974, p. 19).

A produção do espaço e os seus agentes sociais estão inseridos conforme o tempo e o espaço de cada formação socioespacial capitalista. Em consequência de suprir suas necessidades e as possiblidades existentes. E os agentes são aqueles que materializam esse processo, tendo como resultado um ambiente construído. Os agentes sociais e os processos sociais são inseparáveis, uma vez que são elementos essenciais da sociedade e da sua dinâmica (CORRÊA, 2012). "A desigualdade socioespacial também não desaparece: o equilíbrio social e da organização espacial não passa de um discurso tecnográfico, impregnado de ideologia" (CORRÊA, 1989, p. 12).

E surge o questionamento: quem são os agentes sociais que produzem e reproduzem o espaço urbano? Segundo Roberto Lobato Corrêa (2012), os agentes promotores do espaço urbano são: "Os proprietários dos meios de produção, os proprietários fundiários, os promotores imobiliários, o Estado e os grupos sociais excluídos". Essas tipologias foram elaboradas por Capel (1974), Bahiana (1978) e, mais atualmente, por Corrêa (1989; 2012).

Os proprietários dos meios de produção

Corrêa (1989) afirma que os proprietários de indústrias e das grandes empresas comerciais são produtores e consumidores do espaço urbano, em razão da grandeza das suas atividades e necessidade de uma área expandida.

Do ponto de vista de Corrêa (1989), quanto aos fatores de crescimento urbano, podemos deduzir que a localização dos meios de produção exerce papel fundamental na organização e evolução da área urbana. Mas a mesma organização do tecido urbano é afetada pelas decisões e as estratégias dos proprietários dos meios de produção e, em geral, das grandes empresas industriais e de serviços.

Os proprietários dos meios de produção utilizam as estratégias para satisfazer as suas necessidades, como a tomada de uma grande área do terreno, local de fácil acesso para recebimento dos materiais e escoamento do produto, além da acessibilidade dos pretensos consumidores. Capel expõe essa estratégia a seguir:

> A indústria, cujas vantagens de localização no espaço urbano já apontamos, apresenta uma série de demandas quanto ao uso do solo. Trata-se

> essencialmente da necessidade de grandes espaços para as suas instalações e, se possível, de futuras ampliações, e de determinados requisitos de localização, no que diz respeito às redes de comunicação e outras infraestruturas. Portanto, precisa de grandes parcelas e uma localização estratégica relativamente determinada (CAPEL, 1974, p. 24).

Corrêa (2012) afirma que para as empresas industriais, aquelas que se apropriam de um terreno da periferia para finalidade de produção, como mina de água ou áreas semelhantes, com propósito de futuras instalações, o vínculo com a terra é temporário.

Conforme Corrêa (2012), "uma empresa industrial, pode criar subsidiárias e investir na produção de imóveis ou na criação de loteamentos". Os bairros residenciais com status sociais elevados e distantes do local da empresa são uma prática constante e resultam em uma produção de espaços diversificados na cidade.

Nas cidades grandes ou metrópoles, onde a atividade industrial é expressiva, a influência dos proprietários das indústrias sobre o espaço urbano se concretiza por meio da criação de áreas fabris em diversos locais da cidade, longe dos bairros nobres e próximos das áreas dos operários. Deste modo, as fábricas têm ação sobre toda a área urbana, inclusive na localização de outros usos da terra (CORRÊA, 1989).

Conforme o autor supramencionado, a necessidade de terra industrial abundante, que atenda às condições de localização exigida, e que ao mesmo tempo seja barata, determina a estratégia das empresas, visando evitar a especulação do solo. Este processo conduz inevitavelmente a um conflito com os proprietários dos terrenos, que desejam dedicar o solo de sua propriedade a outros usos lucrativos, ou para moradias, ou mesmo especular com as terras

industriais já equipadas, mantendo a oferta com os que entram e obtendo pretensos ganhos devido ao fato de estar em uma grande aglomeração.

Capel (1974) afirma que, as grandes empresas industriais possuem realmente um papel decisivo na configuração do tecido urbano. E deve ser mencionado que este papel é desempenhado ativamente, já que de fato as empresas também são agentes especuladores do solo. O processo de liberação industrial promovido pelas grandes indústrias em Barcelona, Madri e demais metrópoles, desempenha a estratégia de firmar um papel fundamental, já que essa dinâmica permite a estas empresas espaços maiores para ampliações de suas instalações.

Proprietários Fundiários

Os proprietários de terra agem para adquirir a maior quantidade de terra e ter mais rendas fundiárias de suas propriedades; para Corrêa (2012), os possuintes de terras na periferia rural-urbana tendem a deixar de produzir agricultura para esperar a valorização da área, para fins de loteamento urbano. Tal ação faz com que aconteça a expansão urbana, uma conversão das terras rurais em terras urbanas, esperando-se que as terras urbanas sejam mais valorizadas do que as rurais, para o valor de troca da terra.

Conforme Corrêa (1989, p. 17), “a passagem da terra agrícola para terra urbana, no entanto, é mais complexa”, circundando diferenciais de demandas de terras e habitações, conforme a direção da transição e a forma que ela adquire. A demanda de terras e habitações procede conforme o surgimento de novas camadas sociais, conforme o poder de compra dos indivíduos e da política que o Estado proporciona para reprodução do capital.

Capel caracteriza a organização e estratégias dos agentes promotores do espaço urbano, os proprietários latifundiários:

> De uma forma geral, pode-se dizer que a estratégia dos médios e grandes proprietários consiste em: 1) parcelamento legal dentro do perímetro urbano, utilizando o mecanismo de planos parciais baseado na Lei de Terras; 2) Realizar ilegalmente o parcelamento na periferia nos setores que desde a Lei de Terras são chamados de terras rústicas, ocasionando o surgimento de bairros de autoconstrução que posteriormente recebem sanção legal (CAPEL, 1974, p. 28).

Aqueles proprietários de terras com localização privilegiada conforme o mercado imobiliário, como próximo ao mar, lagoa, praças, bosques e etc. pressionam o poder público para a instalação de infraestrutura urbana. Essas ações valorizam suas respectivas propriedades privadas. E é até mesmo possível que eles próprios se tornem promotores imobiliários, atuando com o loteamento, venda ou construção de residenciais luxuosos, para um público/população de *status* (CORRÊA, 1989). Temos, no Brasil, exemplos de espaços estabelecidos como loteamentos, e que posteriormente se transformaram em bairros, como: Copacabana, Ipanema, Barra da Tijuca; esses bairros do Rio de Janeiro antes eram periferia, agora são bairros de *status*.

E aqueles proprietários de solos mal localizados? Corrêa (1989) afirma que resta outro plano. Na área urbana, onde existe a segregação socioespacial, com setores periféricos sem infraestrutura e atrativos imobiliários, além de ser distante do centro, tem-se a opção de utilizar o solo para loteamentos populares, com a infraestrutura básica. Estas áreas são atraentes para a população com baixo poder aquisitivo, e os proprietários não se transformam depois

em promotores imobiliários. As habitações são construídas pelo sistema de autoconstrução, ou o Estado edifica o conjunto habitacional.

Esses loteamentos populares na periferia urbana chegam primeiro que o poder público, e com o tempo, e pela pressão popular, a infraestrutura vai sendo construída, e os serviços públicos para atender a população local começam a ser oferecidos. Daí, inicia-se a valorização fundiária, que atinge também aqueles proprietários de terrenos fundiários ao seu entorno.

Promotores Imobiliários

A terra urbana pode ser objeto de interesse de promotores imobiliários, de empresas industriais, do Estado e dos grupos excluídos. Iremos abordar aqui a primeira opção, haja vista que o espaço produzido é o reflexo das estratégias e práticas dos agentes no espaço.

O que se entende por promotor imobiliário? Para Antunes (2006) o promotor imobiliário é a pessoa singular ou coletiva, privada ou pública, que, direta ou indiretamente, decide, impulsiona, programa, dirige e financia, com recursos próprios ou alheios, obras de construção ou de reconstrução de prédios urbanos destinados à habitação.

Na atual comunidade capitalista, não há interesse dos promotores imobiliários em construir habitações populares, isso em consequência do baixo poder aquisitivo dessa população, e uma menor rentabilidade na negociação. E a rentabilidade pode ainda ser adquirida com a redução da qualidade na construção. Esses são fatores em razão dos quais há uma elevação contínua nos preços das

habitações e essa camada de pessoas ficam sem viabilidade de adquirir sua casa própria (CORRÊA, 1989).

A produção do espaço urbano em países periféricos tem suas características, pois o capital não tem interesse em produzir habitações para as camadas com poder aquisitivo baixo. para Corrêa (1989), a estratégia dos promotores imobiliários é a seguinte: prioridade na produção de residências para satisfazer a demanda solvável; e buscar apoio do Estado para produção de residências para suprir a demanda não solvável.

Quanto à categoria de clientes solváveis, a produção é luxuosa e inovadora, suprindo aqueles que dispõem de recursos financeiros, estando estes como prioridade para os promotores e construtores, podendo, opostamente, haver déficit de residências populares.

Capel (1974) afirma "a produção física do espaço urbano, ou seja, das casas e equipamentos, é realizada por meio da ação das incorporadoras e construtoras". E Corrêa (1989) informa que, para a construção de residências para as camadas populares, os promotores imobiliários buscam recursos e apoio com o Estado, que oferece créditos para os promotores, facilidades com a desapropriação das terras, e créditos para os pretensos moradores. Anteriormente se criou o Banco Nacional da Habitação - BNH, e atualmente tem-se o programa "Minha Casa, Minha Vida", estratégias para viabilizar o acesso da população à moradia própria.

A atuação dos promotores imobiliários no espaço urbano agrava a segregação residencial, por ser de modo desigual e, conforme a produção dos grupos habitacionais populares, a segregação é confirmada (CORRÊA, 1989).

O Estado

O Estado é um agente que contribui de forma decisiva com a produção do espaço urbano, é árbitro em conflitos e contradições decorrentes, entre os diversos agentes. Ao mesmo tempo, realiza as ações necessárias para a regularização do sistema quando em situações de pressão popular com movimentos reivindicatórios de caráter urbano (CAPEL 1974). O autor supracitado afirma:

> O Estado, através dos diferentes órgãos públicos, é um agente fundamental na produção do espaço urbano, desempenhando sobretudo um papel subsidiário. Segundo o princípio da subsidiariedade, tão reiterado em nosso sistema institucional, o Estado deve atender àquelas necessidades não atendidas pela iniciativa privada, ou seja, àquelas necessidades e à demanda que não constituem fonte de lucro para o capital ou que representam grandes investimentos com amortização extremamente lenta (CAPEL, 1974, p. 52).

Corrêa (2012, p. 45) confirma que "o Estado capitalista desempenha múltiplos papéis em relação à produção do espaço". Conforme o referido autor, o Estado atua nos seguintes procedimentos: estabelecer o marco jurídico de produção e uso do espaço, cobrar tributos sobre as propriedades, proporcionar as condições de produção para outros agentes sociais, controlar o mercado fundiário, ser um promotor imobiliário, e ser produtor industrial.

Tais diversidades de funções que o Estado desempenha também se efetivam dentro da rede urbana e há uma relação com outros agentes sociais. Essas ações deveriam ser neutras, na

realidade há um conflito de interesses de diferentes membros da sociedade, cujo resultado é o privilégio para a classe dominante, a detentora do poder.

A ação do Estado processa-se em três níveis político-administrativos e espaciais: federal, estadual e municipal. Para Corrêa (1989), é na esfera municipal que os interesses são mais evidentes e a expressão é menos eficaz. A gestão municipal possui muitos poderes sobre o espaço urbano, observando-se que os setores fundiários e imobiliários são dominados pelas elites locais, característica de uma economia monopolizada.

Ainda na perspectiva de Corrêa (1989), o Estado capitalista interfere na segregação residencial, pois cria aparatos para que os grupos de renda mais elevada residam em localizações com preço elevado e, ao contrário, os grupos menos favorecidos residam em áreas degradadas e periféricas da cidade. Como acontece essa segregação induzida pelo Estado? Com os impostos territoriais e prediais, fatores discriminantes, afetando o valor da terra e dos seus respectivos imóveis.

Corrêa (1989) pondera que a segregação residencial resulta também de uma ação direta e indireta do Estado por meio do planejamento urbano. Quando uma cidade é planejada e/ou realiza-se renovação urbana, há um movimento dos moradores das áreas afetadas, os moradores dos cortiços no centro da cidade são removidos para áreas periféricas, e esta área central é viabilizada ao capital imobiliário para aqueles que têm oportunidades de realizar bons negócios em áreas onde o preço da terra é elevado, por ser na área central, ação conhecida como requalificação urbana.

Os Grupos Sociais Excluídos

Há diferentes classes sociais na sociedade, quanto ao acesso aos bens e serviços realizados socialmente. No capitalismo as diferenças são grandes, com maior nitidez nos países da América Latina (CORRÊA, 1989). E como se distinguem essas classes sociais? A habitação é um requisito a ser observado: ela é seletiva, à qual a maioria da população não tem acesso, pois não possui renda para adquirir uma residência, ou sequer alugá-la. Este é um dos tópicos que caracterizam a exclusão, fato que não acontece isoladamente, já que se apresenta em conjunto com subnutrição, doenças, falta de acesso aos serviços públicos, baixo nível de escolaridade, desemprego, desvalorização da mão de obra.

Para Castel (1998) "não há ninguém fora da sociedade". O autor afirma que esses grupos excluídos são os desempregados, os que não foram escolarizados, mal acomodados e mal alojados na área urbana.

Corrêa (1989) considera que para os grupos excluídos há como possibilidades de moradia os cortiços extremamente ocupados localizados próximos ao centro da cidade, ou as casas degradadas, as mesmas que foram habitadas pela elite no passado. Outras opções são: autoconstrução em loteamentos periféricos, os conjuntos habitacionais conduzidos pelo Estado, distantes do centro; e a própria favela.

Os grupos sociais excluídos nestas condições de moradia não são reconhecidos como modeladores do espaço urbano, no sentido pleno. Isto devido à submissão à lógica dos proprietários fundiários da periferia, sucedendo-se, à custa de muito esforço, proprietários de um terreno e um imóvel, com valor de uso e de troca (CORRÊA, 1989).

Esse mesmo grupo torna-se agente modelador do espaço urbano na produção da favela, em terrenos invadidos ou públicos, produzindo seu próprio espaço. Segundo Corrêa (1989, p. 30): "a produção deste espaço é, antes de mais nada, uma forma de resistência e, ao mesmo tempo, uma estratégia de sobrevivência". Resistência contra os obstáculos impostos aos grupos recém-excluídos das áreas do campo ou áreas urbanas que passaram por uma requalificação urbana, grupo que luta pelo direito à moradia e à cidade.

Também conforme Corrêa (1989), a resistência e a sobrevivência dessa parcela da população fazem com que esta se aproxime de solos urbanos tidos como inadequados para os outros agentes da produção do espaço urbano, tais como as encostas íngremes e as áreas alagadiças. A fixação de moradia em favelas é vista pelos grupos excluídos como uma solução, um meio encontrado para se ter acesso à habitação, ao local de trabalho e aos equipamentos urbanos.

REQUALIFICAÇÃO URBANA

Ao longo do tempo, a área central das cidades chama atenção pelo surgimento de novas funcionalidades para atender aos novos papéis de comando e reprodução do sistema produtivo capitalista; surge assim a proposta de intervenção sobre a cidade, denominada pelos seguintes conceitos: renovação, reabilitação e requalificação urbana.

Para Alves (2018, p. 143), "as ações de transformação aparecem com as mais diferentes denominações que, ao mesmo tempo que justificam sua necessidade, contribuem também para a ocultação dos conflitos que se estabelecem em torno da apropriação

do espaço". Assim, as expressões como requalificação, revitalização, refuncionalização são utilizadas para explicar as ações de transformação em áreas tidas como degradadas, esvaziadas, abandonadas e/ou perigosas.

Destaca-se o conceito de requalificação urbana, o qual fundamentou essa investigação. Na visão de Moura *et al*. (2006), a renovação pode ser compreendida como sendo o processo de demolição do antigo e a construção do novo, com características morfológicas e tipológicas diferentes e com novas atividades econômicas adaptadas ao processo de mudança urbana.

Já a reabilitação é um tipo de intervenção que propõe o cuidado com o patrimônio histórico-arquitetônico, bem como com a manutenção da população nos centros da cidade. A reabilitação não apresenta a destruição do tecido, mas a sua reabilitação, a sua renovação em termos de funcionalidade, valorizando suas potencialidades sociais, econômicas e funcionais, a fim de melhorar a qualidade de vida das populações residentes.

A requalificação, segundo Moura *et al*. (2006), é um instrumento para a melhoria de qualidade de vida da população, gerando a construção e recuperação de equipamentos e infraestrutura e a valorização do espaço nos aspectos sociais e econômicos.

Em sua obra Brasil, cidades: alternativas para a crise urbana, Maricato (2013) sustenta que as intervenções sobre as áreas centrais urbanas são orientadas por interesses divergentes. Na renovação há uma alteração no uso do solo com instalação de novos serviços; os interesses nesta estratégia são de importância para o capital imobiliário, construtores e os proprietários imobiliários privados. Na reabilitação, os maiores interessados são as populações residentes, aqueles que são ligados à história e a memória do lugar; e o método de realização da intervenção é diferenciada.

A autora observa que a decisão política de renovar, reabilitar ou requalificar implica em todo o processo de planejamento, gerenciamento e da construção, implicando na apropriação social e a paisagem urbanística. Ainda para Maricato (2013, p. 127) "qualquer que seja a estratégia a ser adotada, ambas devem ser enfrentar a questão da melhoria no padrão de manutenção, em especial a limpeza pública. Ambas com estratégias devem apontar uma alternativa para os moradores de rua".

Quanto a esses conceitos e práticas, Trindade Júnior (2010) considera a requalificação urbana, por sua própria natureza, muito preocupada em dar uma nova qualidade a esses espaços, comumente tidos como sem vida, com funções decadentes, fisicamente degenerados e sem perspectivas de inovação, tornando-os desabilitados para os novos papéis destinados às cidades competitivas.

Trindade Júnior (2010) define a revitalização como dar vida ao que não tem vida; a reabilitação, como habitar um espaço que não está habitado; a regeneração, como reconstruir as propriedades que foram perdidas, não estão habilitadas; Essas adjetivações estabelecem o sentido dos propósitos assumidos pelas próprias intervenções.

Requalificar as áreas centrais urbanas tem se mostrado uma tendência pelo mundo. Algumas cidades já passaram por esse processo de práticas intervencionistas, buscando uma modernização urbana. O conceito de requalificação urbana tem avançado com o tempo e de acordo com os problemas que vão sendo diagnosticados no perímetro urbano.

Segundo Ferreira, Lucas e Gato (1999), a requalificação urbana é um processo social e político de intervenção no território, que visa essencialmente (re)criar qualidade de vida urbana, através de uma maior equidade nas formas de produção (urbana), de um

acentuado equilíbrio no uso e ocupação dos espaços. Na atualidade, o centro de Boa Vista-RR está passando pela requalificação urbana constantemente, criando e recriando espaços e lugares para o desenvolvimento econômico e social dos moradores e visitantes.

Para Caraminhas (2002), a requalificação urbana é uma área relativamente recente do "Planejamento Local" que está associada à revolução da disciplina do Urbanismo, ao interesse crescente pelo patrimônio histórico e ao processo de desindustrialização das cidades. Trata-se, portanto, de uma forma de atuação associada à cultura urbana e à capacidade de atração e desenvolvimento sustentável dos territórios, tendo em vista a regeneração dos tecidos físicos e sociais.

Silva (2011) defende que a requalificação urbana visa ao progresso quanto à qualidade de ambiente e de vida nas cidades, envolvendo a cultura, a habitação, o desenvolvimento social e a mobilidade. A implementação de programas urbanos revela a reutilização de infraestruturas existentes e a construção nova com objetivo de melhorar as suas condições de uso.

Alves (2016) analisa que a tendência da produção espacial segue a tecnologia informacional, com ritmos mais intensos nas metrópoles, onde o tempo é conhecido como dinheiro. A transformação espacial ocorre em tempo mais lento que o da transformação tecnológica, pois o espaço já possui uma materialidade construída, os centros históricos.

A autora retrata as transformações espaciais em escala mundial, regional e local, sendo que a última tem suas características específicas. Também conforme Alves (2016), as áreas onde a requalificação urbana será implantada são apresentadas pelo Estado e pela imprensa como necessidade para transformação social e econômica, já que são áreas degradadas, abandonadas e em

decadência social (local com alto índice de violência atribuída ao tráfico e uso de drogas).

Alves (2018, p. 143) afirma: "não se trata de mero jogo de palavras, mas de como a criação de consensos e aceitações em torno das mesmas abonam, na maior parte das vezes sem questionamentos", ações do poder público e da iniciativa privada sobre os centros tradicionais da cidade, postos como necessárias para requalificação desses espaços. Tais ações beneficiam apenas alguns grupos, promovendo o processo de segregação socioespacial, atingindo as populações com menor poder aquisitivo.

Em São Paulo ocorreram transformações espaciais na área central. Alves (2016, p. 365) diz que "houve também uma transformação no perfil dos usuários e moradores das regiões requalificadas". Houve uma segregação induzida: determinados moradores da área central foram removidos para outras áreas, bairros periféricos, após suas casas serem demolidas; e outros tantos moradores foram indenizados, mas tal valor era insuficiente para continuar morando no bairro central.

A autora diz que as ações de intervenções nessas áreas não ocorrem sem conflitos. Em São Paulo o poder municipal passou para a iniciativa privada (mercado imobiliário) a iniciativa de definir as áreas de desapropriação, conforme o planejamento da cidade e decretos da Operação Urbano Nova Luz. Os locais desapropriados foram justamente os que se encontravam habitados de forma precária, os que eram denominados como os mais violentos e que concentravam vendas e usos de drogas.

Sobre o assunto, Alves (2016), afirma que, com a retirada dos moradores de cortiços e áreas impróprias (baixo poder aquisitivo), houve uma higienização socioespacial em São Paulo. Essas pessoas foram induzidas à periferia da cidade e/ou regiões metropolitanas de São Paulo.

Na capital do estado do Pará, Belém, ocorreu a requalificação urbana em uma parte da área central, em específico no porto (Estação Docas). Alves (2016) constata que foi dada nova função ao uso do patrimônio já edificado. Sendo que três dos galpões do porto passaram a serem utilizados como Boulevard das Artes, Boulevard da Gastronomia e Boulevard de Feiras e Exposições. Essas mudanças ocorreram para adaptação de serviços aos turistas e classe média/alta da capital. A revitalização do porto se deu com o objetivo de atrair novamente a clientela abastada belenense ao uso cotidiano desses espaços, bem como para a feira Ver-o-Peso.

Alves informa, além disso, que juntamente com a requalificação urbana no Porto de Belém, a Avenida Bernardo Sayão também foi transformada, dando prioridade ao turismo. O Programa de Saneamento da Bacia da Estrada Nova - PRONABEN removeu moradores dessa avenida para canalizar, implantar pistas de corridas de pedestres e equipamentos de ginástica.

As famílias que residiam neste perímetro foram assentadas em um conjunto habitacional na periferia ou receberam indenização (valor inferior ao suficiente para comprar residência no centro), de forma que foram residir longe do cotidiano, deixando seu local de moradia, que passou a atender a outro grupo da população, por meio da reprodução do capital imobiliário. Essa intervenção realizada em Belém possui semelhança com a requalificação urbana em vigência na área central, "Beiral", de Boa Vista-RR?

Aos moradores próximos das áreas que passaram pela requalificação urbana surge a oportunidade de valorização imobiliária por dois motivos: a) pelo fato da retirada dos moradores de baixa renda; e b) pelas benfeitorias realizadas.

Alves (2016) aborda a segregação espacial perpetrada tanto em São Paulo como quanto em Belém e, apesar das peculiaridades

de cada metrópole, nota-se claramente que a cidadania foi colocada em segundo plano em ambos os casos.

EXCLUSÃO SOCIOESPACIAL

O crescimento urbano no Brasil é definido por ocupações ilegais de solos e um aumento no número de habitações subnormais nas áreas centrais. A partir dos anos de 1980, a pobreza nas cidades se intensificou, destacando as desigualdades entre os grupos sociais. Essa dinâmica pode ser identificada na estrutura urbana de Boa Vista-RR. Em decorrência do desenvolvimento econômico, formam-se outras malhas urbanas e, por consequência, ocorre um crescente desenvolvimento da exclusão social, fator devido à distância entre a habitação da população e o acesso aos serviços urbanos, configurado pela desigualdade na distribuição socioespacial (MARISCO, 2003).

O conceito de exclusão social tem maior dificuldade de identificação, na condição de realidade urbana. Há uma estreita relação entre exclusão, pobreza e segregação urbana. Em certa medida, são apresentados como sinônimos.

A exclusão apresenta-se com relativa frequência, embora contraditoriamente, como efeito de experiências de planejamento urbano, impulsionadas pela necessidade de se criar cidades sob o amparo da ordem, da higienização e da geometria, enfim, da modernidade. Esse conceito, exclusão, tomou notoriedade teórica e empírica nas últimas décadas do século XX, em decorrência do aumento significativo da desigualdade socioespacial em virtude do desenvolvimento do capitalismo periférico (CARDOSO, 2007).

Para Marques (2010 p. 28), “a pobreza é um dos fenômenos mais analisados pelas literaturas sociológica e econômica nas

últimas décadas". Esping-Andersen (2000) afirma que a produção do fenômeno da pobreza possui uma complexidade; nas ciências sociais, preconiza-se que o bem-estar nas sociedades de mercado contemporâneas é produzido (reproduzido) por três esferas: mercado, Estado e comunidade. Para acontecer o bem-estar da sociedade, é necessária a combinação desses três elementos; assim, a pobreza seria causada pelo provimento de bem-estar em quantidade ou qualidade insuficiente à união dessas esferas.

Corrêa (1989) apresenta a segregação como sendo o primeiro desses processos, o residencial, cujo conceito apareceu na Escola de Chicago, com a definição de uma concentração de tipos de população dentro de um dado território. A definição espacial resultou da competição pelos espaços por diferentes grupos sociais. Mas quem produz a segregação? Corrêa (1989) afirma que é o próprio Estado juntamente com o mercado imobiliário e, depois, a classe dominante.

O lugar de trabalho constitui-se no local de produção, já as residências e os bairros de habitações definidos por unidades sociais, constituem-se no local de reprodução; assim, a segregação residencial também é um meio de controle e de reprodução social (CORRÊA, 1989).

Novamente, de acordo com Corrêa (1989), outro fator que ocorre, é a auto segregação, em que a população faz a escolha do local de moradia, realizado pela classe detentora de recursos e poder. Na medida em que essa classe domina uma área, ela segrega as demais, pelo controle do mercado de terras, mercado imobiliário e a construção. Há também a segregação imposta, aquela em que as opções de como e onde morar são irrelevantes/nulas, como no caso dos moradores de áreas de inundações e morros.

Há um crescimento dos efeitos negativos da concentração no espaço sobre as circunstâncias de privação social quando seguidos

de segregação social no espaço, com o isolamento de grupos sociais em espaços relativamente homogêneos e afastados entre si na área urbana (MARQUES, 2010).

A análise da segregação pode ser realizada pela mensuração da separação e da homogeneidade entre grupos sociais ou da concentração e da predominância daqueles grupos, considerando alguma característica social específica. Para Marques (2010), não é somente a segregação que aponta o acesso desigual, mas também a desigualdade de acesso que especifica e reproduz a segregação.

Harvey (1980), um grande expoente da linha marxista, através de sua obra "A Justiça Social e a Cidade", afirma que a segregação é uma diferenciação residencial conforme os grupos; a distinção é por renda real, de acordo com a proximidade aos serviços e equipamentos públicos como água, esgoto, praças (áreas verdes), escolas equipadas; e a distância de bairros e áreas com ocorrências de crimes, serviços educacionais inferiores e ausência de infraestruturas.

Além das diferenças de renda monetária, a localização da residência corrobora com a diferença no que diz respeito à renda real, assim, há uma diferenciação nas classes e nas chances e oportunidades de ascensão social.

Quanto à segregação urbana, Castells expõe suas considerações, como:

> A distribuição das residências no espaço produz sua diferenciação social e especifica a paisagem urbana, pois as características das moradias e de sua população estão na base do tipo e do nível das instalações e das funções que se ligam a elas (CASTELLS, 1983, p. 249).

Conforme Castells (1983, p. 249), “a distribuição dos locais residenciais segue as leis gerais da distribuição dos produtos e, por conseguinte, opera os reagrupamentos em função da capacidade social dos indivíduos”, isto é, no sistema capitalista, em função de suas rendas, do nível de instrução, de seus status profissionais e etc.

Alves (2018, p. 148) expõe que “as segregações urbanas são mais do que a separação dos diferentes sujeitos no espaço”. Ela inclui também, sem excluir a separação espacial, privações socioespaciais de diferentes tipos, a saber: negação ou dificuldade de mobilidade física pelas condições precárias do transporte público e, em diversos casos, pela ausência de condições de pagamento pelo mesmo. Morar no centro possibilita o acesso às áreas com maiores riquezas sociais urbanas, com equipamentos públicos e de serviços como água tratada, coleta de esgoto, acesso à energia elétrica, escolas públicas com maior qualidade, serviços bancários e comerciais, áreas de lazer, praças, entre outros. O acesso à moradia na área central vai além disso, também é facilitador para conseguir empregos.

CAPÍTULO 2

Produção e (re)produção
do espaço urbano em Boa Vista-RR

PRODUÇÃO E (RE)PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO EM BOA VISTA-RR

Neste capítulo, pretende-se expor ao leitor a contextualização e caracterização de Boa Vista, do "Beiral" e de alguns bairros onde foram localizados e identificados os moradores removidos do "Beiral". A paisagem se diferencia conforme a localização urbana de Boa Vista; verifica-se com clareza uma formação de múltiplos espaços desiguais com a atuação descontínua dos antigos gestores da Prefeitura e do estado de Roraima.

BREVE CARACTERIZAÇÃO DE BOA VISTA-RR

O município de Boa Vista, capital do estado de Roraima, está localizado no Hemisfério Norte, sob as seguintes coordenadas geográficas: Latitude 2º 49' 11" N e Longitude 60º 40' 24" Oeste de Greenwich. Possui a população predominantemente na área urbana, 97,7% dos 399.98 habitantes. Os limites do município de Boa Vista são: ao Norte com os municípios de Amajari, Pacaraima e Normandia; ao Sul, com Alto Alegre e Mucajaí; ao Leste, com Bonfim, Cantá e Normandia, e, ao Oeste, com o município de Alto Alegre (IBGE, 2020).

A história de Boa Vista é entrelaçada com a própria história do estado de Roraima. Para o recorte espaço-temporal de Boa Vista-RR, Galdino (2018) organizou a construção dos elementos históricos em: A Fazenda de Boa Vista (1830); A criação da Freguesia de Nossa Senhora do Carmo (1858); A criação do município de Boa Vista do Rio Branco (1890); O quarto período (1890-1943); O quinto período (1943-1962) e; O sexto período (1962-1988).

Para Galdino (2018), em 1830, a introdução da atividade econômica pecuarista bovina no lavrado roraimense resultou nas instalações das primeiras famílias no lado direito do rio Branco, em terras rurais, o que se tornou em freguesias.

Em 1850 o imperador D. Pedro II iniciou uma organização dos documentos das terras rurais com o ato da Lei Nº. 601 (Lei das Terras do Império) e, em 1858, foi definido o local para ser a freguesia por haver uma população na sede da fazenda Boa Vista (VERAS, 2009).

No período de 1850, o Governo Imperial criou a Província do Amazonas, para dar maior proteção e ter controle sobre o território amazônico brasileiro; posteriormente, em 1858, a província criou a Freguesia da Nossa Senhora do Carmo, com estratégias de demarcação de terras, por ser uma área demograficamente vazia (GALDINO, 2018).

As fazendas passaram a prosperar e ser atrativo para os imigrantes, em destaque os da região Nordeste, visto que em 1877 os cearenses passavam pela seca e decidiram migrar para a região do Rio Branco em vez de ir para os seringais no Amazonas, Pará e Acre (GALDINO, 2018).

Para Silva (2007), as fazendas da região do Rio Branco ganharam destaque na região Norte, atraindo imigrantes do Amazonas e do Pará, juntamente com os nativos locais, sobretudo fortalecendo a economia e formando a estrutura da sede do município.

No dia 15 de novembro de 1889, ocorreu um fato histórico no país: a Proclamação da República no Brasil. Diante disso, houve uma nova estrutura político-administrativa, e o que era província se tornou território brasileiro. A partir deste momento, o Amazonas é reconhecido como estado (GALDINO, 2018).

Em 1890, o Decreto Estadual Nº 49 declara a criação do município de Boa Vista do Rio Branco, pelo Governador Augusto Ximênes de Villeroy, o que fez com que a Freguesia de Nossa Senhora do Carmo fosse elevada à condição de Vila. O município recebeu o primeiro prefeito no dia 25 de julho de 1890, o Sargento João Capistrano da Silva Mota, conhecido como Coronel Mota (VERAS, 2009).

Veras (2009) afirma que, até o ano de 1943, Boa Vista era subordinada ao estado do Amazonas, pois não detinha decisão político-administrativa. A vila possuía uma malha de três ruas paralelas ao rio Branco. Sobre isto, Veras (2009, p 58) diz:

> No dia 27 de agosto de 1926, o Governador do Amazonas, Doutor Ephifânio Ferreira Sales, concedeu foro de cidade à sede municipal, em cumprimento à Lei nº. 1.262. Ainda sobre (*sic*) a jurisdição do Estado do amazonas, a vila passou a ser cidade de Boa Vista.

A região do Rio Branco, hoje o estado de Roraima, entre os anos de 1890 a 1920, entra no "boom" econômico da borracha na Amazônia. Para Galdino (2018), o estado foi impactado indiretamente, a pecuária era naquele momento a principal atividade econômica da região, responsável por abastecer o estado do Amazonas (figura 3).

Na década de 1920, ocorreu a crise da borracha na Amazônia brasileira; os ingleses desenvolveram a monocultura da borracha na Malásia, assim se desencadeou um fluxo migratório dos seringueiros, parte deles deslocou-se para o Rio Branco, com promessa de extração de diamante e ouro (GALDINO, 2018).

Figura 3 - Foto aérea de Boa Vista do Rio Branco tirada na Expedição de Hamilton Rice pela Amazônia (1924/1925)



Fonte: Rice (1978).

Os fazendeiros, comerciantes, moradores locais e indígenas alcançaram a independência político-administrativa do estado do Amazonas no ano de 1943, com a criação do Território do Rio Branco; o presidente do Brasil, Getúlio Vargas. nomeou o primeiro governador de Roraima, o Capitão de Cavalaria Ene Garcez dos Reis (VERAS, 2009).

Neste sentido, a construção do espaço urbano de Boa Vista define-se também como uma reconstrução da cidade a partir do núcleo populacional pré-existente e desenvolvido após a criação do

Território Federal do Rio Branco em 1943 e a implantação do Plano Urbanístico por Ene Garcez em 1944.

O Plano Urbanístico da cidade de Boa Vista foi realizado entre os anos de 1940 e 1955 pela firma carioca Riobras, do Engenheiro Civil Darcy Aleixo Derenusson para planejamento e estruturação urbanística com novos traçados. O objetivo era que a cidade tivesse um traçado integrado, isto é, radial concêntrico, que no raio central possui a concentração dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário; a partir da praça circular, partem as radiais, avenidas largas direcionadas para o Norte, Sul e Oeste (VERAS, 2009).

Para Silva (2007) e Veras (2009) as condições urbanas eram precárias para a população; em Boa Vista concentravam-se 5.000 habitantes e, no Território, aproximadamente 15.000 habitantes. Um vazio demográfico, o que explica a estratégia política de desenvolvimento de uma capital nas regiões de fronteiras.

O período de 1964-1985 foi marcado pela Ditadura Militar no Brasil e na América Latina. Galdino (2018, p. 67) afirma que "a Amazônia passa a ser inserida no processo de expansão capitalista do Brasil"; a gestão do Governo Federal se direciona para a Região Norte com o processo de desenvolvimento econômico e populacional, estímulo de migração de pessoas e indústrias para o Norte brasileiro.

As obras de infraestruturas rodoviárias surgiram como resultado das ações do Governo Federal, nos anos de 1960-1970; ocorreu a integração rodoviária de Boa Vista a Manaus com a BR 174, a Perimetral Norte, que interliga o sul do estado ao leste e oeste, e a BR 401, que integra Boa Vista ao município de Bonfim (GALDINO, 2018).

As aberturas de rodovias impulsionaram o crescimento populacional do Território de Roraima e a cidade de Boa Vista,

conciliada com a política de desenvolvimento do estado. A partir desse período, surgiram diversos municípios em Roraima, com os eventos rodoviários, projeto de assentamento, atividade garimpeira e pecuária (GALDINO, 2018).

A cidade possui autonomia político-administrativa a partir do período de transição de Território Federal para Estado, do dia 5 de outubro de 1988 a 31 de dezembro de 1990, e o prefeito passa a ser eleito pelo povo, desta forma, as políticas públicas direcionadas ao desenvolvimento urbano são locais (VERAS, 2009).

O garimpo foi um determinante na reprodução do espaço urbano em Boa Vista. Para Barros (1995), houve uma explosão demográfica no estado durante o período do garimpo e após a sua decadência; por interferência do Governo Federal, os garimpeiros migraram para a capital roraimense, pois o poder público doava os terrenos nas áreas periféricas da cidade e posteriormente eram transformados em bairros, a exemplo o Bairro Asa Branca.

Nos últimos 40 anos, a cidade de Boa Vista apresentou crescimento da sua população, passando de 67.017 habitantes em 1980 (IBGE, 1980) para 197.098 habitantes no ano de 2000 (IBGE, 2000), alcançando 284.313 pessoas em 2010 (último censo), estimando-se 399.098 moradores conforme o IBGE para o ano de 2020.

Frente a esse crescimento populacional, Silva (2007, p. 214) afirma que:

> A expansão da cidade nestes períodos se deve principalmente às iniciativas dos dois períodos do governo do Ottomar de Souza Pinto entre 1979 a 1983 e entre 1991 e 1995 intercalado pelo governo do Romero Jucá, entre 1987 e 1989, quando estes estimularam o surgimento de novos bairros com uma política de incentivo migratório. Os resultados não

> foram somente o movimento para o interior em busca de lotes rurais, mas também por lotes urbanos e das vantagens de uma vida urbana proporcionada pela capital [...] A expansão urbana de Boa Vista, após a década de 1980, dá-se quando novas áreas foram progressivamente incorporadas mediante a proliferação de novos loteamentos, produzidos de forma descontrolada e sem infra-estrutura, respondendo inicialmente a interesses políticos de assentamento de migrantes que eram induzidos a se deslocarem para Boa Vista.

Para Veras (2009), as políticas públicas eram voltadas ao interesse do próprio gestor, por isso houve incentivo migratório das regiões Nordeste e do Centro-Sul para Roraima, com o objetivo de trazer mais eleitores (curral eleitoral). Durante a gestão do Governador Ottomar de Souza Pinto, fizeram-se doações de lotes rurais, lotes urbanos, inclusive o conjunto habitacional denominado Pintolândia, local de maior concentração dos seus eleitores.

Os migrantes que receberam lotes rurais não permaneceram por muito tempo na zona rural, devido à falta de apoio na logística de produção, de forma que se direcionaram ao centro urbano de Roraima, com destaque para a zona oeste de Boa Vista. De acordo com Veras (2009 p. 154), "ao chegarem, não tinham onde morar, o que os obrigava a ocupar irregularmente terrenos insalubres". Neste processo de produção do espaço urbano, a população chega antes do poder público, formando periferias de autoconstrução.

Segundo Staevie (2011), os desdobramentos ocorridos em Boa Vista nas últimas décadas são uma expansão espacial mascarada por uma política repleta de interesse entre o Estado e o capital, que na lógica de autorreprodução determina a configuração urbana em Boa Vista-RR.

É importante ressaltar que o crescimento da malha urbana tem ocorrido em direção à zona oeste, onde o valor do terreno é menor, por ser uma região com maior concentração populacional e apresentar infraestrutura urbana mais precária.

A GEO-HISTÓRIA DO “BEIRAL”

O “Beiral”, localizado às margens do rio Branco, é uma das áreas mais antigas de Boa Vista, e já existia muito antes das décadas de 1930 e 1940, quando as primeiras moradias começaram a ser erguidas. A região é uma área criada pela Lei Municipal de nº 1.117, que abrange parte dos bairros São Vicente, Calungá e Centro (CÂNDIDO, 2017).

Sua história está intrinsecamente ligada ao processo de formação da cidade de Boa Vista, à zona onde se encontrava a Fazenda Boa Vista, que deu origem a esta cidade (ANDRADE, 2011).

O município de Boa Vista surgiu a partir de uma fazenda, ou seja, não está ligado à cultura da borracha, que predominava na região Norte à época (fim do século XIX e início do século XX). De acordo com a Professora Carla Monteiro de Souza, em entrevista ao G1/RR (2015): "A historiografia coloca que Boa Vista surgiu a partir de uma fazenda particular, de um aglomerado que surge em torno dessa fazenda e em torno da questão do gado, que foi introduzido no Forte São Joaquim em meados do século XIX".

Oliveira (2010) afirma que a cidade de Boa Vista se desenvolveu na mesma localização de moradia dos antepassados da população tradicional local, os indígenas, com a denominação de KuwaiKîrî (teso de buritizais e igarapés), subentende-se geograficamente que é a mesma localização do “Beiral”, na qual

desde o início foi presente a periferização e, como consequência, a segregação de algumas famílias.

De acordo com Cândido (2017), os primeiros moradores do "Beiral" praticavam a agricultura de subsistência, além da pescaria no rio Branco. Aos poucos, as atividades foram evoluindo, e as olarias surgiram. O nome "Olaria" foi a primeira denominação da área onde hoje está o "Beiral". O ano de 1930 marca a época da exploração de diamantes pelos garimpeiros, o que impulsionou o processo de ocupação daquela área de terra às margens do rio, além da olaria.

Para Wankler e Souza (2013) certamente o "Beiral" recebeu trabalhadores oriundos do garimpo e os imigrantes que buscavam atividades econômicas lícitas, como a pesca, a lavagem de roupa, comércio, olarias; ou os marginalizados, como os vendedores de drogas ou pessoas que atuavam na prostituição.

Se compararmos as décadas de 1940 e 1960, a população do município de Boa Vista cresceu de 7.424 para 28.871 (IBGE, 2010). De acordo com Oliveira (2010), o projeto urbanístico de Boa Vista, ocorrido em 1946, e as construções de rodovias para Caracaraí, e posteriormente a Manaus, remodelaram a cidade, que era de frente ao rio Branco.

Em 1962, o prefeito de Boa Vista, Olavo Brasil, atendendo a um pedido dos moradores locais, modificou o nome de "Olaria" para "Caetano Filho". Francisco Caetano Filho era um comerciante bem conhecido e influente no bairro, que tinha seu açougue numa casa na entrada do "Beiral" (CÂNDIDO, 2017).

Para Cândido (2017), a Prefeitura não considera aquela área como sendo um "bairro", e sim, como um núcleo do "Centro Histórico de Boa Vista", onde a cidade começou. E o apelido "Beiral" foi uma denominação dada pelos moradores, devido à localização às margens (ou beira) do rio Branco. O tradicional ponto

de venda de peixe que havia na localidade também reforçou o nome "Beiral".

Entre os anos de 1987 e 1990, registrou-se uma explosão demográfica em decorrência do movimento migratório, estimulada pela exploração do ouro em Roraima; segundo o IBGE (1990), a população quase dobrou, foi de 72.758 em 1987 para 115.247 em 1990, período em que surgiram novos bairros na cidade e aumento da concentração de habitantes no "Beiral".

Ao longo dos últimos 20 anos, as mudanças estruturais não foram significativas e o "Beiral" ainda contava com construções antigas de madeira, que estavam deterioradas. A infraestrutura era precária e os moradores conviviam com as enchentes durante o inverno, realidade vivenciada até o ano de 2017.

A violência e o tráfico de drogas faziam parte do dia a dia dos moradores de uma das regiões mais antigas de Boa Vista (CÂNDIDO, 2017). Contudo, a comunidade local fazia questão de lembrar que a maioria dos moradores era formada por trabalhadores honestos. Ali, parte da população vivia da pesca ou tinha um pequeno comércio de gêneros alimentícios.

O que poderia ser feito para melhorar o "Beiral"? Cândido (2017) aponta que durante o passar do tempo foram realizados alguns projetos e promessas. Primeiro: a revitalização de toda a área, a começar pela iluminação de 1.963 metros em pontos diversos daquele local, além do recapeamento asfáltico das ruas; construção de calçadas e redes de drenagem de águas das chuvas. Outra medida seria a construção de 54 unidades habitacionais básicas, que poderiam atender as famílias que moravam em áreas de inundação na parte do "Beiral" no Bairro Calungá, o que não veio a ser concretizado.

A Prefeitura de Boa Vista e o Governo do estado já tentaram diversas vezes retirar os moradores do "Beiral" e dar-lhes moradias

“dignas” em outro local, entretanto, eles recusavam-se a sair, ainda que fosse para uma residência melhor (CÂNDIDO, 2017). O motivo era que, enquanto eles lá permaneciam, poderiam mobilizar-se pelo centro da cidade com maior facilidade (mobilidade urbana), já que não precisavam se deslocar de outros bairros para o centro.

De acordo com o relato de M.A.S. na matéria jornalística de Cândido (2017):

> Querido, somos povo ribeirinho estamos acostumados às cheias. Pergunte a qualquer um da cidade de Boa Vista se trocaria uma casa boa à beira do rio e no centro por uma casa padrão depois do Cruviana? Onde não tem árvores, nem pássaros e é seco..."

Cândido (2017) afirma que um agravante era a enchente do rio Branco, que periodicamente inundava as ruas e deixava as casas submersas (figura 4). Desde 1956, há registro de enchentes no “Beiral”. Em 2011 a área ficou submersa pelas águas do rio Branco, e no mês de julho de 2017, mais uma vez, nova enchente. Apesar de tudo isso, os moradores resistiam ano após ano.

A PMBV anunciou em 10 de julho de 2017, em entrevista transmitida pela TV Roraima, um projeto de revitalização da área a partir da demolição das casas alagadas. Para Cândido (2017), o projeto apresentado pela Prefeitura atenderia a população quanto à saúde pública, haja vista que as águas poluídas podiam provocar surto de doenças.

A prefeitura planejava, num primeiro momento, demolir 144 das mais de 340 residências. De acordo com a Prefeita Teresa Surita, 14 casas foram demolidas no dia 14 de julho de 2017.

Figura 4 - Registros das enchentes no “Beiral”



Fonte: Cândido (2017).

A gestora municipal expôs ainda que as pessoas que viviam no “Beiral” seriam realocadas para outro espaço. Outra opção foi a indenização pelo imóvel e, noutros casos, enquanto aguardavam as construções das novas casas, as famílias foram atendidas pelo Programa Municipal “Aluguel Social”, em conformidade com a Lei

nº 1.778, de 05 de julho de 2017, iniciativa do Poder Executivo, através da Secretaria Municipal de Projetos Especiais, aprovada pela Câmara Municipal de Boa Vista e publicada no Diário Oficial do Município 4439 de 10 de julho de 2017.

Alguns moradores não aceitaram a ideia de mudança da residência e permaneceram no "Beiral", resistindo ao plano da prefeitura, mesmo com as casas e ruas submersas pelas águas.

Conforme a publicação da FolhaBV (2017), aproximadamente 250 casas haviam sido negociadas e demolidas pela Prefeitura de Boa Vista para iniciar a obra do Parque do Rio Branco, projeto realizado pela PMBV, com verbas locais para indenização dos imóveis, e recursos federais para a construção do Parque, sem nenhuma consulta aos moradores locais e/ou população.

Quanto aos moradores do "Beiral", foram removidos, com a possibilidade de adquirir a residência pelo programa "Minha Casa, Minha Vida", porém, cumprindo as exigências desses programas. Outra opção era a indenização por área construída. A construção das novas residências, conforme proposta da prefeitura, deveria ocorrer no Bairro Laura Moreira, na zona oeste da capital, a aproximadamente 13 km do centro.

Até agosto de 2018, um total de 281 famílias tinham sido indenizadas, e 39 foram beneficiadas com o aluguel social. Outras 20 encontravam-se em negociações com a prefeitura, sendo que, até o fim do ano retrocitado, todos os moradores haviam sido retirados.

Em abril de 2019, foi anunciada a terceira e última fase da obra do Parque do Rio Branco (BARBOSA, 2019). A prefeita de Boa Vista afirmou que a obra teria como meta a integração da nova praça à Orla Taumanan, ponto turístico com visão para o rio Branco (figura 5).

Figura 5 - Execução do mirante no Parque do Rio Branco



Fonte: PMBV (2020).

De acordo com a divulgação da PMBV (2020), o Parque do Rio Branco está na fase de obras que envolve a construção de banheiros, espelho d'água, posto de observação e a Torre do Mirante, que já está 85% concluída, e terá ao todo 86 metros de altura. Também em 2020 iniciou-se a obra do Parque da Primeira Infância, uma passarela que interligará o Parque do Rio Branco à Orla Taumanan.

Durante o processo da construção do parque, a residência da família Brasil (figura 6), patrimônio histórico de Boa Vista, sofreu danos na estrutura física, conforme relata a proprietária, a artista plástica Petita Brasil (FOLHABV, 2020).

Figura 6 – Residência da família Brasil: patrimônio histórico de Boa Vista



Fonte: Brandão (2015).

Essa residência tem um fator relevante para a geo-história do "Beiral" e para a cidade de Boa Vista; Petita Brasil é descendente do coronel Teodoro Bento Ferreira Marques Brasil, membro de uma das primeiras famílias de militares a chegar a Boa Vista. A artista é hoje dona da casa mais antiga da capital de Roraima.

Construída em 1888, às margens do rio Branco, e ao lado do antigo Porto do Cimento, hoje Orla Taumanan, a casa virou Patrimônio Histórico de Boa Vista na década de 1990 e mantém a estrutura, pisos e portas originais (BRANDÃO, 2015).

De acordo com Brandão (2015), a casa foi construída de adobe, técnica antiga de terra crua usada para construir casas; a residência, com cinco quartos e três salas, foi palácio do primeiro governador do então Território Federal do Rio Branco, Capitão Ene Garcez dos Reis; recebeu o ex-presidente Juscelino Kubitschek no período de sua campanha eleitoral, em 1955, e acolheu as primeiras madres beneditinas que ministraram as aulas no território.

O patrimônio histórico permanece, com relutância e insistência por parte da Petita Brasil, mas o que ficou do "Beiral"? As lembranças, as histórias vivenciadas e os poemas. O artista Zeca Preto (1987) relatou o cotidiano dos primeiros moradores e visitantes deste local:

Beiral

manhã
vento, sol e banzeiros
escola, água e sabão
batida de roupa escovada
na tábua da beira do rio
espumas que descem
ligeiras na correnteza
bolhas que explodem
sonhos, ilusões

tarde
brisa, sombra, e remanso
anzol, linha e minhoca
fisgadas erradas
espertos mandis
noite
batom perfume e som
unhas pintadas
corpo gracioso
paixão amorosa
delírios
feminina
mulher

(PRETO, 1987, p. 74).

O poema é a descrição do cotidiano dos que ali viviam, iniciado pela rotina das lavadeiras pelas manhãs, passando para os pescadores no final do dia, até a boêmia da noite. E, entre 2017-2020, o poder público, através da requalificação urbana, implementou o Parque do Rio Branco e o Parque da Primeira Infância em conjunto com a Orla Taumanan, com a proposta de ser o maior atrativo turístico de Boa Vista.

ANÁLISE GEOHISTÓRICA DOS BAIRROS DE BOA VISTA EM QUE FORAM ALOCADOS OS ANTIGOS MORADORES DO "BEIRAL"

Passamos a expor a caracterização dos bairros onde foram identificados os moradores removidos do "Beiral", contextualizando-a. Para tanto, utilizamos a metodologia "bola de neve", ou seja, identificação de pessoas, por meio de indicação dos contatos dos entrevistados (mapa 2).

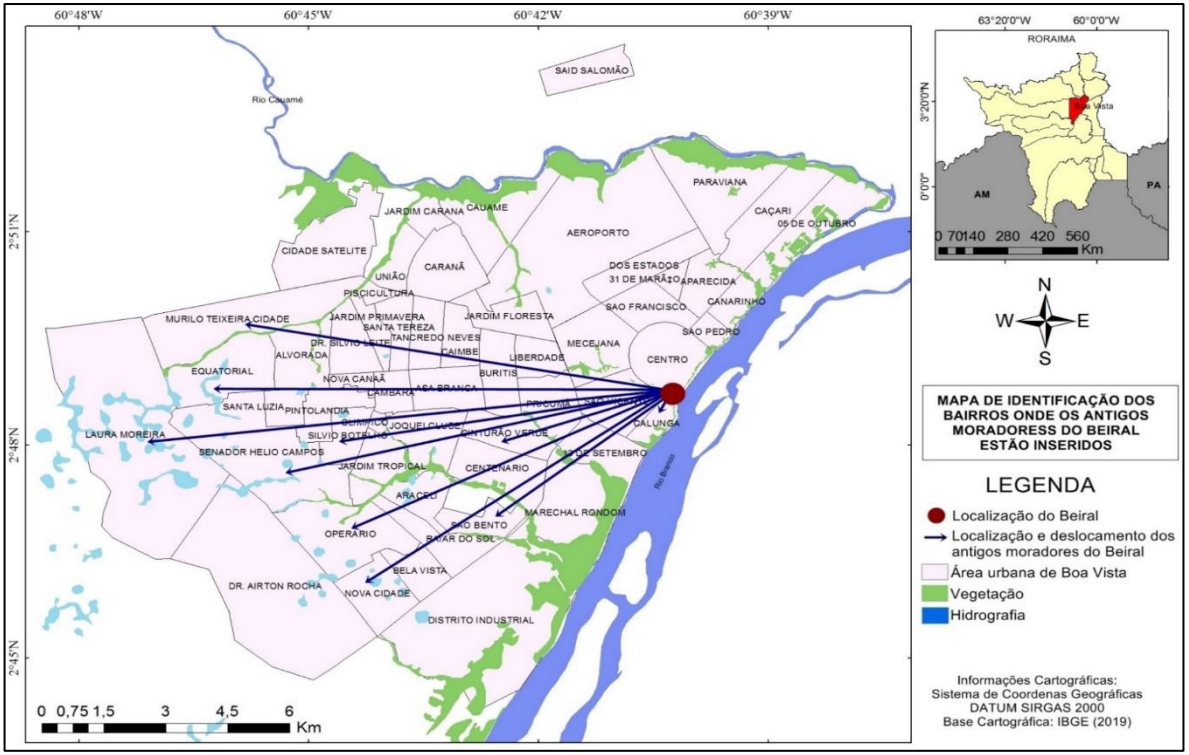
O deslocamento dos antigos moradores do “Beiral” foi direcionado para a zona oeste de Boa Vista, acompanhando a expansão urbana horizontal incentivada pelo poder público local, tornando-os mais afastados das áreas centrais.

A nova localização destes moradores dependeu diretamente do poder de compra e os valores dos imóveis adquiridos. O valor da terra depende dos objetos e os elementos agregados a ela, como as condições do sistema viários, o acesso/disponibilidade de serviços públicos, e a sua posição em relação ao comércio e centro de trabalho. Neste viés, Villaça afirma sobre o valor da terra urbana.

> [...] há dois valores a considerar no espaço urbano. O primeiro é o dos produtos em si – os edifícios, as ruas, as praças, as infraestruturas. O outro é o valor produzido pela aglomeração, dado pela localização dos edifícios, ruas e praças, pois é essa localização que os insere na aglomeração. A localização se apresenta, assim, como um valor de uso da terra – dos lotes, das ruas, das praças, das praias – o qual, no mercado, se traduz em preço da terra. Tal como qualquer valor, o da localização também é dado pelo tempo de trabalho socialmente necessário para produzi-la, ou seja, para produzir a cidade inteira da qual a localização é parte (VILLAÇA, 1998, p. 334).

A localização é um determinante para o valor de um determinado fragmento do espaço urbano em virtude das relações com as atividades econômicas ou em função de vantagens de instalações de residências.

Mapa 2 - Bairros de realocação dos ex-moradores do “ Beiral”



Fonte: Elaboração própria (WALTER, 2020).

GÊNESE DO BAIRRO SÃO BENTO

Diante da grande expansão da malha urbana, e, sobretudo, das necessidades habitacionais da população, houve o processo de ocupação irregular na área do antigo lixão de Boa Vista, onde hoje é o Bairro São Bento. Em 2005, diversas famílias tomaram posse deste local; na época, essa localidade era legalmente da Diocese de Roraima (NISTAL, 2014).

São Bento é um bairro que se originou de uma ocupação iniciada em 2005, na gestão de Ottomar de Souza Pinto. Naquele período, o bairro era cognominado de Brigadeiro e teve seu início com a ocupação da área que pertencia à Diocese de Roraima, momento em que o Governo do estado desapropriou o terreno da Diocese, implantando o novo bairro, destinando também recursos federais à construção de casas para os primeiros moradores do local. Parte desses imóveis foi feita em cima do antigo lixão municipal.

Em 2017, a área foi transformada em área de interesse social, o que fez com que os gestores iniciassem uma série de projetos com objetivo de levar até ela os equipamentos urbanos (FOLHA DE BOA VISTA, 2008). Um agravante é a especulação de terra, os que invadem e depois vendem (indústria de invasão).

O Bairro São Bento apresenta-se com pavimentação parcial, possui escola municipal, água encanada e postes de iluminação. Em outra área, onde havia um lixão, aconteceu a expansão da invasão e atualmente não há infraestrutura básica.

O bairro faz limites com os bairros: Raiar do Sol, Bela Vista e Centenário, e a BR-174. Possui aproximadamente 1.300 unidades habitacionais construídas, com infraestrutura precária, sendo que há escassez de água da Companhia de Água e Esgoto de Roraima, sem equipamentos públicos suficientes para atender os moradores locais.

O depoimento a seguir é da moradora V. D. J. R[1]. do Bairro São Bento; a entrevista ocorreu no dia 22 de junho de 2020. A moradora faz uma a reflexão a partir das dificuldades passadas durante este período, apresentando-nos a seguinte narrativa:

> Desde dezembro de 2007, eu moro no Brigadeiro, eu morava no Bairro Raiar do Sol, quando eu ia trabalhar, eu passava dentro da invasão, as casas eram todas de papelão e as estacas para marcar, tiraram umas três vezes o pessoal de lá, aí invadiram de novo, o pessoal ficaram, o bairro começou do Raiar do Sol para o lado do Centenário, porque ali ainda tinha o lixão, ninguém podia chegar ali, mas mesmo assim ainda tinha gente. Depois eu troquei a minha casa do Raiar pela casa dali, era completa, tinha fossa e tudo, a casa era bem feita. Só não tinha água e a energia puxava do Aracélis, ficamos quase um ano sem energia, quando o bairro levantou foi de uma vez só, foi rapidinho. Onde é a escola hoje era um campo de futebol, eu vi o bairro crescer do zero, as casas eram de papelão e lona. Ganhamos a casa pela caixa econômica, o governador continuou o projeto do Ottomar.

A entrevistada ainda enfatizou:

> Aí deram o nome de São Bento mas é mais conhecido como Brigadeiro, porque ele que apoiou tudo, a levantar o bairro, ele foi para Brasília assinar a papelada, mas ele faleceu, ele tinha ido para fazer isso, tava tudo certo, ele não chegou a assinar, mas o Anchieta fez, ai eles liberaram, hoje o bairro tem

[1] A entrevistada reside no Bairro São Bento, a mesma não é ex-moradora do Beiral, a entrevista ocorreu para adquirir informações sobre a gênese do São Bento.

> posto de saúde, escola, transporte público, o problema é a água, principalmente mais para cá, na área mais alta.

Para ressaltar a descrição do depoimento sobre o Bairro São Bento, as figuras 7A, 7B e 7C apresentam a paisagem e os imbróglios daquela localização. O antigo lixão público foi transformado em um bairro. Sobre isso, Amílcar Júnior afirma, na FolhaBV (2016), que as mais de 1.500 famílias deste bairro necessitam de serviços básicos como água, rede de esgoto e posto de saúde.

BAIRRO SÃO VICENTE

A malha urbana de Boa Vista passou por um processo de crescimento, sendo que no ano de 1970 foi impulsionada pela abertura das rodovias. Para Vale (2007, p. 110), "com a construção das rodovias e de outras obras infraestruturais, surgiram os bairros de São Vicente, São Vicente Industrial e 13 de Setembro, ocupados pela população de poder aquisitivo baixo".

O Bairro São Vicente foi criado pelo Governador Ottomar Souza Pinto para receber os servidores que estavam ingressando no ex-território de Roraima; é um bairro antigo, e que também foi destinado aos moradores que residiam na beira do rio Branco.

No ano de 1980, o Bairro São Vicente Industrial possuía uma concentração de serrarias, não havia lotes vazios; de acordo com Vale (2007), as áreas reservadas às instituições estavam ocupadas por diversas construções, ainda não apresentavam um número elevado de domicílios. Próximo a este bairro, foi construída a Estação Rodoviária, com acesso às BR-174 e 410.

Atualmente, existe somente o Bairro São Vicente, com concentração de domicílios, áreas institucionais, comércios com ênfase em hotelaria e lojas de peças de carros (figura 7D), a Escola Municipal Frei Artur Agostini, a Escola Estadual São Vicente de Paula e a Unidade Básica de Saúde São Vicente.

Figura 7 – Bairros de realocação dos ex-moradores do "Beiral"



Fonte: Elaboração própria (WALTER, 2020).
Nota: A, B e C: São Bento; D: São Vicente

O bairro é atendido pela Companhia de Água e Esgoto e possui pavimentação em toda a sua extensão. De acordo com o IBGE (2010), sua população era de 6.222 habitantes.

Desde o ano de 2017, o bairro tem sido moradia e local para os imigrantes, por ser próximo à rodoviária internacional José Amador de Oliveira; no bairro há a instalação do Abrigo São Vicente com capacidade para 400 pessoas. A presença dos imigrantes, moradores de rua e transeuntes, fez com que o bairro sofresse alteração na sua paisagem, comércio e dinâmica social (segurança, saúde, higiene, comércio informal).

BAIRRO CINTURÃO VERDE

O Bairro Cinturão Verde pertence à zona oeste do município de Boa Vista. Foi criado a partir do loteamento da Imobiliária Santa Cecília, uma área desmembrada do Bairro Centenário. De acordo com Silva, a partir dos anos 1980 proporcionou o surgimento dos bairros:

> (...) São Vicente e 13 de Setembro na zona sul, em 1982 foram criados os Bairro Jardim Floresta, dos Estados e dos Executivos, em 1983; Pricumã, Liberdade, Marechal Rondon, Centenário e Caçari; em 1989, Paraviana e Cambará. No ano de 1988, quando o território federal é transformado em estado, Boa Vista já se subdividia em 25 bairros, em razão do surgimento dos Bairros da Liberdade em 1979, Asa Branca em 1982 e Tancredo Neves em 1987, entre outros, ocorrendo a partir daí uma fragmentação do tecido urbano do pequeno (SILVA, 2007, p. 67).

Em 1990, Boa Vista alcançava 115.247 habitantes; houve um crescimento demográfico em consequência da imigração, devido ao garimpo no estado. Para Vale (2007), neste período novos bairros surgiram. Em 1995, surgiram os bairros Pintolândia IV e o Cinturão Verde.

O bairro é composto por 52 ruas e 2 avenidas, faz limite com os bairros: Centenário, Pricumã, Buritis, Jóquei Clube e Asa Branca. Sua população era de 5.907 habitantes conforme o IBGE (2010).

De acordo com observações *in loco*, as vias de acesso à área central de Boa Vista são pela Av. Brasil, com semáforo e via congestionada em horário de pico; ou pelo Bairro Pricumã, também com congestionamento, pois o igarapé Pricumã é o limite entre o Cinturão Verde e os bairros Pricumã e Buritis, havendo acesso somente por duas vias/pontes, Av. Imigrante e/ou Av. Bandeirantes, fator que aumenta o tempo de deslocamento para o centro da cidade (figura 8A).

Para Batista (2013), o investimento em asfaltos e paralelepípedos nas vias do Bairro Cinturão Verde provocou impacto positivo no comércio imobiliário; essas ações proporcionaram melhor qualidade de vida aos moradores do bairro, haja vista que facilitou o transporte coletivo.

BAIRRO SENADOR HÉLIO CAMPOS

Na década de 1990, ocorreu um progressivo crescimento demográfico na cidade de Boa Vista em decorrência da transformação de Território Federal para Estado, o que ocasionou aumento de investimento financeiro em infraestrutura básica estatal (VERAS, 2009). Para Vale (2007), houve um fluxo migratório, com

destaque aos vindos do nordeste brasileiro, com objetivo de trabalhar em Roraima.

O Bairro Senador Hélio Campos faz parte da zona oeste; surgiu entre os anos de 1990 e 1995, criado pelo Governador Ottomar de Souza Pinto. Sua denominação era Pintolândia IV. A ocupação ocorreu de forma irregular, pois o estado comprou a área da Diocese e repassou à população (VALE, 2007).

Sua denominação foi em homenagem a Hélio da Costa Campos. De acordo com a Secretaria-geral da Mesa do Senado, Hélio Campos foi militar da Força Área Brasileira, governador do estado de Roraima entre os anos de 1967-1979 e reeleito para 1970-1974; foi também deputado federal no período de 1974-1983, com dois mandatos; e, em 1991, foi eleito como senador, porém faleceu no dia 25 de abril de 1991 (BRASÍLIA, 2020).

O Bairro Pintolândia passou pelo processo de expansão, chegando a haver o I, II, III e o IV; posteriormente essa área foi reorganizada e nomeada respectivamente como Pintolândia, Dr. Silvio Botelho, Santa Luzia, e Senador Hélio Campos. Esses bairros são de responsabilidade do estado e a regularização compete ao Instituto de Terras e colonização de Roraima - ITERAIMA (VALE, 2007).

O bairro possui a Escola Estadual Conceição Costa e Silva, a Escola Municipal Luiz Canará, a Escola Municipal de Educação Infantil Casa Mãe Tia Lídia, a Unidade Básica de Saúde Sayonara Maria Dantas Licarião e a Casa do Cidadão. Conforme observação *in loco,* as vias sofrem alagamento no período chuvoso e não há pavimentação em todo o bairro (figura 8B). De acordo com o IBGE (2010), a sua população é de 10.010 habitantes, o segundo bairro mais populoso da cidade, o primeiro é o Pintolândia com 10.990 habitantes.

Este, assim como os bairros que surgiram com o crescimento urbano em Boa Vista, sofrem com a ausência do poder público. A população chega primeiro nessas áreas e somente depois o poder público realiza a construção de infraestruturas básicas para os moradores.

BAIRRO EQUATORIAL

Os anos posteriores a 1980 foram marcados pela produção do espaço urbano em Boa Vista, surgindo em 1986 o bairro Jardim Equatorial I, posteriormente denominado de Silvio Leite; em 1990 surgiu o Bairro Jardim Equatorial II, hoje com a denominação de Bairro Alvorada e, em 1991, foi a vez do Jardim Equatorial III (figura 8C), que veio a ser substituído por Bairro Equatorial (VALE, 2007).

Diante do crescimento da população em Boa Vista e, em consequência, de sua malha urbana, houve uma reorganização nas nomenclaturas e nos limites de alguns bairros. Vale (2007, p. 120) afirma que:

> A Lei n° 483, de 09 de dezembro de 1999, altera dispositivos que tratam da promoção do desenvolvimento urbano, zoneamento, uso e ocupação da lei acima descrita. Do Art. 1° ao Art. 4° redefinindo-se o limite de alguns bairros e acrescentando outros, com o plano urbano da cidade de Boa Vista passando a ter novos limites que ficam assim dispostos: O Bairro Novo Planalto muda de título para Bairro Aeroporto. O Bairro Félix Valois de Araújo muda de título para Bairro Cambará; o Bairro Jardim Equatorial muda de título para Bairro Equatorial e são acrescidos na Zona Oeste da cidade

os bairros Alvorada; Bela Vista; Cidade Satélite; Cinturão Verde; Dr. Sílvio Botelho; Dr. Sílvio Leite; Jardim Caranã; Jardim Primavera; Jóquei Clube; Nova Cidade; Pintolândia; Piscicultura; Professora Araceli Souto Maior; Santa Luzia; Santa Tereza; Senador Hélio Campos; Raiar do Sol e União.

O bairro possui a Escola Estadual Luiz Ribeiro de Lima, a Unidade Básica de Saúde Equatorial, a Creche Pró-infância Professora Áurea de Holanda Lima e a Escola Municipal Hilda Franco de Souza (PMBV, 2020).

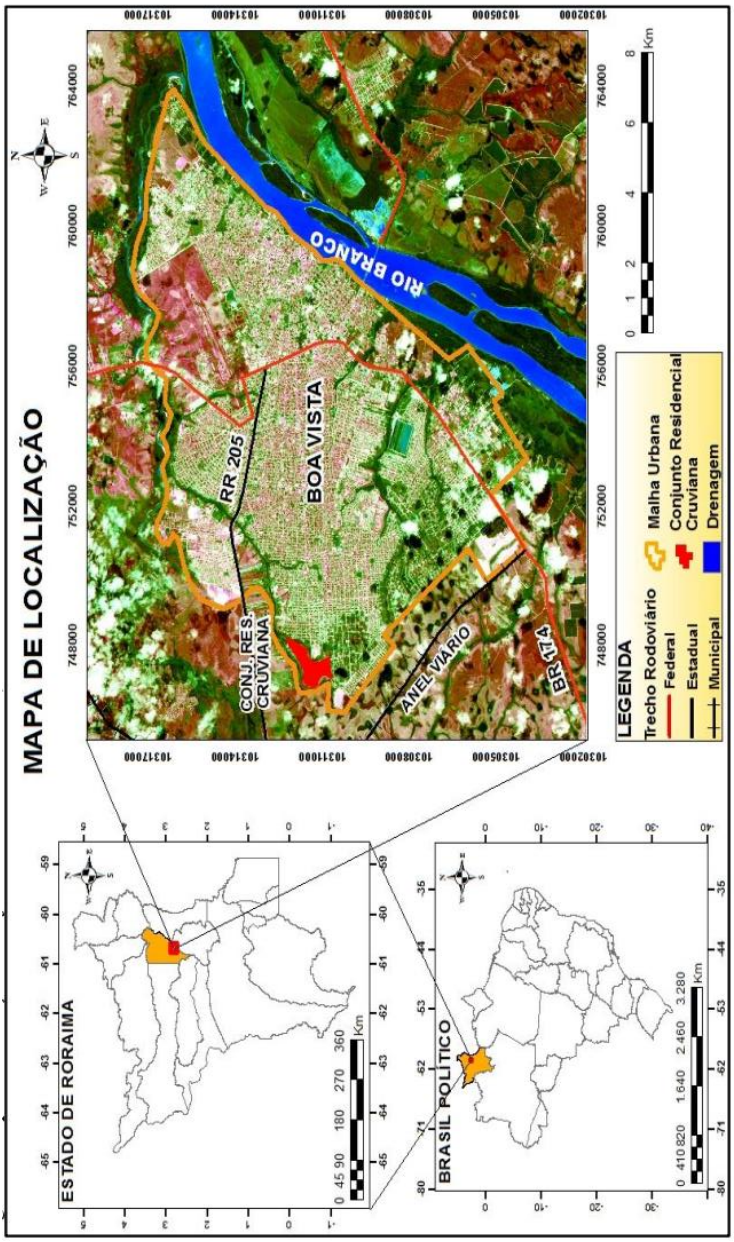
O Bairro Equatorial é formado pelo Jardim Equatorial, um loteamento particular, e o Conjunto Residencial Cruviana. Localiza-se na zona oeste de Boa Vista, faz limite com os seguintes bairros: Senador Hélio Campos, Laura Moreira, Alvorada, Santa Luzia e Murilo Teixeira Cidade.

CONJUNTO HABITACIONAL CRUVIANA

Os conjuntos residenciais Cruviana I e II estão localizados no Bairro Equatorial, zona oeste de Boa Vista-RR (mapa 3). Eles foram construídos entre os anos de 2009 e 2011; formam um conjunto habitacional com 1000 casas fomentadas pelo Governo Federal através do Programa Minha Casa Minha Vida, com destino às famílias de renda 1, ou seja, de até três salários mínimos, conforme informado por Larisse Freitas Tajujá (2020).

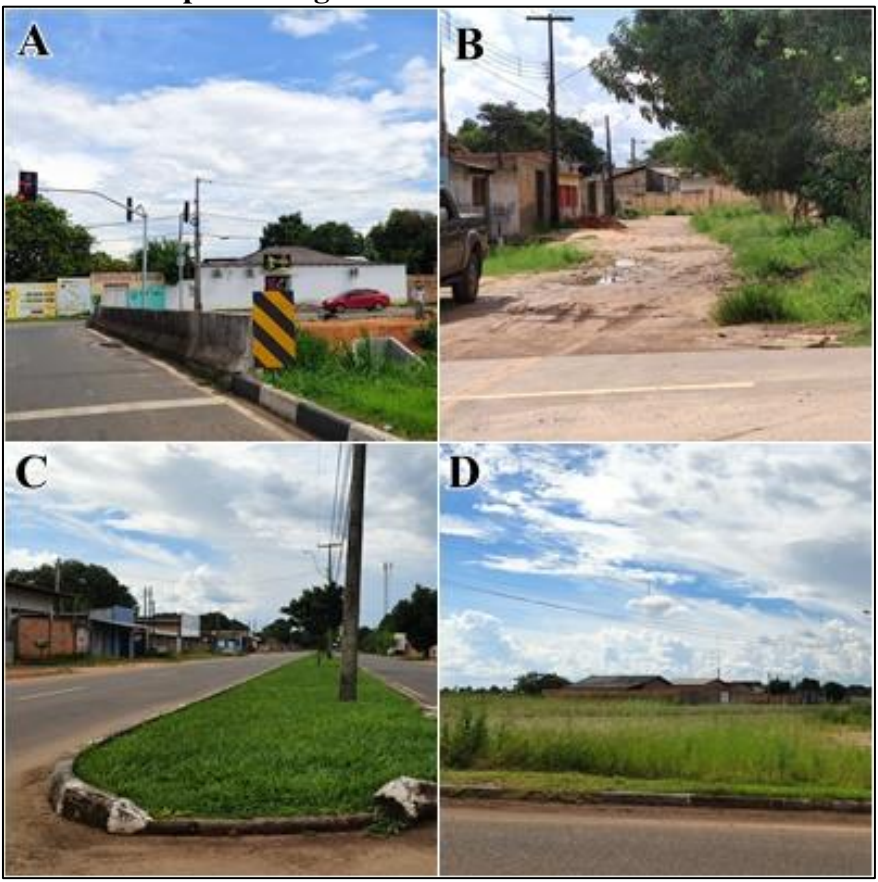
O poder público evidencia o direcionamento do crescimento urbano de Boa Vista para a zona oeste. Para Monteiro (2015,) os terrenos foram doados pela Prefeitura Municipal de Boa Vista, e fica explícito o direcionamento à população de baixa renda (figura 8D).

Mapa 3 – Localização do Conjunto Residencial Cruviana em Boa Vista-RR



Fonte: Monteiro (2015).

Figura 8 - Bairros ocupados pelos antigos moradores do "Beiral"



Fonte: Elaboração própria (WALTER, 2020). Nota: A: Cinturão Verde; B: Senador Hélio Campos; C: Equatorial; e D: Conjunto Habitacional Cruviana.

As famílias foram cadastradas pelo município, e a atuação do poder público municipal fez-se com a autorização das licenças de construção e ambiental. A fiscalização das construções foi realizada pela Caixa Econômica Federal. A Secretaria de Obras

atuou com a implantação das infraestruturas básicas nas áreas institucionais, como escola, creche e posto de saúde, de acordo com as informações de Larisse Freitas Tajujá (2020).

Conforme verificado *in loco*, o Cruviana possui a Escola municipal Valderleide Baraúna Brandão, a Creche Pró-infância Professora Áurea de Holanda Lima, e uma praça, verificou-se haver poucos comércios nesta área.

Há acesso ao transporte público, porém o tempo para deslocamento ao centro urbano é maior, devido à distância. Para Pieve (2018), nos bairros mais distantes, como o Equatorial (Conjunto Cruviana), há menos ônibus disponíveis, tanto em dias úteis como em feriados e finais de semana.

A população desses bairros é mais negligenciada tanto na mobilidade urbana quanto na infraestrutura, resultado de um processo de segregação socioespacial em Boa Vista-RR.

CAPÍTULO 3

Resultados e Discussão

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O espaço urbano apresenta um sentido profundo, revela as condições, meios e produto da ação humana, pelo uso, ao longo do tempo (CARLOS, 2007). O presente capítulo busca identificar a reprodução do espaço urbano relacionada às mudanças em curso no "Beiral" com o processo de exclusão e segregação espacial de seus moradores.

Os moradores do "Beiral" passaram pelo processo de desapropriação dos seus domicílios, pela ação do poder público municipal, uma ação "mascarada" pelo poder público, que anunciou o bem comum e a qualidade de vida a todos, para justificar a remoção. De acordo com Souza (2011), o planejamento e a gestão urbana no momento contemporâneo, são vistos "do alto" e "de longe", uma "visão de sobrevoo"; assim, as intervenções são realizadas sem levantar a necessidade real dos próprios moradores.

O próprio poder público promove ações que reforçam a tendência de expulsão dos pobres das áreas centralizadas ou bem localizadas, quando constroem conjuntos habitacionais nas áreas mais periféricas, definindo-se como uma expansão horizontal ilimitada. Este modelo de expansão urbana tem sido identificado como falta de planejamento, uma construção de um modelo excludente em que muitos perdem e pouquíssimos agregam (BRASIL, 2001).

A presente obra não tem o condão de verificar a legalidade estrita dos atos praticados pela Prefeitura Municipal de Boa Vista-RR, competência que pertence única e exclusivamente ao Poder Judiciário Brasileiro, mas recorremos à legislação para sabermos quais são os fundamentos que autorizaram as desapropriações e as obras implementadas no "Beiral" em Boa Vista.

A Constituição Federal de 1988 prevê em seu artigo 5º que todos são iguais perante a lei, princípio da isonomia, e em seu inciso XXIV diz que: "a lei estabelecerá o procedimento para desapropriação por necessidade ou utilidade pública, ou por interesse social, mediante justa e prévia indenização em dinheiro, ressalvados os casos previstos nesta Constituição" (BRASIL, 1988).

Em 2017, o poder público municipal desapropriou 340 famílias dos bairros Centro e Calungá, área denominada "Beiral". Para compreender melhor, segue o conceito de desapropriação, conforme Di Pietro, autora de Direito Administrativo:

> Desapropriação é o procedimento administrativo pelo qual o Poder Público ou seus delegados, mediante prévia declaração de necessidade pública, utilidade pública ou interesse social, impõe ao proprietário a perda de um bem, substituindo-o em seu patrimônio por justa indenização" (DI PIETRO, 2002, p. 153).

Contudo, há divergência na conceituação de desapropriação na doutrina do Direito Administrativo. Conforme Justen Filho (2011, p. 612) "a desapropriação não é um procedimento, mas um ato. Esse ato pressupõe, de modo inafastável um procedimento prévio. A desapropriação é o ato final desse procedimento."

De acordo com o artigo 5˚, inciso XXIV e o artigo 184 da Constituição Federal, são pressupostos da desapropriação: necessidade pública, utilidade pública e interesse social.

A Prefeitura Municipal de Boa Vista realizou as desapropriações necessárias para implementar as obras de construção do Parque do Rio Branco por utilidade pública, conforme o Decreto-lei 3.365/41, artigo 5º:

> i) a abertura, conservação e melhoramento de vias ou logradouros públicos; a execução de planos de urbanização; o parcelamento do solo, com ou sem edificação, para sua melhor utilização econômica, higiênica ou estética; a construção ou ampliação de distritos industriais.

No dia 10 de julho de 2017, foi publicada no Diário Oficial do Município – DOM, com o nº 4439, a Lei nº 1.178 de 05 de julho de 2017, que institui a bolsa aluguel para aqueles que foram desapropriados dos bairros Centro e Calungá e não receberam indenização; os primeiros artigos da lei regem:

> Art. 1º Fica instituída a Bolsa Aluguel Social, que visa disponibilizar acesso à moradia segura em caráter emergencial e temporário, mediante concessão, pelo Poder Público Municipal, de benefício financeiro destinado ao pagamento de aluguel de imóvel de terceiros a famílias que forem retiradas dos bairros Centro e Calungá, em virtude de obras de macrodrenagem urbana do Igarapé Caxangá e urbanização do seu entorno, a serem executadas pelo Poder Público Municipal.
>
> Art. 2º O Poder Público Municipal fica autorizado a realizar desapropriações de propriedade ou posse dos imóveis, assim como realizar indenizações de benfeitorias residenciais e/ou comerciais de imóveis localizados nos bairros Centro e Calungá que estejam localizados na área de intervenção das obras de macrodrenagem urbana do Igarapé Caxangá e urbanização de seu entorno (PMBV, 2017).

Os locais dos imóveis expropriados, bem como seu entorno, foram utilizados para a realização da macrodrenagem urbana do

Igarapé Caxangá e urbanização em seu entorno (figura 9) conforme verificação *in loco*.

Figura 9 – Obras de macrodrenagem do Igarapé Caxangá



Fonte: Elaboração própria (WALTER, 2019).

De acordo com o portal da transparência da PMBV (2020), no mês de julho de 2020 foram pagos R$ 45.000,00 com aluguel social, para 53 beneficiados, com valores que variaram de R$ 600,00 a R$ 1.200,00, com a média de 850,00 por beneficiado; esses recebem desde 2017, por aproximadamente 36 meses.

O estatuto da cidade, a Lei nº 10.257, estabelece as diretrizes gerais da política urbana para o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e a garantia ao direito a cidades sustentáveis. De

acordo com BRASIL (2001, p. 25): “A urbanização vertiginosa, coincidindo com o fim de um período de acelerada expansão da economia brasileira, introduziu no território das cidades um novo e dramático significado”. Evocou progresso e desenvolvimento, porém reproduziu de forma paradigmática as injustiças e desigualdades da sociedade.

A cidade é dividida entre a porção legal, a rica e suprida com infraestrutura, e a ilegal, pobre e precária. A população que está em posição desfavorável (porção ilegal) acaba tendo pouco acesso às oportunidades de trabalho, lazer e cultura. A consequência dessa desigualdade nas áreas urbanas é a população de baixa renda ocupar as áreas periféricas, mais baratas e com infraestrutura precária (BRASIL, 2001).

O município é o ente federativo responsável em promover a política urbana com propósito de cumprir com a função social, de desenvolver o bem-estar dos cidadãos, conforme os critérios estabelecidos no Plano Diretor, o instrumento básico da política urbana. A Constituição de 1988 estabelece como obrigatório o Plano Diretor para as cidades com população acima de 20.000 habitantes (BRASIL, 2001).

O Estatuto da Cidade (2008) prevê no artigo 40 - “O plano diretor, aprovado por lei municipal, é o instrumento básico da política de desenvolvimento e expansão urbana” e no § 3º “A lei que institui o plano diretor deverá ser revista, pelo menos, a cada dez anos”. O Plano Diretor Estratégico e Participativo de Boa Vista - Lei complementar nº 924, de 28 de novembro de 2006 está desatualizado desde 2016, prazo para revisão estabelecido em lei.

De acordo com o artigo 1º: “o Plano Diretor Estratégico e Participativo é um dos instrumentos da política de desenvolvimento municipal determinante para a ação dos agentes públicos e privados que atuam no Município de Boa Vista”. Afirma no Parágrafo único:

"O Plano Diretor Estratégico e Participativo foi elaborado de acordo com a legislação federal referente à matéria, em especial a Lei Federal nº 10.257, de 10 de julho de 2001 – Estatuto da Cidade" (BOA VISTA, 2016).

Para Harvey (2012), a cidade tornou-se uma mercadoria, como também a qualidade de vida, em um tempo em que o turismo, o consumismo e a indústria do conhecimento tornaram-se os principais aspectos da economia política urbana.

> O crescimento das cidades grande modernas dá à terra de algumas áreas, particularmente daquelas centralmente localizadas, um progressivo valor artificial e colossal. As construções nestas áreas desvalorizam ao invés de valorizar, porque elas não pertencem mais às circunstâncias alteradas. Elas são demolidas e substituídas por outras. Isto ocorre, sobretudo, com as moradias dos trabalhadores centralmente localizadas e cuja renda, mesmo com superlotação, nunca pode, senão muito lentamente, se elevar além de um certo *maximum*. Elas são demolidas e, em seus lugares, lojas, armazéns e edifícios públicos são erguidos (ENGELS, 1935, p. 11).

A descrição de Engels publicada em 1935 aplica-se diretamente ao desenvolvimento urbano de Boa Vista-RR, denominado o processo de gentrificação da área central. Harvey (2003) define como um processo de deslocamento, denominado de "acumulação por possessão", encontrado no cerne da urbanização sob o capitalismo.

Em situação de desapropriação em massa, Harvey (2012) afirma que a população, em circunstância de insegurança de renda e dificuldades financeiras, pode ser persuadida facilmente para comercializar seu bem por um valor abaixo do mercado.

Ainda de acordo com Lefebvre (2001, p. 139), "...rejeitada dos centros para as periferias, despojada da cidade, expropriada assim dos melhores resultados de sua atividade, esse direito tem um alcance e uma significação particulares".

> O fenômeno de segregação deve ser analisado segundo índices e critérios diferentes: *ecológicos* (favela, pardieiros e apodrecimento do coração da cidade), *formais* (deterioração dos signos e significações da cidade, degradação do "urbano" por deslocação de seus elementos arquitetônicos), *sociológico* (níveis de vida e modos de vida, etnias, culturas e sub-culturas etc.) (LEFEBVRE, 2001, p. 98).

A prática caminha na direção da segregação, por razões teóricas e em virtude de causas sociais e políticas (LEFEBVRE, 2001). "Os poderes públicos, num país democrático, não podem decretar publicamente a segregação como tal" (LEFEBVRE, 2001, p. 98). Assim, adotam uma ideologia humanista que se transforma em uma demagogia.

ANÁLISE DOS QUESTIONÁRIOS APLICADOS

Este livro tem como objetivo analisar o processo de remoção dos moradores do "Beiral" como uma política pública a partir da requalificação urbana da área central de Boa Vista-RR. O resultado do livro obteve-se a partir das respostas dos moradores que sofreram desapropriação. Ressalta-se que pretendeu-se conhecer/ouvir a história de cada um; primeiro, foram buscadas informações gerais para, em seguida, verificar a percepção de cada morador sobre a sua remoção do "Beiral" e as alterações que ocorreram durante este

processo. Para isso, foi aplicado o questionário, sendo que a primeira pergunta (Gráfico 1) referia-se à renda mensal familiar.

Considerou-se interessante realizar a comparação da renda dos entrevistados entre quando eles moravam no "Beiral" e após a sua saída. A partir disso, obteve-se o resultado de uma diminuição de renda familiar significante após a saída dos moradores do "Beiral": enquanto 29% possuíam uma renda acima de três salários mínimos quando moravam no "Beiral", após a saída não houve relato dessa categoria de renda, e atualmente 43% recebem apenas um salário mínimo mensal após sua remoção.

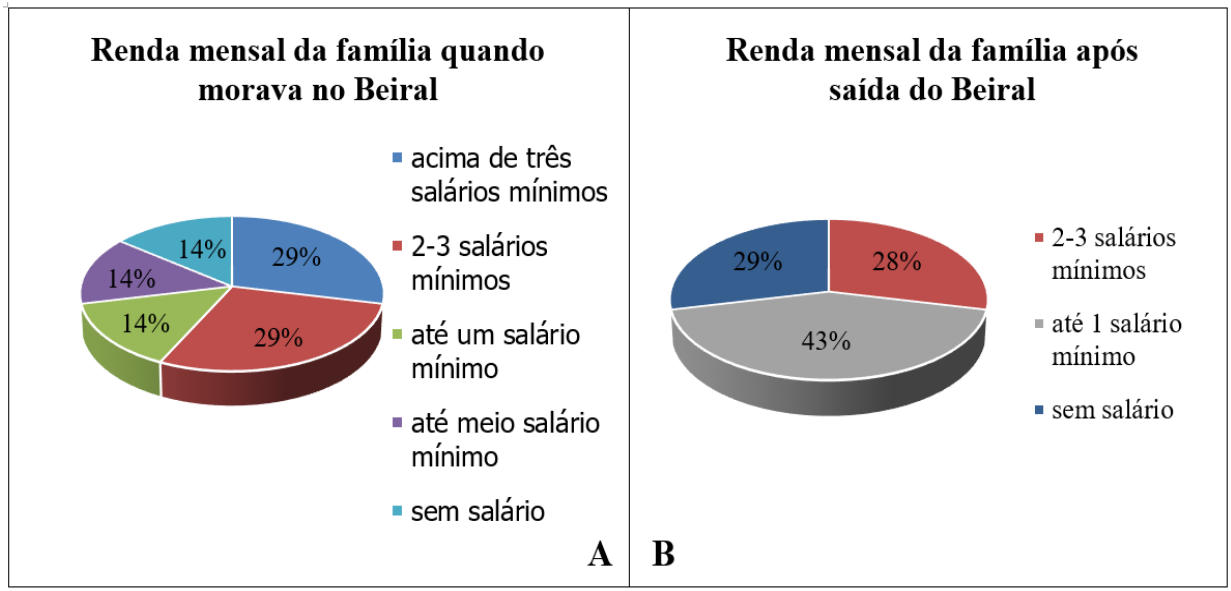
Os moradores entrevistados não resistiram em responder sobre a sua renda, declararam abertamente sobre a redução salarial a partir do novo local de moradia, visto que a mudança de bairro interferiu no trabalho e na renda familiar.

As cidades brasileiras estão entre as mais desiguais da América Latina. Para Maricato (2017), a igualdade urbana não depende apenas da distribuição de renda, mas também da distribuição de cidade, concatenada às condições de mobilidade como viabilidade de viver a cidade.

A aplicação de questionário possibilitou identificar as informações sobre as famílias que foram removidas do "Beiral". O gráfico 2A representa em números a resposta à seguinte indagação: Você sabia que a Prefeitura Municipal pretendia implantar um projeto chamado Parque do Rio Branco no "Beiral"?

Os moradores mais antigos do "Beiral" ouviam falar sobre uma reestruturação no local, mas para a maioria foi surpresa a notificação da Prefeitura. A notícia ocorreu após uma enchente; os moradores haviam saído de suas casas, e a Prefeitura determinou que eles não deveriam retornar. Comunicaram, além disso, que fariam a indenização sobre a área construída.

Gráfico 1 – Comparativo de renda dos ex-moradores do “ Beiral”



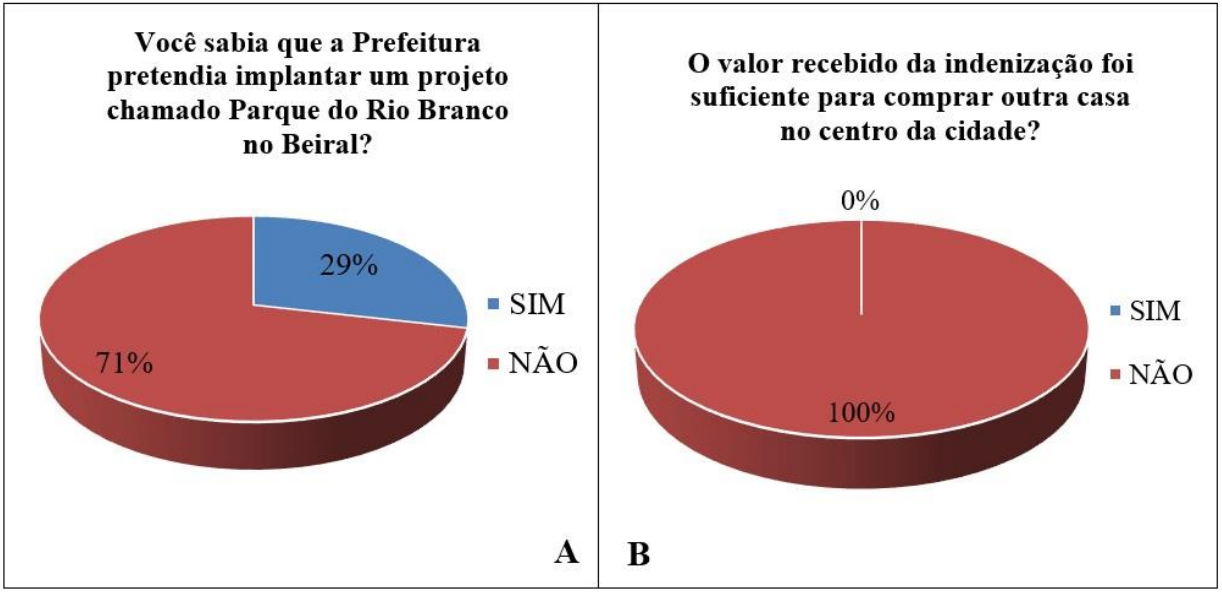
Fonte: Elaboração própria (WALTER, 2020).

Nenhum dos entrevistados sabia sobre a construção do atual Parque do Rio Branco. No local de moradia de 340 famílias, foi planejada a construção de um parque e nenhum desses moradores fez parte da decisão, sequer eles tiveram poder sobre o valor dos seus próprios imóveis. Conforme a Lei 1.777/2017, os valores da indenização variam de R$ 30 mil a R$ 330 mil, considerando R$ 841,12 por metro quadrado.

Em setembro de 2020, a Gerência Nacional de Operações de Transferência de Recursos Públicos, em resposta a um ofício, nos concedeu informações sobre o andamento das obras do Parque do Rio Branco: esclareceram que o Contrato de Repasse 0521695-33, cujo objeto prevê a construção do Parque do Rio Branco, encontra-se em andamento com percentual executado de 47%. Conforme o Relatório de Acompanhamento de Engenharia, os valores liberados até o mês de setembro foram de R$ 13.720.560,00, e o investimento total será R$ 59.926.400,00 previsto para conclusão em dezembro de 2020.

Foi indagado aos entrevistados se eles gostariam de permanecer morando no centro; apenas uma pessoa respondeu que não, pois estava acostumada com a nova residência e a vizinhança seria boa, ao contrário de quando residia no "Beiral", onde, segundo ela, havia uso de drogas próximo a sua casa. Todos os demais entrevistados responderam que gostariam de continuar morando no centro, pois o deslocamento para o comércio e atendimento médico seria bem mais fácil. Uma moradora respondeu que se sentia sozinha no bairro em que estava morando, o Senador Hélio Campos. Outros pontos enfatizados foram os de acesso às escolas do centro e facilidade de emprego, como também acesso à água, esgoto e energia quando moravam na área central.

Gráfico 2 - Conhecimento dos moradores sobre o Parque do Rio Branco



Fonte: Elaboração própria (WALTER, 2020).

Para Alves (2018), morar no centro permite o acesso às áreas com as maiores riquezas sociais urbanas, como escolas públicas de maior qualidade, área de lazer, acesso a água tratada, esgoto, energia elétrica, além de se ter ao alcance serviços bancários e comerciais; enfim, estar próximo aos equipamentos públicos.

Com objetivo de verificar o grau de satisfação das famílias removidas em relação ao novo local de moradia, questionou-se se o valor recebido da indenização foi suficiente para comprar outra casa no centro da cidade (Gráfico 2B).

A resposta foi unânime: 100% deles receberam valores abaixo do esperado e não compraram uma casa no centro da cidade. O valor gerado do m^2 da benfeitoria foi de R$ 841,12, pago pela PMBV com recursos próprios. A maioria daquela população desapropriada aceitou o valor indenizado; um pequeno grupo de moradores resistiu, e o acordo foi judicial.

Das 340 famílias removidas do “Beiral”, 8 delas não aceitaram o valor da indenização colocado pela Prefeitura de Boa Vista; esse grupo possuía o documento dos seus imóveis e decidiu permanecer morando em suas casas, porém a Prefeitura entrou com processo judicial.

Os entrevistados responderam a esta pergunta com sentimento de indignação; nenhum deles concordou com o valor da indenização, gostariam que os terrenos também fossem pagos, queriam ter sido notificados com antecedência, ter um tempo para organização do novo local de moradia. Eles foram para o aluguel, por conta própria, no prazo de uma semana, entre a notificação e a demolição dos imóveis.

Diante o valor da indenização, os moradores adquiriram suas residências em bairros afastados do centro, e a questão a seguir, gráfico 3A, pergunta sobre o tempo de deslocamento da residência

até o centro da cidade, com objetivo de verificar sobre a mobilidade dessas famílias.

O transporte de ônibus dos bairros mais periféricos para o centro tem um tempo aproximado de uma hora; os moradores que possuem carro próprio levam um menor tempo de deslocamento, em média 15-30 minutos. Observa-se no gráfico acima que esta é uma das opções de tempo com maior proporção entre os entrevistados (29%).

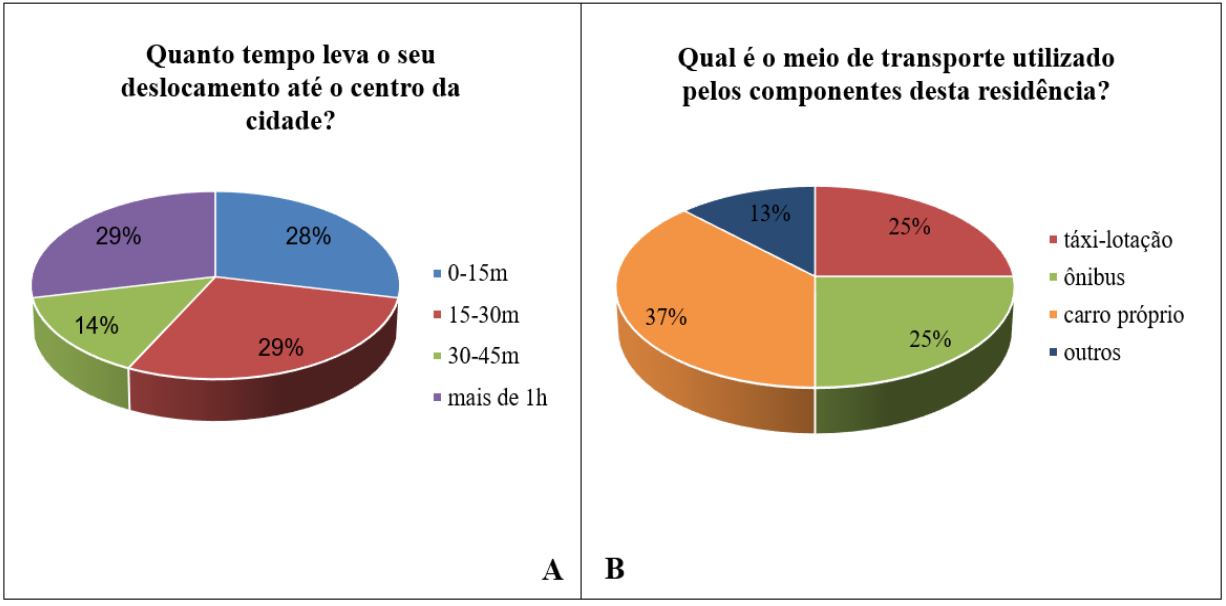
Os moradores que residem em bairros mais distantes da área central de Boa Vista possuem um tempo maior de deslocamento; estão entre estes 29% que levam mais de uma hora. Segundo seus relatos, o transporte público tem um fluxo pequeno, o tempo de espera nos pontos de ônibus é grande, fator que justifica o tempo de locomoção.

Para o transporte coletivo ser mais eficiente em Boa Vista, seria necessário construir terminais de integração na zona oeste, para diminuir o fluxo de veículos e pessoas nesta área. Tornaria-se um apoio para os moradores e os trabalhadores dos comércios das avenidas General Ataíde Teive, Bandeirante, Homem de Mello e demais ruas da zona oeste da cidade (PIEVE, 2018).

O tempo de deslocamento depende do tipo de transporte utilizado pela população. Considerando-se este aspecto, perguntou-se qual é o tipo de transporte que cada família entrevistada utiliza (gráfico 3B).

Em Boa Vista, o fluxo de veículos do transporte público é reduzido, o que ocasiona um tempo maior de espera nos abrigos de ônibus; 25% dos entrevistados utilizam este meio de transporte. Uma alternativa mais rápida de transporte é a lotação, que representa 25% dos entrevistados. Em destaque estão os moradores com carro próprio (37%), o que proporciona agilidade no deslocamento.

Gráfico 3 – Tempo de deslocamento para o centro da cidade



Fonte: Elaboração própria (WALTER, 2020).

A proporção de pessoas com carro próprio em Boa Vista conduz à consideração de que o transporte público coletivo apresenta problemas; a parcela de entrevistados com carros próprios relatou que o transporte particular se tornou essencial, visto que o tempo de transporte é menor e a mobilidade é facilitada, porém houve reclamações sobre o custo com o combustível, pois gastam mais com transporte após a sua remoção do "Beiral".

Em Boa Vista, apresentam-se limitações no acesso aos espaços da cidade; os moradores relataram sobre a dificuldade no transporte público quanto ao tempo e a distância. Porém, essa distância não se limita ao espaço entre um ponto e outro, mas às condições da mobilidade do transporte público.

O táxi-lotação é um transporte alternativo com bastante relevância para a mobilidade urbana na cidade; com ele tem-se a redução do tempo de espera e a possibilidade de chegar mais próximo ao seu destino, porém os moradores dos bairros mais afastados do centro declararam pagar mais de uma tarifa, caso dos bairros Pérola, Santa Teresa, Senador Hélio Campos, entre outros localizados onde os ônibus não chegam com frequência.

O tempo de deslocamento, a demora na espera pelo transporte público coletivo, a distância entre a casa e o trabalho e as rotas estabelecidas revelam-se como os aspectos mais negativos nas respostas dos entrevistados.

O relevo plano de Boa Vista contribui para a mobilidade por meio da bicicleta. Para Pieve (2018), Boa Vista é uma cidade com grande quantidade de pessoas que utilizam a bicicleta como principal meio de transporte. De acordo como os relatos dos moradores do Bairro São Bento, os seus filhos vão à escola de bicicleta, inclusive no centro, por não se adaptar às escolas do bairro.

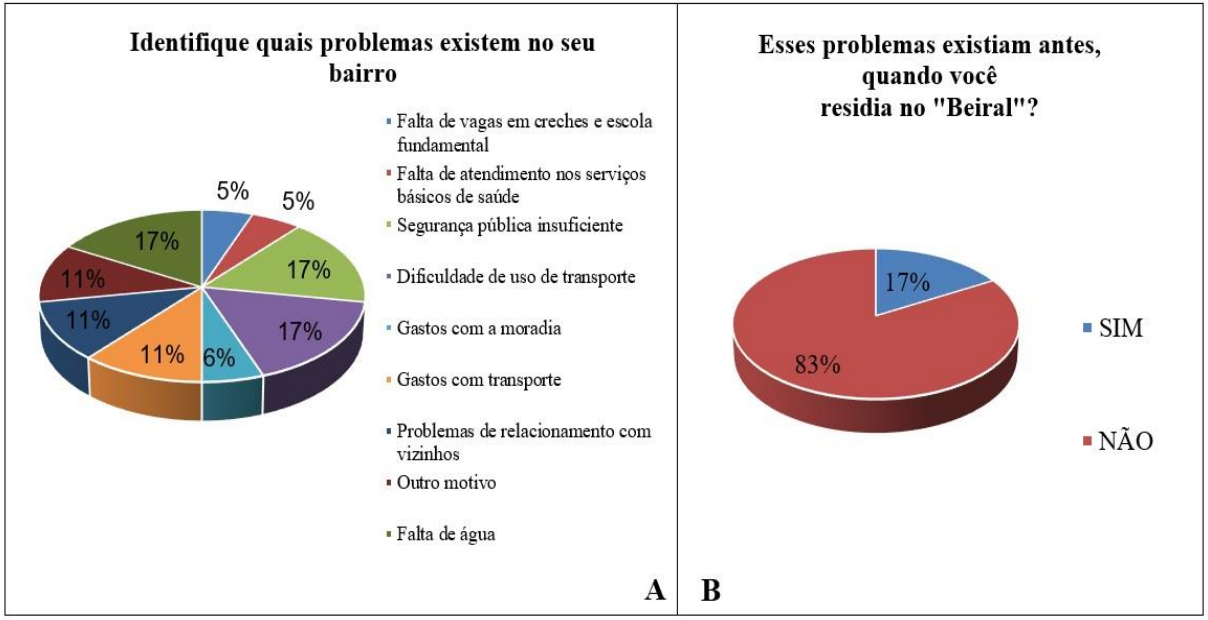
Realizou-se um comparativo dos problemas existentes nos bairros dos entrevistados em comparação com os problemas que existiam no “Beiral” (gráficos 4A e 4B).

Dentre as opções de problemas existentes, os moradores entrevistados argumentaram que no “Beiral” havia policiamento constante e as crianças podiam ir à escola sozinhas; o bairro em que moram não tem escola estadual e os filhos vão de transporte público com o período de deslocamento maior que uma hora; possuem gastos extras com combustível para o carro próprio, há falta de água no local e existe preconceito da vizinhança por ser ex-morador(a) do “Beiral”.

A posição geográfica do “Beiral”, primeiro núcleo urbano de Boa Vista, possibilitava aos moradores ter acesso aos equipamentos urbanos. O centro possui serviços bancários, oferece escolas para todas as idades, lá se encontram os hospitais e há um fluxo maior de transporte público, fatores que beneficiam os moradores da área central. Observando estes aspectos, os moradores relataram que os problemas citados acima não existiam no “Beiral”, o que mudou após a sua remoção para os bairros mais distantes do centro.

O Bairro São Bento (Brigadeiro) foi um local de procura para nova moradia, observaram-se diversos ex-moradores do “Beiral” nesta localização; é um bairro com ausência de infraestrutura básica, principalmente a parte em que existia o lixão municipal, as condições de moradias daquele lugar são parecidas com as do “Beiral”. Os moradores descreveram que se sentem desassistidos, mencionam que não há policiamento, consideram o São Bento mais perigoso que o “Beiral”.

Gráfico 4 – Principais problemas existentes no bairro atual



Fonte: Elaboração própria (WALTER, 2020).

Posto isso, a localização de moradia desse público é consequência da segregação socioespacial, visto que a descentralização está associada ao crescimento da cidade, tanto em termos demográficos como espaciais, ampliando as distâncias do centro e os novos bairros.

Para obter a percepção desses moradores sobre a remoção do "Beiral" e o deslocamento para as novas moradias, utilizou-se a História Oral.

HISTÓRIA ORAL DOS MORADORES REMOVIDOS DO "BEIRAL"

A próxima e última etapa da pesquisa de campo foi a entrevista com alguns moradores que foram removidos do "Beiral"; para isso, foi utilizada a metodologia "Bola de neve": um morador(a) indicou outro (a) morador(a), e assim sucessivamente.

A valorização do passado das pessoas é uma característica da História Oral, ouvir as memórias que cada entrevistado tem para contar. Para compreender essa busca de memória, é fundamental o acolhimento e a atenção à memória individual.

Para Abreu (2019, p. 25), "a memória individual pode contribuir, portanto, para a recuperação da memória das cidades". A partir dos registros, pode-se lembrar das pessoas e dos momentos urbanos que já passaram, como também das formas espaciais que já desapareceram. Para Costa (1993), é inquestionável o resgate da identidade de um lugar, por isso a difusão da "história oral" e as "memórias dos velhos".

A primeira entrevista foi gravada com a senhora M. O. M. no dia 7 de outubro de 2020, às 15h33. Foi seguido um roteiro pré-estabelecido e padronizado de entrevista: os nomes dos

entrevistados aparecem somente com as iniciais, para preservar sua identidade. As falas foram transcritas na íntegra, exatamente como eles narraram, para manter a originalidade das narrativas expostas à entrevistadora. Segue a primeira entrevista, com as perguntas feitas pela entrevistadora e as respostas da entrevistada.

ENTREVISTA 1

Qual era o seu endereço ali no "Beiral"?

> Eu morava na Sebastião Diniz, 50 metros da rua Cerejo Cruz bem na descida mesmo, na ladeira.

Quanto tempo você morou no "Beiral"?

> Morei naquela área por 25 anos, morar mesmo morar eu fui em 92 mas antes já era meu, mas morar só em 92. Comprei o terreno e construí lá.

Como era sua casa no "Beiral"?

> A minha casa era de alvenaria, com laje, a laje era de um pedaço da casa para fora, porque a minha intenção era fazer outra casa na frente, porque da casa para rua tinha 7 metros, 6 ou era 7. Aí eu entrei mais 4 metros dentro da casa para fazer a laje, entendeu? O terreno era estreito, 7x28.

A sua casa era próxima ao Igarapé Caxangá?

O terreno era uns 50 metros do Igarapé Caxangá.

Me conte sobre sua trajetória de vida durante esses 25 anos de moradia ali.

Quando eu morava lá eu trabalhava com transporte escolar, trabalhava naquela área ali, São Vicente, Calungá, 13, tudo pertinho da minha casa, bem próximo.

Meu giro era naquela área, do 13 para o centro. A igreja que eu frequentava era do 13 de setembro, depois eu passei para a igreja do Calungá, eu vim para a igreja do Calungá em 2012 e hoje continuo indo no Calungá, só no sábado, o culto principal, porque fica muito longe para eu ficar vindo de noite, porque lá de casa para o Calungá dá 12 km, no domingo e quarta eu vou na igreja lá perto de casa.

Como era o seu trabalho?

O meu trabalho eu fazia de segunda a sexta, de manhã e de tarde, no transporte escolar.

Você sabia que seria removida daquela área?

Eles (prefeitura) nunca falaram sobre a nossa remoção, eles sempre faziam aquelas pesquisas, quantos quartos tem, quantos banheiros, não sei o

que, quantas pessoas moram, eu dizia: aí, mas tem quantos tempo para a gente sair daqui? Eles diziam: não! Eles querem saber como está a situação das casas e inventavam uma história, né! Mas ninguém nunca soube que ia sair, tanto que se eu soubesse eu nunca teria gastado um dinheirão que eu gastei com laje, chegou a quase 30 mil na época, as pesquisas foram feitas pela prefeitura, eles diziam que iam mexer com o pessoal lá para trás, o pessoal do "Beiral", o pessoal ali da... ali do... ali mesmo, do "Beiral". O "Beiral" é até assim, de trás da minha casa para lá não é nem "Beiral", porque o "Beiral" é "Beiral" mesmo ali. Aquela rua Castelo Branco que é "Beiral" né. Aí o resto morava ali entre o meio até chegar na Sebastião Diniz morava muita gente assim tipo como se fosse favelado as casas, né! Mas não era "Beiral", mas o pessoal chamava tudo de "Beiral".

Se eles (prefeitura) quisessem, eles não teriam mexido com as pessoas, eles deveriam ter entrado em um acordo: olha! Vamos fazer uma reunião com o pessoal que mora na Sebastião Diniz, tipo assim, do igarapé até a...porque de onde eu morava até a ladeira, da subida ali, até chegar na rua de casa é bem pertinho, deve dar o quê? Acho que uns 100 metros, se der, acho que nem dá. Da minha casa para a Cerejo Cruz, que a Cerejo Cruz é bem perto da ladeira, entendeu? Eles podiam falar assim: olha! É o seguinte...vai ser feito este trabalho, e vai suspender tanto (metros) assim a casa, ou você fica e suspende sua casa, mas todo mundo queria isso (ficar ali) preferia suspender as casas e ficar lá, você está entendendo? O que vocês querem: suspender a casa, vocês vão gastar muito ou alguma coisa assim, a sua casa vai ficar com tantos de metros cobertos, eu tenho certeza que todo pessoal que morava na Sebastião Diniz preferia ficar e suspender as casas, até porque eu estava com uma laje imensa feita lá, dava para fazer uma casinha quase do mesmo tamanho que eu tinha embaixo, depois eu poderia ir

suspendendo, se ali iria ficar pela metade aterrada, mas eles não fizeram isso...(tristeza).

Mas é como eu estou te falando, se eles quisessem deixar as pessoas ali, eles tinham deixado e depois cada um se virava para arrumar sua casa. O meu vizinho fez um prédio com três pisos, o meu muro era com separação do dele, ele fez um prédio nos fundos e na frente tinha uma casa grande, o prédio dele era tudo de primeira, no blindex, eles derrubaram o prédio dele e praticamente deu mixaria, porque o que ele gastou...pegou 230 mil.

Ali na subida tem uma casa, não sei como vai ficar. A mulher bateu o pé e não saiu, não sei se vão mexer com ela, se vão tirar ela dali, ficou uma coisa sem jeito ali, mas descendo, bem descendo mesmo, lá na ponta ficou uma outra, outra casa, dá de ver que foi aterrado e ela ficou meia baixa, eles disseram que não sairão dali mesmo. Acho que eles não vão mexer mais não, até porque a Teresa vai sair, outra pessoa que vai entrar aí.

Ali vai ficar muito bonito, só não sei se vai prestar porque o pessoal que usa droga ficou ali, aqueles que ficam debaixo da árvore, eu morei ali todos esses anos e nunca tive problemas com nunca nem vi o pessoal ali, e agora que eles saíram dali, você desce naquela rua ali que quem vai...tenho um amigo ali que mora bem na esquina, ele diz que o pessoal fica usando droga na sua calçada, então é isso, não sei se vai ficar legal.

Quando você foi notificada que teria que sair, qual foi o seu sentimento?

Quando eles nos tiraram foi em uma época em que encheu de novo, em 2017, não foi muita água mas entrou, a gente teve que sair, nesse período eles se

> aproveitaram e o pessoal não voltou mais, aí chegaram dizendo que tinham sair todo mundo, que aí bateram o pé, que tinham que sair, que iam indenizar, vocês têm tanto tempo para se arrumar e sair, deram o prazo... eu saí em setembro, bem no final do inverno, eles já vinham arrumando aí, já tinha muita gente que já tinham tirado o pessoal da casa, eles colocaram que as pessoas não precisavam de voltar mais, então quem tinha saído de casa não era para voltar, eu ainda voltei, ainda fiquei meio lá mas...eu não trouxe as coisas que eu tinha tirado aí....todo mundo começou a sair, começou a sair, a gente fica, vou ter que sair, o que eu vou ficar fazendo aqui sozinha?

Você acha que a Prefeitura colocou uma imposição para vocês saírem?

> A Prefeitura colocou uma imposição forte, ficamos assim: ou sai por bem ou por mal, se tu sair por bem ainda ganha alguma coisa e se sair por mal não ganha nada, né, mais ou menos isso.

Quem deu a notícia para vocês? Como foi esse processo?

> A notícia foi dada pelo departamento do CRAS, esse pessoal ficou encarregado de ir nas casas, fizeram aquele procedimento, arrumar a documentação e ir lá assinar, essas coisas aí. Quando eu saí, na mesma semana já derrubaram lá.

Você aproveitou o material da casa?

Eu aproveitei o material que conseguia, tirei a telha, madeira...tirei e doei; como a minha casa estava reformada recente, o telhado era novo, eu tinha feito há pouco tempo, eu tinha descoberto ela toda e mandado suspender ela toda, coloquei toda na madeira nova, madeira e telha, entendeu? Então eu levei as madeiras novas.

Quando você saiu em setembro de 2017, você foi direto para a casa em que mora hoje?

Em setembro, eu saí e aluguei uma casa ali perto, até porque eu estava trabalhando, aí eu comprei essa casa no Equatorial, tive que arrumar ela, tipo assim, fazer de novo, reformei, era uma casinha bem pequenininha, essas casinhas antigas, eu comprei da minha irmã, aí eu comprei... a minha intenção era eu arrumar ela para alugar, depois comecei a gastar, a gastar, aí sabe de uma coisa, vou ficar aqui mesmo, no aluguel eu fiquei só 2 meses.

Você gostaria de continuar morando lá no centro?

Se eu pudesse escolher, eu permanecia morando ali, elevava o nível da minha casa, porque a tendência é melhorar, se eles não tivessem mexido com ninguém da Sebastião Diniz dava para eles terem feito todo esse trabalho e depois a gente arrumava a casa da gente, entendeu? Porque até quem trabalha ali aí acha ruim sair, às vezes falam assim para mim, você mora em Boa Vista ou no interior (Equatorial)? Eu respondo: aí que está o interior (risos) porque tem um centro comercial bem forte.

Você se sentia discriminada por morar no “Beiral”?

> Quando eu morava no “Beiral”, o pessoal dizia: mas menina, você mora ali, é tão perigoso. Eu dizia assim: não é perigoso, eu morava perto do “Beiral”, mas não era perigoso. Eu morei esses anos todos e não teve nada assim, nada de roubo, nada para dizer assim...eu achava muito bom morar ali. Ali onde eu morava era o centro, até a minha casa ou duas a frente, até no igarapé era centro, do igarapé para lá era São Vicente, eu dizia para as pessoas que morava no centro, era no subúrbio do centro, mas era centro (risos). Alguns dizem: poxa! Você saiu do centro e foi morar na periferia, eu digo: mas para lá está mais bonito que o centro.

A moradora M.O.M. residia na Avenida Sebastião Diniz, Nº 1625, Centro, desde o ano de 1992; hoje ela reside no Bairro Equatorial, são 11 km de distância entre as duas moradias. A entrevistada foi pontual em suas narrativas, demonstrou desejo de continuar morando no centro, mesmo com a possibilidade de investir financeiramente em sua antiga moradia ou recomeçar.

A sua renda era a partir do transporte escolar; morar no centro proporcionava a flexibilidade de locomoção entre as escolas centrais e local de descanso entre o horário de trabalho. Com a mudança de residência para o bairro periférico de Boa Vista, a entrevistada precisou adaptar o trabalho e houve uma crescente queda de clientes, o que a levou a trocar o tipo de prestação de serviço em 2020.

A segunda entrevista ocorreu no dia 21 de outubro, às 16h32, com a senhora V.D.N.C. no conjunto Cruviana. Vejamos a seguir as narrativas sobre o período em que morou no “Beiral” e o processo de remoção daquele local:

ENTREVISTA 2

Quanto tempo você morou no “Beiral”?

Eu fiz 50 anos, então desde que eu nasci e me criei lá, porque a minha mãe era amazonense e meu pai era paraense, quando meu pai veio, é...assim, eu não sei como eles se encontraram, mas quando eu me entendi eu já morava lá. Então nós morávamos em uma casa alugada e o dono de lá era o nome dele era Turquio, era dono de várias casas e aí tinha uma outra senhora que morava do lado também aí ele fez uma proposta para essa senhora comprar essa parte da casa, ela disse que não queria, ela conversou com meu pai, foi quando meu pai comprou a casa. E a gente ficou ali até...primeiro faleceu meu pai, depois minha mãe e eu fiquei na casa (emocionada), fora que eu tinha vivido tudo ali com o papai e a mamãe, eu fui a primeira dos filhos, a vida toda.

Ali não tinha nada, era um descampado, tinha muita areia, para a gente , por exemplo, ir para o 13 de setembro subia a ladeira todinha andando, ia para frente do banco (hoje o Santander), ficava ali esperando uma “kombi” para ir para o 13 de setembro, lembro que ali tinha uma vala enorme (próximo ao supermercado DB), em frente do banco descendo para o beiral tinha uma vala enorme, mudou muita coisa, o terminal ali teve mudança de 3 a 4 vezes que eu acompanhei, o que tinha ali quando eu era criança era ir na frente do banco e pegar a “kombi” para ir para os bairros, ali era só areia. A minha mãe me levava para o 13, porque ela tinha uma amiga lá, né, eles na realidade não deixavam a gente sair, é a única coisa que eu lembro.

Como era a sua casa neste período?

A minha casa era de taipa, no tempo tinha aqueles barros batidos, que eu me lembro era de taipa, depois o papai comprou e passou o tempo e ele começou a juntar o material, juntar o material...para levantar uma casa melhor, no mesmo local que ele comprou. Essa casa que ele levantou é a que nós morávamos até 2017, tinham 7 quartos, toda murada, varandada (pensativa).

Você estudou próximo de sua casa?

Estudei, na escola Princesa Isabel que era o infantil, estudei no São José, terminei o Ensino Fundamental todinho no São José, depois eu fui para o Gonçalves Dias.

Você tinha dificuldade de acesso à escola?

Não (risos), ali tudo era perto né.

Você lembra quando era o Porto do Cimento antes da Orla?

A mamãe levava a gente no dia de domingo para tomar banho no Porto do Cimento, não tinha nada ali.

Tinha muito pescador ali perto da sua casa?

Tinha, tinha sim, conheci muitos pescadores dali, uns já faleceram...

Você sabia que você seria removida dali em 2017?

Não. O que aconteceu? Anos atrás, uns 3 ou 4 anos, foi um pessoal da Prefeitura passando nas casas, começaram a medir, não informaram para que era, só disseram que estavam fazendo um levantamento, tal, mediram todas as casas, então assim, quando começou essa movimentação toda a gente foi tentar saber se ia sair ou não, disseram que não, que seria da rua de baixo para lá. Eu fui uma das que foi lá, disseram que não íamos sair não, acho que não era para criar tumulto e não falaram para ninguém, depois que tiraram aquela parte que tinha que tirar, só passaram na nossa rua entregando o papelzinho, que tinha que ir lá no CRAS para resolver isso daí. Primeiro eles tiraram as casas do "Beiral" para depois para lá.

A minha casa era distante do Igarapé Caxangá, não era tão perto não, porque o pessoal dizia que "alaga", alagou uma vez , em 2011, alagou porque a enchente foi...mas para dizer que aí porque sempre alagou, não alagou não.

Em 2017 então não alagou?

Em 2017 não alagou, só em 2011, que, segundo minha mãe, que teve uma outra enchente, há muito muito muito anos, e que eles eram mais antigos, que ela ocorria de tempo em tempo e foi o que ocorreu em 2011. Eu achei muito injusto porque a Prefeitura

não chegou e falou que ia sair todo mundo, eles disseram que não precisavam de se preocupar, inclusive minha cunhada foi lá, uma amiga dela trabalhava lá dentro (prefeitura), falaram que não ia sair.

Nesses últimos anos vocês investiram na casa em reforma ou construção de novos cômodos?

A casa era toda no tabique, forrada, cerâmica, ela era na Ajuricaba, a que hoje está com a lotação, tanto que o hotel não saiu de lá, dizem que não tem dinheiro para pagar, aquele hotel era para sair, a casa que a dona do hotel cuidava não saiu, o pessoal se tivesse batido o pé teria ficado ali, mas a pressão estava muito grande.

Vocês resistiram à saída? Entraram com pedido judicial?

Nós resistimos pelo preço, segundo a avaliação da Caixa a casa valia 330 mil, pelo tamanho da casa e a nossa casa era 220m^2, queriam pagar 170 e poucos mil, ai eu comecei a bater o pé e aí depois que vim descobrir que eles tinham medido a casa errada, disseram que nós tínhamos construído, foram conferir nas imagens do drone e realmente a casa estava medida errada, e ficou 210 mil, foi dividido entre os irmãos, ficou 30 e poucos mil para cada um, então assim, o que eu achei injusto porque a casa no "Beiral", de madeira, a Prefeitura pagou 300 mil reais, quer dizer, o que adiantou eu pagar os impostos? O que adiantou pagar energia, deixar em dias a água? E pelo terreno ela (prefeita) pagou 17 mil, no total ficou 210, eu ia começar a entrar com o processo judicial só que é assim... eu já estava

desgastada, porque é muita pressão, você vai lá e o advogado da Prefeitura tratava a gente muito mal, não olhava nem na sua cara, o tempo todo no celular, muito grosso, tratava a gente que nem um lixo.

O que você fez quando recebeu a notícia de que teria que sair?

Na realidade foi que eu tive que engolir seco porque eu queria que tivesse sido pago um valor a mais porque você imagina, foi uma vida toda ali, meu pai investiu, minha mãe investiu para nada! Para vender a casa do jeito que eles fizeram, aí porque eu quero comprar e tem que ser do valor que eles querem, para mim que fiquei cuidando dos 2 (pai e mãe), deixei minha vida de lado, tive que contar com a ajuda de uma irmã para comprar a minha casa, porque o dinheiro não dava, aí você imagina o que a gente não passou, eu tenho pressão alta, e outra coisa, eu fiquei tão traumatizada, porque você ouvia a notícia da casa de tal pessoa tinha sido derrubada, quando eu ouvia zoada de trator, aquela zoada, eu ficava nervosa, entendeu?

Você foi uma das últimas a sair?

Eu fui uma das últimas a sair, peguei um trauma, chega, sabe...porque vinha a notícia porque tiram as coisas de fulano e derrubaram a casa (emocionada) toda vez que eu ouço barulho de trator eu me espanto, toda vez eu me espanto, fiquei traumatizada, pela maneira que fomos tratados, não éramos ninguém e nem donos de casa, por isso que eu disse, eu fico pensando não adianta ter a documentação da casa e

pagar os impostos, porque na hora que a Prefeitura quiser, ela tira sua casa.

Como foi esse processo da indenização?

Eles indenizaram, aí eu fiquei...eu não tinha para onde ir, a minha irmã me colocou dentro da casa dela, fui na Prefeitura e eles simplesmente disseram que não podiam fazer nada, nada, nada, porque eu teria que dar meu jeito, fui para a casa da minha irmã no São Vicente, fiquei lá por 2 meses, aí eu comecei a procurar casa, para morar, minha colega disse que teria essa casa no Cruviana para vender, por isso que eu fui parar aqui (casa atual) a minha irmã ainda me ajudou a comprar, todos eles tinham casa (irmãos), menos eu e minha caçula, tava todo mundo brigando pelo dinheiro, passei por muita coisa e assim...a minha revolta, até hoje, eu não voto na prefeita (voz alta) minha mãe trabalhou com ela, meu pai trabalhou muito para ela, a minha revolta é o tipo de tratamento que eles nos deram, nos tratou igual lixo, não teve humanidade, se você visse o advogado da prefeitura...mas fazer o quê?

Por um lado, foi bom, eu me desliguei dos meus irmãos, resolvi minha vida. A única diferença é que aqui é um pouco distante, não tenho transporte, mas vou fazer o quê? Aqui é minha casa agora, né...

Você escolheria continuar morando lá?

Lá no "Beiral" eu conhecia todo mundo, se eu pudesse eu queria morar lá, mas só minha, sem os meus irmãos.

> Se a Prefeitura tivesse pago mais dinheiro, eu teria ficado com mais dinheiro e comprado uma casa mais perto, para ela que tem dinheiro está de boa.

Quando você morava na área central você se sentia discriminada por morar no “Beiral”?

> Quando eu morava no “Beiral”, eu fui discriminada muitas vezes, eu aprendi a conviver, eu dizia eu moro lá, mas eu não vendo droga nem faço nada fora da lei, todo mundo me respeita, como minha mãe dizia, o ambiente quem faz é você, todo mundo nos respeitavam, porque sabiam que a gente não mexia com isso.
>
> Aqui eu não conheço os vizinhos, lá eu conhecia todos, eu nasci e me criei lá...é uma história assim...minha mãe trabalhava com as pessoas, ela fazia o serviço social, era como agente de saúde e da igreja católica, minha mãe que cuidava.
>
> Ela levava o médico, ela que cuidava daquele pessoal todinho, depois que ela veio a falecer, esse projeto foi de água abaixo, porque era ela que cuidava, ela também que cuidava da pastoral da criança.
>
> Ela fazia a multimistura, brigava por médicos ginecologistas, porque na realidade dizia assim, que as mulheres do “Beiral” tinham vergonha de ir para o posto médico, que quando elas chegava no posto médico eles não tratavam elas bem, né, então ela fazia questão de levar ginecologista para atender as mulheres dali, nome dela é Raimunda.

Quais os projetos relevantes que aconteceram no seu bairro?

Durante os 47 anos que morei ali o prefeito Barac fez paralelepípedo nas nossas ruas e ele também deu casas para os moradores que sofriam com alagamento, mas eles foram e voltaram, foram e venderam as casas, hoje tem muita gente arrependido, porque quando foi para o Ministério Público, disseram que se sair 1,2,3 vai ter que sair todo mundo, eles ficaram doidos, porque nunca tinham visto dinheiro, tanto que eles voltaram tudo para lá, tomaram o lugar daquelas casas, porque o "Beiral" praticamente subiu ali aquela rua da clínica Santa Rosa, eles continuam lá (usuários de drogas) para o lado do Calungá. Ali era para ter levado eles para a clínica, feito um trabalho com eles, mas não fazem, porque querem só aparecer.

Me fale sobre o pagamento dos terrenos

Ela tinha toda a documentação da casa dela, só que não era registrado em cartório, se não fosse registrado não pagavam o terreno, só pagavam a construção, entendeu!

Só 8 famílias tinham documento, tanto que meu colega, um dos últimos a sair, ele teve que levar a minha documentação, a da dona Inácia, para provar que nós tínhamos documentação e era registrado em cartório, então ela chegou lá chorando, ele disse assim: "quem não registra não é dono", jogaram praticamente o documento em cima dela, ela recebeu muito pouco dinheiro, o terreno dela é enorme, o nosso terreno lá a Prefeitura pagou 17 mil, por quê? Porque era registrado, não era para pagar mais? Muito complicado...

A entrevistada V. D. N. C. residia na Rua Ajuricaba, Nº 27, centro, e atualmente reside no conjunto Cruviana, 13 km de distância entre a antiga residência e a atual. Essa entrevistada foi bem relevante para o livro, pois é a moradora mais antiga que concedeu entrevista, 47 anos residindo no "Beiral". Sua mãe fazia assistência social no bairro, o que tornava a família bem conhecida no local; suas ações favoreciam a população segregada e esquecida pelo poder público municipal; sua família permaneceu no "Beiral" até o ano de 2017, com a desapropriação realizada pela Prefeitura de Boa Vista

O valor recebido na indenização da casa foi abaixo do esperado, além da repartição do bem com os demais irmãos, por ser um bem da família, o que resultou na compra da casa em um local bem distante do centro. A entrevistada desenvolveu uma síndrome do pânico, devido ao transtorno ocasionado pelo modo como os funcionários da Prefeitura realizaram a retirada dos moradores, conforme ela citou, por imposição, os barulhos de máquina (retroescavadeira) causaram medo e mal-estar.

A terceira entrevista, com a senhora T. A. S., foi realizada no dia 02 de novembro de 2020, às 11 horas, em sua residência no Bairro São Bento; Seguem as falas e as memórias acerca do tempo em que viveu no "Beiral" até o ano de 2017:

ENTREVISTA 3

Quanto tempo você morou no "Beiral"?

> Aí eu morei 15 anos, meu marido mais de 30, ele me disse.

Por que vocês decidiram morar no “Beiral”?

Porque era mais perto, né, do centro! Casei lá, meus 7 filhos nasceram lá, só tive um aqui, os outros todos lá.

Como era sua antiga casa?

Era de alvenaria e a outra era de madeira, tinham duas. Era três quartos, um banheiro dentro, uma sala, cozinha, aí a outra de madeira era só um vão. A casa era perto do rio, alagava muito.

Em 2017 também alagou a sua casa?

Alagou, era bem na beirinha mesmo, em 2011 alagou bastante, nós saímos de lá.

Como era a vida de vocês enquanto moravam no “Beiral”?

Meu esposo trabalhava, eu não. As crianças estudavam mais perto, iam para escola e voltavam sozinho para casa, que era bem pertinho, todos eles estudavam ali, na Rio Branco e Aquilino.

E você sabia que vocês seriam removidos dali em 2017?

Não, não sabia não, pegaram a gente de surpresa. Nunca foram lá... nunca, nunca.

O que vocês fizeram quando receberam a notícia de que teriam que sair?

> Foi choque, né! Porque ninguém esperava, nós saímos por causa da enchente, aí nós deixamos tudo dentro de casa para poder voltar de novo, mas...não foi possível de voltar mais né! Não deixaram a gente voltar mais.

Vocês foram para onde?

> Nós saímos, fomos para o aluguel, nós mesmo que pagava, ficamos uns 3 meses.

Vocês receberam a indenização das suas casas no “Beiral”?

> Recebemos, foi... teve que inteirar para comprar a nossa casa aqui no São Bento.

Vocês gostariam de continuar morando lá no “Beiral”?

> Eu gostaria (animada)

Qual que é a maior dificuldade de morar aqui?

> Tem dificuldade para tudo, aqui é longe para escola, para tudo.

As crianças continuam estudando no centro?

> Estuda no centro, tudinho. Tem dias que eles vão de bicicleta, tem dias que eles vão de ônibus.

Tem escola aqui no bairro?

> Tem, tem escola para cá, mas eles não querem estudar para cá, já acostumaram para lá.

Quando vocês moravam no "Beiral", vocês se sentiam discriminados por morar lá?

> Não, ninguém. Era bem tranquilo, só o pessoal ali que... eu conhecia toda a vizinhança, tudinho.

E aqui, você já se adaptou ao Bairro São Bento?

> Não, aqui não dá de fazer amizade não, aqui é tudo complicado, todo mundo nas suas casinhas, é assim. Eu quero voltar a morar lá (enfática).

A entrevistada T. C. S. foi concisa em suas respostas, reflexo do perfil da entrevistada, tímida e reservada, porém ela enfatizou sobre o desejo de morar novamente no "Beiral", ela concluiu a

gravação e falou: sim, eu quero voltar morar lá, como forma de pedido de ajuda. Sua família morava na Travessa Castelo Branco, Nº 181, Caetano Filho, e hoje eles moram na Rua das Chácaras no Bairro São Bento, próximo ao igarapé Grande, divisa entre os bairros São Bento e Centenário.

A terceira entrevista é com a senhora K. C. D, gravada no dia 25 de novembro de 2020, às 16 horas. Essa e a próxima entrevista são bem relevantes para o livro, pois possuem informações acerca de todo o processo de mudança, as resistências e as dificuldades passadas por eles e as demais 340 famílias que foram envolvidas nessa desapropriação no "Beiral".

A seguir, transcreve-se o diálogo com a entrevistada, com as perguntas e os relatos das vivências ocorridas no "Beiral" e na área central:

ENTREVISTA 4

Vocês tiveram algum tipo de ajuda durante o processo de saída?

> O pessoal da Suely chegou com maquinário, chegou com caçamba, quando o pessoal da Prefeitura viu que a Suely se prontificou para limpar, foi quando entrou o pessoal da SANEPAV para limpar, entendeu? Então assim, eu tenho fotos da guarda colocando junto com o SMTRAM aqueles blocos amarelos para a gente não entrar de volta em nossas casas, a confusão começou por causa disso. Tipo assim, a gente saiu na alagação e quando a gente foi retornar disseram: "Opa! Vocês não podem voltar. Aqui é

uma área de desapropriação!". Foi quando a gente entrou com tudo, aonde que está uma área de desapropriação? Que documento é esse?

Porque a nossa casa ela não era de área de preservação ambiental, porque a princípio foi isso que o CRAS disse, no entanto eu questionei a mulher do CRAS. Eu falei assim: então, peraí, então vamos lá! O Marcos da Byte (deputado estadual) vai sair? Maria Helena (deputada federal) vai sair? Quem mais vai sair da redondeza ali do Iate? O Jalser (deputado estadual) vai sair? Aí ela disse: "Não, mas a questão não é eles, é vocês." Então assim, eu não vou dizer que eu me arrependi de ter saído de lá, não! Aqui onde eu moro atualmente é muito bom, e assim, eu só achei errado foi a forma de como saímos. Porque desde o princípio era para eles ter nos alertado, avisando que a casa seria avaliada dessa forma, a gente vai ver com vocês no que pode ajudar para vocês saíram, isso em nenhum momento foi colocado em questão, nenhum momento (indignada). Quando eu fui para apresentação do projeto no Palácio 9 de Julho, foi eu e meu esposo, eu assisti todo o projeto, e é totalmente diferente do que está a placa que está dentro do shopping do Caçari, eu questionei o Jucá, por quê? A escola Rio Branco estava recém-reformada, em 1 milhão e uma coisa, foi a reforma dela. Então assim, eu questionei, o Jucá perguntou se alguém tinha alguma pergunta sobre o lançamento isso aqui ou outra, eu falei: e a escola que foi recente inaugurada com mais de um milhão de reais aí ele olhou para mim e disse: "Quem é você?" Eu falei: sou moradora do bairro, nós somos o primeiro a ser chamado para assistir isso daqui de vocês porque é aonde vai ser construído aonde a gente mora e nenhum de nós fomos convidados (tristeza). Ele falou que o parque iria ter dois prédios que funcionaria com salas comerciais e esses prédios não estão lá no projeto, mudou muita coisa.

A Prefeitura apresentou a vocês o objetivo e o embasamento para construção do Parque do Rio Branco no mesmo local das moradias do "Beiral"?

Não, em nenhum momento eles falaram, a única coisa que uma vez foi a mulher do CRAS que era responsável pela venda da casa, ela disse que era por um bem maior, porque lá era uma área vermelha, na verdade a primeira área vermelha, porque "Beiral" nunca existiu, sempre foi Centro, sempre foi Centro, se olhar qualquer mapa, nenhum deles existe "Beiral", então foi assim, em nenhum momento eles chegaram e explicaram, então foi isso que zangou muita gente, porque a gente saiu, tipo assim, quem teve condições de se manter, saiu com as mãos e os braços amarrados, e quem não tinha como se manter?

Quanto tempo você morou no "Beiral"?

Vinte e três anos, desde que quando eu nasci, eu nasci e me criei lá, meu pai tomava de conta do Hotel Beira Rio que é do Raimundo Roraima, aí de lá na época de garimpo, como entrava muito garimpeiro, foi quanto meu pai montou o comércio, daí do comércio aumentamos, foi fazendo apartamento, foi aumentando a casa, foi comprando terrenos. As três esquinas eram nossas quando saímos.

O Hotel Beira Rio ainda existia em 2017?

Sim, ainda do Seu Raimundo, no entanto o cara mesmo do CRAS, o responsável por nome de Leandro, ele nos disse que se o primeiro vendedor

fosse o Raimundo Roraima, desapropriar aquele terreno lá, eles iam colocar um preço bom, todo mundo perderia a força, porque lá era o maior terreno do "Beiral", era de uma esquina a outra, e realmente foi o que aconteceu, eles tiraram o Hotel, foi o primeiro que eles tiraram e virou um vagão, de uma rua a outra.

Como a sua família decidiu morar no "Beiral"?

A minha mãe morava no Cantá, ela vendia acerola aqui em Boa Vista, e meu pai veio do Ceará, ele veio para cá e daqui ele foi para o garimpo, eu não sei como eles se conheceram, mas o ponto de venda de qualquer produto era ali naquela redondeza, então eu acho que por eles serem comerciantes juntou eles ali naquela área.

Como era a sua casa?

A minha casa? A minha casa era tão bonita (risos) era um quarto bem grande, 5x5, sala, uma área de serviço, uma área na frente, uma área atrás, toda na cerâmica, tinha garagem, toda com forro, 2 portões de alumínio, um pequeno e um grande, então é assim, o que de conforto que a gente poderia ter, a gente teve. É uma coisa igual eu digo até mesmo na faculdade, antes da pandemia a gente foi falar sobre a nossa própria vida, um seminário sobre quem você é, eu denominei várias vezes, eu nasci e me criei no "Beiral" e nem por isso eu me tornei tudo aquilo o que as pessoas falavam, tanto eu como meu irmão, hoje ele é concursado na área da saúde, ele trabalha na área da saúde e na saúde indígena, então assim, você realmente quer ser, o lugar não diz quem você

é, muitas das vezes...na escola mesmo onde eu estudei no ensino fundamental e médio as pessoas diziam, você mora no "Beiral" e nenhum momento o "Beiral" me definiu, não! É um bairro como qualquer outro bairro, tem problemas como qualquer outro bairro, inclusive os maiores causadores de problemas no bairro era de fora, não eram os moradores, é igual eu digo, sempre foi filhinho de papai, outros moradores de outros bairros que ia para lá, em busca de drogas, em busca de diversão, então aquilo tudo que acontecia era de fora, pessoas de fora, porque por exemplo, o seu Zé e a dona Graça, eram meus vizinhos do lado, ela fazendo costura e ele consertando ventilador, e assim, eles sempre foram pessoas de bem, a Glaide que é conhecida como Preta, sempre foi pessoa de bem.

Era um bairro bom, essa mudança trouxe melhoria, foi bom quando não existia esse problema de facção, para mim era o melhor bairro, eu acredito que tenha sido até bom essa mudança, mas eu não acredito que a praça não vá trazer tanta melhoria, porque os usuários dizem que essa praça vai ser o nosso point, no entanto, que quando encheu, neste ano mesmo quando choveu, a obra alagou. Os usuários continuam lá, a polícia está lá, a Guarda Municipal montou lá um ponto deles lá, e nem a Guarda Municipal inibiu, você pode ver eles estão lá, pode ver que os moradores ao redor podaram todas as árvores para eles não ficarem lá. O maior problema que era esse a Prefeitura não conseguiu resolver, não resolveu! Eu acho assim, deveria... por exemplo, aqui do lado era uma vila, eu liguei uma vez para os Direitos Humanos e Polícia Civil, meu esposo também ligou, e acho que a vizinha da frente também denunciou, e quando veio, veio Direitos Humanos, veio Conselho Tutelar, Polícia Civil, veio retroescavadeira, veio máquina e tudo, tinham pessoas que saíam aí de dentro de fralda, que usava droga, cachorro morto ali dentro, tinha de tudo nessa

vila aí do lado, aí eu falo, porque eles não fizeram assim lá, como se fosse uma ação humanitária, não tem vários pontos que fala? Porque a polícia não inibe os usuários lá do "Beiral", e elas também não podem fazer nada, é um vício, é um vício.

Como era a sua trajetória de vida no "Beiral"?

Eu lembro de quando eu era bem pequena, eu sempre estudei no Osvaldo Cruz, da primeira série a oitava, então de primeira à quarta série eu estudava no Osvaldo Cruz pela manhã e à tarde eu estudava no Satife Salomão, que era onde é hoje a Defesa Civil, lá era o Latife Salomão, antes de eu sair do Ensino Maternal para o Ensino Fundamental eu estudava no Sementinha, onde é hoje o BOPE, era uma creche, eu penso que todas aquelas crianças que estudavam comigo eram moradores de lá, do "Beiral", Calungá, São Vicente. E depois disso eu ficava ajudando no comércio, era para ajudar na prateleira, eu arrumava, era para atender, eu estava atendendo e sempre foi assim, sempre! No entanto, que quando surgiu a oportunidade de comprar outro prédio ele ofereceu para mim e para o meu esposo para montar outro comércio, meu esposo trabalha 9 anos na área de promotor de vendas, meu pai perguntou se queríamos montar o comércio, a gente tinha um carro, um gol quadrado, foi quando o meu marido vendeu e comprou um palete de cachaça e foi quando a gente começou o comércio, ficamos 2 anos no comércio e depois fomos desapropriados. Aí a gente teve que sair e vender tudo. Ficamos 4 meses morando de aluguel, por conta própria, a Prefeitura nunca nos ajudou, ela pagou aluguel para quem iria ganhar a casa do Minha Casa Minha Vida.

Como foi a sua reação de sair do local que você nasceu e viveu até os 23 anos?

Eu me senti indignada, então é assim, é muito difícil você sair de um lugar que você nasceu, se criou, conhece todo mundo dali, você sair e diz: Para onde eu vou?

Não é fácil você ter comércio e começar do zero em outro lugar, onde as pessoas não te conhecem, onde a clientela não é a mesma, então assim, pelo meu pai eu acho assim foi coisa de Deus ele ter conseguido uma casa ali, porque a clientela dele é a mesma ali (continua morando na área central – Calungá), é a mesma clientela dele, e ele comprou aquele terreno e começou do zero, ali só tinha uma casa, hoje tem o comercio, depósito, casa reformada.

A gente comprou 3 casas, antes eram 5 no "Beiral", a gente sempre morou junto, meu pai tinha a casa na esquina com o comércio, na outra esquina tinha só o comércio, na outra esquina era a minha casa e ainda tinha os apartamentos alugados, o meu irmão ficou com a parte dos apartamentos, estavam todos alugados, então foi assim, a gente sempre morou junto, quando foi para todo mundo sair, todos ficaram perdidos, o meu pai dizia: "E agora? E agora? Vocês vão ter que se virar por conta, eu não tenho como manter todo mundo." Então foi quando ele disse: "O que que posso fazer como vocês é, vamos dividir o dinheiro, cada um procura uma casa, cada um procura o seu e no local que achar melhor e eu também vou fazer a mesma coisa", ele falou. E aquela casa onde ele mora era de uma amiga da mamãe que tinha ido embora para Fortaleza, a mamãe ligou e perguntou como estava a situação daquela casa, se tinha interesse em vender, ela disse que há muito tempo aquela casa estava à venda mas, como não tinham conseguido vender, eles alugaram,

foi quando o papai fez a proposta. Como eles já moravam há muito tempo em Fortaleza, se mudaram e aceitaram a proposta. Aqui na minha casa também foi assim, eu andei em tantos bairros, e eu sempre dizia que não queria morar no 13 de Setembro, mas na primeira vez que eu passei aqui na frente, a moça estava colando a placa na frente, eu falei para o esposo que era essa mesma, bem no Bairro 13 de setembro, é essa que eu quero, viemos aqui, negociamos o preço, abaixa o preço e abaixa o preço, eu não tinha todo o capital para comprar, foi quando meu pai entrou com o valor para comprar. A do meu irmão foi do mesmo jeito.

O valor da indenização não deu para comprar a sua casa atual no 13 de Setembro?

Não, foi assim, eles derrubavam a sua casa, você assinava, aí eles te davam 20 dias para o dinheiro cair na conta, só que nesse meio de 20 dias até se você desistisse ficaria por isso mesmo, porque no mesmo dia que você assinava a retroescavadeira derrubava a casa, foi isso que aconteceu, no dia que ele (pai) assinou a retroescavadeira derrubou. E assim sucessivamente com todas as outras casas. Lá nós tínhamos 5 casas, e compramos só 3 com o valor da indenização, ficamos 4 meses de aluguel. Com o dinheiro da indenização da minha casa eu não compraria essa casa atual, muitos deles estão morando no Pérola, Brigadeiro, em casas mais baratas, é assim, éramos muito acostumados no "Beiral", criou uma bolha nos moradores antigos, como eu vou sair dessa bolha? E alguns deles tentaram, montaram comércio, começaram a vender roupa, mas como era muito naquela bolha voltaram a mesma coisa (morar em áreas degradadas).

Você gostaria de continuar morando lá no “Beiral”?

> No bairro sim, pelo Bairro Centro, não como era conhecido como “Beiral”, eu acho assim que no meu ponto de vista que para mim que tenho filho, foi uma melhoria eu estar aqui, foi uma melhoria, porque você não cresce marginalizado, quantos cursos eu fiz e as pessoas diziam: “Ela não! Porque ela é do “Beiral”, ela é marginal! Ela é isso, ela é aquilo, pai das minhas próprias amigas diziam para mim, eu não quero amizade com a minha filha porque ela é de tal lugar. Depois que a gente saiu de lá, é uma coisa totalmente ao contrário, ninguém te vê como a tal pessoa do “Beiral”, não, você é você.

E na sua nova casa, você se sente discriminada pelos vizinhos por ser ex-moradora do “Beiral”?

> Olha, eu estou 4 anos aqui, eu não falo com ninguém deles aqui, os vizinhos que eu mais tive amizade foi com os venezuelanos, mas a primeira coisa que eles devem pensar é que se é do “Beiral”, esse rapaz e essa moça mexem com coisa errada, esse é o pensamento de quando nós morávamos lá. Tá aí o meu esposo, ele fez o curso vários meses no Coronel Rebouças, e quando teve que dizer uma vez onde ele morava o menino disse: “Epa! Tu mora em área vermelha, o que você está fazendo aqui no Coronel Rebouças?” (indignada), inclusive o meu irmão e o meu esposo passaram no concurso da PM de 2013 e não entraram, não entraram! Então é assim, a carga que você carrega de onde você mora, hoje a gente não tem mais, então por esse lado...

> Eu não penso nos malefícios que ficaram para trás, eu só penso no que vai beneficiar, a partir do momento que entramos aqui, foi 1º de setembro de 2017, foi quando eu e meu esposo passamos uma semana aqui e o meu pai ajudando a gente nesta semana, meu esposo falou que ia trabalhar, com uma semana ela já foi chamado para trabalhar, ele disse: "Caramba! Eu passei 2 anos no nosso comércio agora voltarei a trabalhar para os outros.", mas agora ele trabalha como promotor. E eu fico sempre em casa, cuido das crianças, estudo à noite, ele também estuda de noite, e quando não estou aqui, vou ajudar meu pai no comércio, é assim que a gente vai levando.
>
> A minha criação é totalmente diferente da que estou dando para os meus filhos, então é assim, como é a visão deles de estar vivendo lá, porque eu convivi com a venda de droga, era explícito mas meu pai sempre me ensinou o que era certo e o que era errado, ensinou para mim e para o meu irmão, sempre! Eu penso assim, que eu criaria meus filhos em um local diferente de lá, porque eles estavam muito presos dentro de casa, eu não queria que eles vivenciassem aquilo, comigo não teve influência, mas eu não queria para eles.

A antiga moradora do "Beiral", K. C. S., foi uma das entrevistadas mais relevantes na História Oral deste livro, pois ela e seu pai, próximo entrevistado, possuíam residência e comércios no "Beiral", tinham influência sobre os moradores locais, suas memórias nos remetem à reflexão sobre o viver daqueles moradores, os seus relatos trazem detalhes sobre as vivências do "Beiral"; ela e sua família residiam em uma esquina da Travessa Castelo Branco e hoje moram no Bairro 13 de Setembro, zona sul de Boa Vista.

A entrevistada K. C. S. e seu esposo enfatizaram sobre a dificuldade que tinham quando moravam no "Beiral", eram

discriminados pela localização de moradia, sentiam-se excluídos da sociedade. O último entrevistado é o seu pai, o proprietário dos comércios e bem conhecido naquela área. Seguem as narrativas, suas memórias e a expressão de sua indignação acerca da desapropriação.

O último entrevistado é o senhor A. A. S.; a entrevista foi realizada no dia 25 de novembro de 2020, às 18 horas no Bairro Calungá; os seus relatos são bem abrangentes, por ser morador e comerciante. Segue a entrevista na íntegra, como foi gravada:

ENTREVISTA 5

A Prefeitura Municipal notificou vocês que teriam que sair para a construção do Parque, nos conte como foi esse processo.

> Lá estava alagado, numa situação difícil, nunca foi um candidato lá para ajudar a retirar e fazer nada, a gente que tava lá que tinha que pagar carro para fazer mudança, para voltar. Ela (prefeita) já foi lá oferecer as coisas, mas nunca foi deixar nada para ninguém, nenhuma agulha, e eu morei 33 anos lá.
>
> As medidas que fizeram das casas eles faziam só jogando a trena assim (demonstrou com fizeram: sem preocupação em tirar as medidas exatas) e ninguém sabia o que iria acontecer, se seria removido ou não, aí tá, eles não estavam nem aí com nada, jogavam a trena, aqui e acolá .
>
> Eu tenho dois filhos, K.S e E. S., um morava na esquina, e o outro morava na outra esquina do outro lado, as três esquinas eram minha, eu tinha um estabelecimento comercial, lá tinha só de cachaça tinha mais de 2 mil caixa de cachaça, entre todas as

cachaças, agora você imagina você ser expulso, sem lugar para ficar, sem ter dinheiro, porque estava tudo investido, não tem um centavo para alugar casa, tu é obrigado a alugar casa, obrigado a transferir conta de energia da nova casa, dos outros para seu nome, porque só aluga com transferência de energia, fica sendo humilhado ali, pela gestão pública, aí chegam na sua casa e dizem que aqui é tanto, tem que fazer um contrato e tu tem que passar água e energia para seu nome mesmo alugando a casa só por 3 meses, eu com três famílias e 2 mercados igual eu tinha lá, as 3 esquinas eram minha, um comércio que tinha muita coisa, mas muita coisa mesmo. Era em frente à escola (Escola Municipal Rio Branco) e tinha muita gente, vendia sempre para as crianças, coisinhas de lanche, as 3 esquinas eram minha e o comércio tinha muita coisa.

Para você ver, eu estou com...vai fazer 4 anos que saí de lá, e eu estou ainda com umas 300 cachaças aqui ainda (me mostrou o depósito com muita mercadoria); aqui tem umas 200 caixas e aqui tem...só dessa daqui (cachaça 51) tem 12 caixas.

E lá no "Beiral", o senhor teria vendido tudo durante este período de 3 anos?

Vish! Muito tempo, eu já teria negociado umas 3 mil caixas de cachaças. E outra coisa! Eu perdi não sei quantas caixas de farinha láctea, caixa de Mucilon eu não sei a quantidade. Eu fui expulso (tristeza) eu saí...o cara tirar você da sua casa, qualquer coisa que seja, sem te dar um centavo, sem qualquer apoio, sair assim...eu, para ter uma ideia, eu fiquei com diabete, pressão, ham!

Rapaz! Não é brincadeira. Aí o cara paga o aluguel de 1 mil reais, a energia que está neste contrato, tem

aluguel de mil, tem aluguel de 2 mil, eu paguei aluguel para o meu filho, que não tem nada, estava estudando, fazendo faculdade, não tem nada e a mulher com dois filhos aí, minha filha tinha 3 filhos, teve que pagar aluguel para ela. Onde eu ia colocar essas coisas (mercadoria dos comércios)? Eu joguei aqui, entraram aqui em casa e levaram o que puderam levar (roubaram), eu não tinha a quem recorrer, você vai na delegacia e passa 3 horas para registrar um B.O. e o cara ainda fica rindo da sua cara, cheio de perguntas, a sua casa é como? Como é o teu muro? Tem o que na sua casa? Você vai registrar um B.O. e ficam perguntando o quanto eu gastei de barro e cimento, não é assim não. Eu tô aqui (delegacia) porque me roubaram, as câmeras que têm nos vizinhos, todo mundo viu, os caras parando e roubando lá.

Eu morei 33 anos no "Beiral", a minha filha nasceu lá, ela vai fazer 27 anos, nasceu e se criou lá, o outro moleque também, que está para se formar agora. Eu só me senti... porque eu fui multado e não fui comunicado, eu tinha uma microempresa, mas pagava a SEFAZ direitinho, tinha que lançar tudo no final do mês, todos os meus IPTUs eram em dias, o último IPTU que eu paguei para mim sair de lá... eu fui tão abestado que eu fui e paguei para ela poder ressarcir quem pagasse direitinho, uns que ela (prefeita) queria mostrar na televisão ela pagou um absurdo, casa que tinha um palmo aqui e outro ali, não tinha telha e nem nada e ela pagou mesmo assim. Lá em casa tinha cerâmica, minhas casas tudinho tinham cerâmica, era bem organizadinho, mais ou menos igual esta aqui. Lá a minha casa a garagem era maior que essa (casa atual) tudo na cerâmica, de baixo até o teto e eram duas garagens, entrava em uma rua e na outra avenida, era de esquina, o cara podia sair de um lado e sair pelo outro e vice-versa , não mediram nada direito, pagaram o que quiseram pagar, lá teve casa de pedaço de pau, no funda da

minha casa, um pessoal que morava lá, que assinei para eles receberem, um quadrado menor que essa varanda, eles pagaram 195 mil, e a minha era uma esquina, e só a minha área, vish! Eles mediram o que quiseram medir, fizeram o que quiseram fazer, pagaram o quiseram pagar e ainda ameaçaram a gente de... os guardas da Tereza ameaçou foi com um arma na cabeça da gente, com arma assim na nossa cabeça. Todo mundo lá falava sobre a abordagem deles, nós temos a filmagem disso.

A forma como eles tiraram a gente de lá...porque não fizeram uma reunião? Gente! Bora ver se vocês estão de acordo aqui, vocês vão ter que sair queira ou não queira, mas faça uma reunião, comunica todo mundo, mas não! As casas estavam alagadas e ela mandou sair quebrando os telhados tudinho por cima, para que fazer isso? Não era para fazer isso, eu fico indignado. Eu estou bem, trabalho todo dia, mas...

Vocês não foram notificados pela Prefeitura municipal sobre a remoção em 2017?

Nunca falaram nada, eles nunca chegaram em nós e falaram assim: olha!...ela fez às escondidas, o terminal de ônibus mesmo, o desembargador embargou toda a obra, esse terminal de ônibus era para ter...ela fez o terminal, reformou o terminal e não tinha nenhuma... e ela mandou desmanchar tudo de novo, ali tinham umas árvores, a coisa mais linda do mundo, o desembargador embargou essa obra dela e ela conseguiu mexer de novo e fazer tudo de novo. A Orla que está ali, a Orla caiu, não foi inaugurada e com 6 meses já cedeu uns 4 ou 5 cm, ela caiu e está lá. Trouxe engenheiro do Rio de Janeiro, São Paulo e não sei da onde, colocaram

concreto congelado para tentar salvar, está lá 2 anos, ela gastou milhões e milhões naquela obra ali, onde era para ter uma extensão bem maior, não teve extensão e não teve nada, já caiu pilar para lá, tem 4 pilares caídos ali. Colocaram não sei quantas toneladas de cimento congelado para tentar salvar, eu não sei, porque eu não andei mais lá, porque eu tenho...não ando mais ali, só fico no comércio aqui. A minha raiva só é essa, ajudei tanta gente lá, que estava sem documento, precisava assinar, eu ia lá e assinava, a casa da minha filha, foi 74 mil, tudo legalizadozinho, eu gastei 15 mil para arrumar os documentos fora o do terreno, o terreno com a documentação foi mais de 30 mil, fora a mão de obra e material, paguei toda documentação direitinho.

Eles pagaram o valor do terreno?

Não fizeram e ainda humilharam todo mundo, para quem ela quis pagar para sair na televisão, que foi se oferecer para sair na televisão, ela pagava direitinho e mostrava na televisão, mas hoje, uns que mostraram lá, estão passando fome, estão passando fome aí na rua. Compraram casa em bairro, lá roubaram tudo, não pode vir mais aqui, porque moravam aqui na beira do rio, jogavam a isca ali dentro do rio e pegavam o peixe e outra, o prejuízo, porque eles compravam de mim e não pagaram, ninguém vem aqui mesmo sabendo, lá tinha médico, gente da polícia civil e um monte de gente conhecido, mas não vem não. Aquele pessoal de lá ninguém vem procurar pagar a conta aqui não. A minha indignação foi só essa, nunca comunicaram a ninguém e se comunicou está mentindo, eu fiz várias reportagens com o pessoal da Universidade Federal, então é assim, cara! Desde que comunique a gente, tem uma programação e se vai melhorar o bairro, eu

sou de acordo. A maior mentira da dona Tereza foi essa, ela dizia: “Gente! Todos vocês que dependem de trabalho, a preferência do trabalho daqui é de vocês!” Eu quero que Deus não me dê vida se tem algum cara que morou no “Beiral” que trabalha para a Tereza, ela trouxe todos de Manaus, São Paulo... do pessoal dela, mas não tem nenhum do “Beiral”. O seu Jucá falou assim: “Vocês são invasores de não sei o que lá”. Como assim? Se eu pago IPTU, eu tinha tudo no documento, dado por ela mesmo, assinado, dado não, porque eu pagava para tirar, eu fiz foi rasgar lá dentro do...o título assinado pela Tereza, olha isso é da Tereza, não vale nada, porque ela não me pagou nada, rasguei lá mesmo, estava a advogada dela, não sei quem mais de onde, outro cara lá e o Dr. Eduardo, eu falei lá, e eles falaram que tinha que reconhecer no cartório, cara! Esse título foi dado pela prefeitura, não fui eu que fiz esse título e não tem validade, assinado pela Tereza. Eu tinha era tudo, mas o que houve foi falta de comunicação, era para ter feito a reunião como todo mundo, mas ela nunca ajeitou nada para ninguém. Eu recebi 190 mil de uma casa, mas as minhas casas nem se... todas as minhas casas era de cerâmica do chão ao teto, toda feito colonial, no forro e feita toda bonitinha, aqui eu ainda não fiz porque está embargado pela prefeitura, eu não posso mexer em nada aqui, ela embargou tudo aqui, eu fiz quando autorizaram a fazer, eu tenho tudo assinado, eu tenho “Habite-se” dessa parte aqui todinha (varanda) e do prediozinho aqui do lado, aí eles vieram aqui, embargaram aqui, embargaram a churrasqueira, gastei meu dinheiro, está dentro do meu terreno mas dizem que está errada, porque o mínimo era ter 5 metros de altura, por lei, já vai para 5 anos já, eu já ia forrar isso daqui mas foi embargado, só posso mexer quando eles liberarem e só passando documento lá, foi 3 mil, documento dessa obra aqui, tinha tudo aqui, documento, placa da obra, tudo pelo CREA.

Como era a sua casa no “Beiral”?

Casa grande! Casa atrás do comércio, toda na cerâmica, do chão ao teto, porque chovia de um lado, então fiz igual aqui (cerâmica na parede), eu fiz assim para não ficar umidade na casa, a cozinha todinha era até o teto também, e daí por diante e eu tinha as 3 esquinas, eu tinha uma casa muito boa e tinham 4 apartamentos, sala, cozinha, banheiro e área de serviço. O comércio era uns 30x30, só a área era 3 metros livres. Eu perdi coisa demais, farinha láctea, Mucilon, tudo! Tudo! Rapaz! O que eu perdi, de xampu, Limpol. Para tirar, iam me aperreando, o pessoal em cima, em cima, eu comprei uns 20 capas, sacos, aqueles sacos grandes de fazer cestas básicas, foi empilhado e para mim lavar aquela casa (a alugada que serviu de depósito) não podia andar, era muito xampu derramado, sabão que espocou, tinha tanta coisa, foi uma dificuldade para lavar essa casa, de tanto sabão/mercadoria perdida, as coisas ficaram jogadas aqui, aqui no corredor, não coube dentro dos quartos, o apartamento ficou cheio de cachaça em cima, não tinha onde colocar e ficou aqui, aí entraram aqui e roubaram muita coisa, depois tinha umas 15 botijas ali (varanda) eu sempre deixava as botijas porque eu tenho 3 filhos, então eles sempre precisam, um dia vieram aqui (ladrões), encostaram ali e levaram as botijas, entrou ali e pulou o muro aí e levou, aqui já entraram 5 vezes dentro de casa.

Como foi o processo de mudança do “Beiral” para sua nova casa e comércio?

Foi constrangedor, muita gente adoeceu, rapaz! Foi uma humilhação. O seu Zé pai do Carlinhos, ele a velha, moraram muitos anos, foi briga, choraram...

A casa da minha filha, eles falaram que não valia nada, pagaram 74 mil, e a mulher colocou o dedo na minha cara e disse: "Aqui não vale nada, estamos dando 74 mil porque é dado!". Eu disse: não! Se eu estivesse uma telha só para morar debaixo, sendo minha, quem tem que dar valor sou eu, não é você, não. E não interessa você, interessa que se tiver 2 telhas e eu morar debaixo e é minha, o que vale é isso, sendo minha, eu tenho valor nisso daqui, eu estou sobrevivendo debaixo daqui, então é aqui que vale. Não interessa o mundo que você vive, interessa o meu mundo, eu vivo para trabalhar aqui.

Como e quando chegou no "Beiral"?

Eu vim do Ceará, vim por causa do garimpo, até inclusive quando eu saí do garimpo eu tinha um quilo , um quilo e pouco de ouro, foi quando...é porque eu achei uns terrenos para vender aqui, eu tinha o ouro, mas não tinha o dinheiro, porque o ouro tinha perdido o valor, naquela época o Collor sacaneou o país todinho, não sei como um cara desse ainda está vivo ainda, eu conheci cara que tinha 2 quilos de ouro, estava vivendo com o dinheiro do juro, aí perdeu tudo, ele ficou comendo pão de manhã com ovos, com cafezinho , de meio-dia do mesmo jeito e morreu de desgosto, eu conheço muitos assim. Você já ouviu falar no Piauí da Panelada? Ele dizia:" Tereza, no dia que você me tirar daqui, só saio daqui morto.". A polícia foi lá tirar ele. Ele foi e comprou a corda no Klinger e se enforcou pendurado em uma árvore, ele trabalhou o dia todo retirando as coisas dele, na última viagem ele foi e se matou, ele transportou com carrinho de supermercado, cheio de panela, ele saiu dali para uma casa alugada, é até amigo meu, pegou a corda lá, e quando chegaram ele ainda estava balançando. Ele falou, que só saía dali

morto, todos ali conheciam o Piauí da Panelada, isso em 2017, ele vendia a refeição panelada, ali na bola do terminal do ônibus, tinha um lanche que era do Piauí, e do outro lado também era um pessoal conhecido que trabalhava com restaurante lá. Ninguém estava acreditando quando ele falava que sairia só morto.

Como ficou a sua saúde após toda essa mudança?

Eu fiquei com diabetes e pressão alta. Eu passei muita raiva, todos ficavam debaixo igual uma galinha, o menino por acaso arrumou uma mulher, coloquei ele para morar em um dos apartamentos, para a filha eu dei uma casa para ela, aí tem que pagar água, luz, isso vai tudo...aquela casa lá era minha, aquela casa dela, e tem outra casa aqui no Centenário que eu comprei.

Se o senhor pudesse, continuaria morando no “Beiral”?

Não, na gestão que estava lá, que não tinha outra visão, meu mundo era lá, eu já tinha 30 anos lá, eu fiquei chateado pelo fato de não comunicar, de fazer as coisas na escondida, queriam fazer do jeito...os procuradores falaram: “A reunião aqui da Tereza, ela não vem”, que chame o juiz ou quem for, ela manda um representante, nem lá ela vai, ela não fala com ninguém, ela é dona e faz é mandar. O poder dela aqui é ela que manda e pronto. Bom, se é assim, deixa pra lá.

A primeira casa ainda pagaram bem a casa, eu pedi para negociar as 3 casas logo, essas 3 esquinas e ver direitinho, disseram que não, porque tem que pagar uma, depois a outra e depois a outra. Tem que se retirar e derrubar, tinha que sair da casa, entregar a chave, aí com 8 dias o cliente recebia o dinheiro, e

esse tempo pra quem não tem dinheiro, e eu eram 3 famílias. Eu bati na tecla, gente! Eu sou um comerciante, bato todos os direitos legais, toda SEFAZ eu pago, eu tenho muita mercadoria, a situação era assim: dê o seu jeito, tu se vira. Porque nunca foi ninguém lá ajudar, morei lá 30 anos e nunca tive ajuda de ninguém, aí o cara sair porque dizem que vão indenizar e a gente vai pagar por isso. Para ter uma ideia, eu tô com diabete e pressão alta, vai fazer o que? Eu passei 3 anos gastando, eu fiquei mudando de uma casa para outra, para colocar minhas coisas (mercadoria) e a preocupação de ficar indo em uma casa, na outra e na outra, eu passei quase 2 anos de cara para cima, porque até que tu ajeita as coisas, e outra, além disso, eu saí de lá eu fui...eu fui sacaneado com a empresa, porque eu fui multado, porque não tinha endereço, como eu vou ter endereço se o meu comércio foi demolido? Se eu fui expulso de lá? Se me tiraram...porque a Prefeitura não comunicou a CERR, mesmo pagando lá tudo, a gente foi multado, porque eu não fui achado, assim e assim...pela Receita e SEFAZ, porque eu tinha que lançar todo mês, eu fiquei doido, deixei com a contadora, ela pegou...deixei 4.100,00 e deixou a empresa aberta.

A casa do meu vizinho, não era nem dele, dividia com um monte de gente, era do pai dele, até hoje eles não falam entre os irmãos, nenhum parente, por causa da casa.

A gente aqui passou uma vida difícil, conheci um rapaz que morreu quando foi desmanchar a casa, caiu lá de cima e morreu, chamaram a viatura, mas morreu. Só foi assim porque não comunicaram, estavam derrubando a casa dentro da água, a retro entrava e derrubava as casas, ficava batendo nas coisas, derrubando tudo, aí muitos que recebeu, hoje não tem nem onde morar, a maioria não tem nem onde morar.

Lá também tinha um hotel, do seu Raimundo Roraima, o hotel era de madeira todinho, ele recebeu...a Tereza para filmar, mostrar na mídia e tal, para divulgar, quem colocou para divulgar...seu Pedro também, ele é um dos antigos, diz que fazia tijolo lá, o pai dele...fazia tijolo lá embaixo, do tempo das olarias, eles são gente boa, ele e a filha dele.

A minha casa eu comprei de uma amiga minha, ela mora em Fortaleza, liguei para ela e fiz a proposta, estava uns 2 ou 3 anos a venda, ela tem "Habite-se" do prediozinho, ela pediu 300 mil, eu ofereci 250 mil, eu dividi o dinheiro das casas do "Beiral" com os meus meninos, então o dinheiro que eu tinha era esse 250 mil. Ela me ligou e fez proposta de 270, mas eu disse que eu não tinha, tinha os 250, porque eu vendi 2 casas para comprar uma casa só, depois de 3 ou 4 dias ela me liga, disse: "Não se preocupe, porque a casa é sua, vou lhe vender. Aqui é bem localizado, mas tinha quase nada, não tinha o prédio do comércio, nem essa frente, era só grade, derrubei e murei tudo.

A minha filha dava 10 passos e já estava dentro da escola, viveu sua vida lá, como ela iria sair de lá sem ter outro mundo para ela? A minha casa da casa dela dava de falar e escutava e para a escola dava de conversar dentro da escola pra casa, era bem de frente, a gente convivia lá, certo que o bairro era discriminado, mas o poder público nunca fez nada, nunca ninguém fez nada. E outra, nasceu Boa Vista dali, o primeiro porto de Boa Vista foi ali, o Said Salomão quando os caras iam...os primeiros comerciantes foram eles, cansei de conversar com ele, comprar coisas com ele, comprei o material para construir a casa lá e tudo começou ali, no início ninguém vendia com dinheiro não, trocava por querosene. Até hoje o comércio do seu Said Salomão é ali, é uma quadra inteira perto do terminal, os primeiros negócios aqui em Roraima foi o dele,

> trocava rapadura por querosene, trocava coisa por outra, carne por outra coisa.

O senhor A. A. S. residia e tinha um comércio na frente da Escola Municipal Rio Branco, e mais outros imóveis no "Beiral". Atualmente tem o comércio e residência no Calungá, próximo ao "Beiral", mas dos 5 imóveis que possuía conseguiu comprar somente 3, o dele no Calungá, um no Centenário para o filho, e outro imóvel no 13 de Setembro para a filha. A sua maior indignação foi a maneira como a Prefeitura tomou a decisão, sem consultar os moradores e impondo a saída de todos. Ele deu ênfase no prejuízo com a mercadoria, no transtorno de acomodação dos seus familiares e na questão das mercadorias dos 2 comércios.

O processo de remoção dos moradores do "Beiral" ocorreu com resistência; eles protestaram contra a decisão da Prefeitura de demolir as casas e reestruturar a área que fica às margens do rio Branco, local de moradia deles; para muitos, foi a vida inteira. As famílias alegaram que foram surpreendidas com a decisão tomada pela prefeita Teresa Surita.

As narrativas dos entrevistados nos levam a imaginar as suas vivências, o modo de viver, o conforto de conhecer seus vizinhos, ir à escola a pé, acompanhar o crescimento da cidade a partir do centro, deslocar-se com facilidade, comercializar, prestar o serviço próximo de casa, enfim, fazer parte da história de um pequeno local na área central, o "Beiral". Esses são alguns dos relatos das 340 famílias removidas do "Beiral", que foram unânimes em suas falas: gostariam de fazer parte da decisão sobre o seu próprio local de moradia, suas casas no "Beiral".

Diante dos fatos apresentados nas respostas dos moradores do "Beiral" quanto à desapropriação das famílias, o livro confirma a hipótese levantada, de que a política adotada pelo poder público municipal acabou por segregar os moradores removidos desta área,

pois as indenizações recebidas ficaram com valores abaixo do esperado.

Os gestores públicos deveriam liderar a população, contribuir para que os cidadãos tenham qualidade de vida, que se desenvolvam juntamente com a cidade. Mas, opostamente, numa falsa devoção à população, decidem os planos urbanísticos sem levar em consideração a real necessidade daquele grupo de pessoas. Agora o mirante subiu, ficou mais fácil ver a diferenciação na paisagem urbana, a segregação socioespacial, e aos moradores do "Beiral" sobraram as mazelas sociais, uma indenização com aspecto de favor.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A obra teve como objetivo geral analisar o processo de remoção dos moradores do “Beiral” como uma política pública a partir da requalificação urbana da área central de Boa Vista-RR.

Quando se iniciou a obra, constatou-se que o “Beiral” estava em processo de remoção dos moradores para a implantação de um grandioso parque. Os moradores do “Beiral”, por sua vez, desenvolveram vínculo com o lugar, construíram histórias, adquiriram memórias relacionadas ao local, aos acontecimentos vivenciados. Hoje eles estão espalhados pelos bairros da cidade.

O tema requalificação urbana e a segregação socioespacial foi definido a partir dos acontecimentos na área de estudo, o “Beiral”. Requalificar as áreas degradadas tem sido uma tendência mundial na qual, como em Boa Vista-RR, os moradores são expulsos das áreas centrais e dos equipamentos públicos urbanos.

O objetivo específico inicial era identificar os bairros do município que receberam as famílias removidas do “Beiral”, em função do processo de requalificação urbana da área central e foi alcançado com o método “bola de neve”, que é a indicação de conhecidos que moravam no “Beiral”, como também na própria pesquisa de campo nos bairros da zona oeste de Boa Vista.

O segundo objetivo específico era verificar o grau de satisfação das famílias removidas em relação ao novo local de moradia. Este objetivo foi atendido com a aplicação de questionários e pelas entrevistas realizadas com alguns dos ex-moradores do “Beiral”.

Já o último objetivo era correlacionar as mudanças em curso no “Beiral” com os processos de exclusão e segregação espacial de seus moradores originais, e isso foi alcançado com a análise documental e a geo-história do “Beiral”. As entrevistas, por sua vez, confirmaram a história pelo viés dos moradores do bairro desfeito:

a relação moradia e comércio/trabalho daqueles habitantes, o que foi rompido após a saída das 340 famílias do “Beiral”.

A obra partiu da hipótese de que a política adotada pelo poder público municipal acabou por segregar os moradores removidos desta área, pois as indenizações recebidas ficaram com valores abaixo do esperado. A hipótese foi confirmada, pois, para uma parcela dessas famílias, o valor recebido foi insuficiente para comprar outro imóvel na área central devido ao alto custo de vida, de modo que compraram em outros bairros distantes do centro, perdendo seu padrão de vida urbano.

Como problemática, esta obra analisou a área central de Boa Vista-RR, em especial o “Beiral”. Os moradores dessa área e o entorno do igarapé Caxangá foram removidos para que a prefeitura iniciasse o projeto Parque do Rio Branco.

Como fundamento para toda essa alteração no “Beiral”, a Administração Pública Municipal sempre apontou a necessidade de adequação aos parâmetros modernos de construção (transporte/segurança/viabilidade urbana/urbanização/higiene). Neste sentido, esta obra propôs o seguinte questionamento: As famílias removidas para outros bairros aprovaram a política adotada pela prefeitura?

Durante a produção da obra, o problema do livro foi respondido: as narrativas dos entrevistados constataram que houve reprovação dos moradores quanto à decisão da Prefeitura de removê-los para construir um parque no “Beiral”, não valorizando ou considerando a história e o vínculo dos moradores com o local.

A obra foi desenvolvida sob a ótica da pesquisa descritiva, fundamentada na coleta de dados primários e secundários, a qual teve o objetivo de levantar dados confiáveis. A partir da familiaridade com o problema, construiu-se a hipótese; o método utilizado foi o hipotético-dedutivo, e a abordagem foi a qualitativa.

A categoria de análise foi o espaço; os conceitos abordados fundamentaram-se nas concepções de Santos (1988; 1990; 2012),

Corrêa (2011; 2012) entre outros. Buscou-se o conhecimento teórico sobre espaço urbano, requalificação urbana, os agentes promotores do espaço e exclusão socioespacial.

Dessa forma, a pesquisa de campo envolveu o Centro e os bairros São Vicente, Calungá, 13 de Setembro, Cinturão Verde, São Bento, Senador Hélio Campos e Equatorial; possibilitou a análise do processo de remoção dos moradores do "Beiral" para os bairros mais distantes em detrimento da requalificação urbana na área central de Boa Vista.

Para isso, as ferramentas utilizadas foram as observações *in loco*, a pesquisa bibliográfica, análise de documentos, mapeamento dos moradores removidos do "Beiral", registros fotográficos, aplicação de questionários e entrevistas com 5 representantes das 340 famílias removidas.

Diante da metodologia proposta, percebe-se que o trabalho poderia ser sido realizado com maior celeridade se a Secretaria Municipal de Boa Vista contribuísse com o livro. Foi solicitado em janeiro de 2020 à Secretaria de Projetos Especiais, por meio do ofício, a colaboração com documentos, projetos, fotografias e alguns endereços das famílias que foram removidas do "Beiral" o que facilitaria a identificação dos bairros onde esses moradores estão atualmente inseridos, para uma futura entrevista, porém o pedido foi recusado. A pesquisa de campo foi realizada em 2020, iniciada em fevereiro e concluída em novembro.

Uma das limitações foi a pandemia ocasionada pela COVID-19, pois, devido à necessidade de distanciamento social as entrevistas levaram um período maior para serem realizadas. Outro entrave foi o período eleitoral. Houve resistência por parte dos possíveis entrevistados, por se tratar da mesma gestora municipal, Teresa Surita, aquela que anunciou a remoção dos moradores e a que estava em campanha política pelo seu vice-prefeito.

As recomendações para os livros futuros são: seguir o cronograma da pesquisa e submeter o projeto à Comissão de Ética

em Pessoas, com antecedência, para que a pesquisa de campo tenha um período maior para ser realizada. Estes foram os passos tomados neste livro, e que possibilitaram a realização da mesma no período programado.

Diante disso, os resultados levaram a refletir sobre os agentes promotores da cidade, onde a maioria das vezes, no contexto da cidade capitalista e do poder de consumo, o valor de troca se sobrepõe ao valor de uso, e o direito à cidade é negado a uma parcela da população.

Os resultados revelam que os moradores do "Beiral" possuíam renda maior quando residiam na área central, havia maior mobilidade urbana e menor custo com transporte. Os entrevistados declararam que foi uma surpresa o anúncio sobre a construção do parque no mesmo local de suas moradias, e que, mesmo diante desta perspectiva, desejaram permanecer no local.

Sobre os problemas apontados no novo local de moradia como segurança, adaptação ao bairro/vizinhança, transporte, entre outros, obteve-se a resposta de que, para 83% dos moradores, essas dificuldades não existiam no "Beiral". Para Corrêa (1989, p. 30) "a produção deste espaço é, antes de mais nada, uma forma de resistência e, ao mesmo tempo, uma estratégia de sobrevivência".

Não finalizando e sinalizando novas inquietações, o estudo do processo da remoção dos moradores do "Beiral" não buscou dar respostas definitivas ou universalizar o debate, mas mostrou-se proficiente e com múltiplas possibilidades de abordagens. Nesse sentido, essa obra não tem a pretensão de esgotar o assunto, mas lançar nova luz em torno da temática. Assim, acredito que este estudo possa suscitar outros pesquisadores a pensarem outras problematizações, tais como: a gentrificação na área central de Boa Vista, o crescimento vertical da malha urbana e as complicações da mobilidade urbana, entre outros aspectos.

REFERÊNCIAS

REFERÊNCIAS

ALBERTI, V. **Manual de História Oral**. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2005.

ALVES, G. A. "Processos de requalificação das áreas centrais das cidades de Belém, Marabá e São Paulo". **Geousp – Espaço e Tempo**, vol. 20, n. 2, 2016.

ALVES, G. A. "Transformações e resistências nos centros urbanos". *In*: CARLOS, A. F. A. (org.). **Crise Urbana**. São Paulo: Editora Contexto, 2018.

ANDRADE, J. P. P. "Processo de formação da Área Francisco Caetano Filho (beiral) e os problemas de urbanização e Segurança Pública". **Aspectos Sociológicos**, vol. 4, n. 2, 2011.

ANTUNES, F. R. "A baixa do poder". **Portal Eletrônico Promoção Imobiliária** [2020]. Disponível em: <https://porto.taf.net>. Acesso em: 25/08/2020.

BARBOSA, P. "Prefeitura anuncia última etapa de obra para revitalizar e integrar Beiral à Orla de Boa Vista". **Portal Eletrônico G1 Roraima** [26/04/2019]. Disponível em: <https://g1.globo.com>. Acesso em: 15/08/2019.

BATISTA, A. N. **Políticas Públicas e produção do espaço urbano em Boa Vista-RR** (Dissertação de Mestrado em Geografia). Boa Vista: UFRR, 2013.

BEAUJEU-GARNIER, J. **Geografia Urbana**. Paris: Editora da Fundação Calouste Gulbenkian, 1995.

BOA VISTA. **Lei n. 924, de 28 de novembro de 2006**. Dispõe sobre o Plano Diretor Estratégico e Participativo de Boa Vista e dá outras providências. Boa Vista: Diário Oficial do Município de Boa Vista, RR, 2006.

BRANDÃO, I. "Conheça a história e as curiosidades que marcam 125 anos de Boa Vista". **Portal Eletrônico G1 Roraima** [2015]. Disponível em: <http://g1.globo.com>. Acesso em: 10/06/2019.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília: Planalto, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 10/06/2019.

BRASIL. **Decreto-lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941**. Rio de Janeiro: Planalto, 1941. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 10/06/2019.

BRASIL. **Lei n. 10.257, de 10 de julho de 2001**. Brasília: Planalto, 2001. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 10/06/2019.

BRASIL. **Lei n° 4.132, de 10 de setembro de 1962**. Brasília: Planalto, 1962. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 10/06/2019.

BRASIL. Senado Federal. **Hélio Campos – RR**. Brasília: Senado Federal, 2020. Disponível em: <https://www25.senado.leg.br>. Acesso em: 02/07/2020.

CÂNDIDO, F. "Minha Rua Fala – Beiral". **Portal Eletrônico Folha de Boa Vista** [12/07/2017]. Disponível em: <https://folhabv.com.br>. Acesso em: 15/03/2020.

CAPEL, H. “Agentes y estratégias em laproduccíondelespacio urbano espanõl”. **Revista de geografia**, vol. 8, n. 1-2, julho, 1974.

CARDOSO, L. **Transporte público, acessibilidade urbana e desigualdade socioespaciais na região metropolitana de Belo Horizonte** (Tese de Doutorado em Geografia). Belo Horizonte: UFMG, 2007.

CARLOS, A. F. A. “A reprodução do espaço urbano como momento da acumulação capitalista”. *In*: CARLOS, A. F. A. (org.). **Crise Urbana**. São Paulo: Editora Contexto, 2015.

CARLOS, A. F. A. “Da “Organização” à “produção” do espaço no movimento do pensamento geográfico”. *In*: CARLOS, A. F. A.; SOUZA, M. L.; SPOSITO, M. E. B. (orgs.). **A produção do espaço urbano**: agentes e processos, escalas e desafios. São Paulo: Editora Contexto, 2011.

CARLOS, A. F. A. **A (Re) Produção do Espaço Urbano**. São Paulo: Editora da EDUSP, 2008.

CARLOS, A. F. A. **O Espaço Urbano**: novos escritos sobre a cidade. São Paulo: Editora FFLCH, 2007.

CASTEL, R. **A Metamorfose da Questão Social**: uma crônica do salário. Petrópolis: Editora Vozes, 1998.

CASTELLS, M. **A Questão Urbana**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1983.

CAVALCANTE, F. “Parque de Rio Branco: obras avançam para dar aos boa-vistenses o maior cartão postal da cidade”. **Portal Eletrônico da Prefeitura de Boa Vista** [18/05/2020]. Disponível em: <https://www.boavista.rr.gov.br>. Acesso em: 17/06/2020.

CAVALCANTE, F. “Parque de Rio Branco: Prefeita Teresa Surita anuncia projeto de revitalização do Caetano Filho”. **Portal Eletrônico da Prefeitura de Boa Vista** [14/09/2017]. Disponível em: <https://www.boavista.rr.gov.br>. Acesso em: 20/06/2019.

CAVALCANTE, V. D. N. **Entrevista gravada com os ex-moradores do Beiral**. Entrevista concedida à pesquisadora Pâmola Walter no dia 21 de outubro de 2020. Boa Vista: UFRR, 2020 (CD-ROM).

CLARK, D. **Introdução à Geografia Urbana**. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil S.A, 1991.

CORRÊA, R. L. “Sobre Agentes Sociais, Escala e Produção do Espaço: Um Texto para Discussão”. *In*: CARLOS, A. F. A.; SOUZA, M. L.; SPOSITO, M. E. B. (orgs.). **A produção do espaço urbano**: agentes e processos, escalas e desafios. São Paulo: Editora Contexto, 2011.

CORRÊA, R. L. **O Espaço Urbano.** São Paulo: Editora Ática, 1989.

CORRÊA, R. L. **O Espaço Urbano**. São Paulo: Editora Ática, 1995.

CORRÊA, R. L. **Trajetórias Geográficas**. Prefácio Milton Santos. Rio de Janeiro: Editora Bertrand, 2001.

CORRÊA, R. L.; GOMES, P. C. C.; CASTRO, I. E. (orgs.). **Geografia**: conceitos e temas. Rio de Janeiro: Editora Bertrand, 2011.

DI PIETRO, M. S. Z. **Direito Administrativo**. São Paulo. Editora Atlas, 2002.

ENGELS, F. **The Housing Question**. New York: s/d, 1935.

ESPING-ANDERSEN, G. **Fundamentos sociales de las economias postindustriales**. Barcelona: Editora Ariel, 2000.

FARIAS, M. V. A. **As territorialidades do "Beiral" no contexto da reprodução do espaço em Boa Vista-RR** (Dissertação de Mestrado em Geografia). Boa Vista: UFRR, 2014.

FERREIRA, V. M.; LUCAS, J.; GATO, M. A. "Requalificação urbana ou conversão urbanística?". *In*: FERREIRA, V. M.; INDOVINA, F. (orgs.). **A cidade da Expo'98**: uma conversão na frente ribeirinha de Lisboa?. Lisboa: Editora Bizâncio, 1999.

FIGUEIREDO, J. P. A. B.; FERREIRA, M. M. **Usos e Abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2006.

FOLHA DE BOA VISTA. "Associação de moradores comemora 12 anos de criação do bairro São Bento". **Portal Eletrônico Folha de Boa Vista** [21/01/2017]. Disponível em: <https://folhabv.com.br>. Acesso em: 11/05/2020.

FOLHA DE BOA VISTA. "Imóvel tem danos causados por obras no Centro, diz proprietária. Patrimônio histórico". **Portal Eletrônico Folha de Boa Vista** [03/06/2020]. Disponível em: <https://folhabv.com.br>. Acesso em: 15/06/2020.

FRANCO, N. "Moradora reclama de vala no bairro Senador Hélio Campos". **Portal Eletrônico Folha de Boa Vista** [2020]. Disponível em: <https://folhabv.com.br>. Acesso em: 02/07/2020.

GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T. (orgs.). **Métodos de Pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. São Paulo: Editora Atlas, 2008.

GODOY, A. S. "Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais". **Revista de Administração de Empresas**, vol. 35, n. 3, maio/junho, 1995.

GOTTDIENER, M. **A Produção Social do Espaço Urbano**. São Paulo: Editora da EDUSP, 2010.

HARVEY, D. "O direito à Cidade". **Lutas Sociais**, n. 29, julho/dezembro, 2012.

HARVEY, D. **A Justiça Social e a Cidade**. São Paulo: Editora Hucitec, 1980.

HARVEY, D. **Paris, Capital of Modernity**. New York: s/d, 2003.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2010**: densidade demográfica. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 05/03/2019.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2010**: população cinturão verde. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 09/06/2020.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Dados Demográficos**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 05/05/2019.

JÚNIOR, A. "Criado para ser exemplo após a invasão, São Bento ainda sofre com mazelas". **Portal Eletrônico Folha de Boa Vista**

[26/01/2016]. Disponível em: <https://folhabv.com.br>. Acesso em: 20/06/2020.

JUSTEN F, M. **Curso de Direito Administrativo**. Belo Horizonte: Editora Fórum, 2011.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos de Metodologia Científica**. São Paulo: Editora Atlas, 2000.

LEFEBVRE, H. **A Produção do Espaço**. Nicholson-Smith Oxford: Basil Blackwell, 1991.

LEFEBVRE, H. **Espacio y Política**. Barcelona: Editora Península, 1976.

LEFEBVRE, H. **O Direito à Cidade**. São Paulo: Editora Centauro, 2001.

MALHOTRA, N. **Pesquisa de Marketing**. Porto Alegre: Editora Bookman, 2001.

MARICATO, E. "Melancolia na desigualdade urbana". **Portal Eletrônico do Café Filosófico CPFL - TV Cultura** [04/2017]. (47min), son., color. Disponível em: <https://youtube.com>. Acesso em: 23/08/2019.

MARICATO, E. **Brasil, Cidades**: alternativas para a crise urbana. Petrópolis: Editora Vozes, 2013.

MARISCO, L. M. O. **A Norma e o fato**: abordagem analítica da segregação socioespacial e exclusão social a partir dos instrumentos urbanísticos (Tese de Doutorado em Geografia). Presidente Prudente: UNESP, 2003.

MARQUES, E. **Redes Sociais, Segregação e Pobreza em São Paulo**. São Paulo: Editora da UNESP, 2010.

MONTEIRO, A. R. **Habitação e produção do espaço urbano**: o programa minha casa, minha vida e seus desdobramentos no conjunto residencial Cruviana, em Boa Vista/RR (Dissertação de Mestrado em Geografia). Boa Vista: UFRR, 2015.

MOURA, D.; GUERRA, I.; SEIXAS, J.; FREITAS, M. J. "A Revitalização Urbana: Contributos para a Definição de um Conceito Operativo". **Cidades – Comunidades e Territórios**, n. 12/13, dezembro, 2006.

MOURA, M. N. **Entrevista gravada com os ex-moradores do Beiral**. Entrevista concedida à pesquisadora Pâmola Walter no dia 07 de outubro de 2020. Boa Vista: UFRR, 2020 (CD-ROM).

NISTAL, L. C. **A dinâmica das ocupações de áreas de potencial exposição a agentes químicos, físicos e biológicos, nocivos à saúde humana. Estudo de caso**: Bairro São Bento, Boa Vista, Roraima (Dissertação de mestrado em Ciências na área de Saúde Pública). Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz, 2014.

OLIVEIRA, R. G. **Projeto KuwaiKîrî**: a experiência amazônica dos índios urbanos de Boa Vista – Roraima. Boa Vista: Editora da UFRR, 2010.

OLIVEIRA, R. S. "Do rio ao traçado urbano, e novamente ao rio (alguns apontamentos para pensar a cidade de Boa Vista/RR)". **Revista ACTA Geográfica**, ano II, n. 3, 2008.

PIEVE, E. M. N. **O direito à cidadania no espaço urbano**: o desafio no deslocamento por transporte público (ônibus) e por

transporte alternativo (táxi-lotação) em Boa Vista-RR (Dissertação de Mestrado em Geografia) Boa Vista: UFRR, 2018.

PORTAL RORAIMA. “Chuva forte nesta madrugada alaga ruas e casas e causa prejuízos em Boa Vista”. **Portal Eletrônico Roraima** [06/07/2020]. Disponível em: <https://www.roraima1.com.br>. Acesso em: 07/07/2020.

PORTELLI, A. “O que faz a história diferente”. **Revista do Programa de Estudos Pós-graduados de História**, vol. 14, 1997.

PRETO, Z. **Beiral**. Boa Vista: Lei 7.505 de Incentivo à Cultura, 1987.

RIBEIRO, E. “Drenagem - Obras da prefeitura eliminam ponto crítico de alagamento no bairro Equatorial”. **Portal Eletrônico da Prefeitura de Boa Vista** [05/2020]. Disponível em:<https://www.boavista.rr.gov.br>. Acesso em: 07/07/2020.

RIBEIRO, V. D. J. **Entrevista gravada com a moradora do Bairro São Bento**. Entrevista concedida à pesquisadora Pâmola Walter no dia 22 de junho de 2020. Boa Vista: UFRR, 2020 (CD-ROM).

RICE, A. H. **Exploração da Guiana Brasileira - 1875-1956**. São Paulo: Editora da USP, 1978.

RODRIGUES, A. B. **Turismo e Espaço Rumo a um conhecimento transdisciplinar**. São Paulo: Editora Hucitec, 1999.

ROSA FILHO, A. Req**ualificação da área central e intervenções urbanas na cidade de Boa Vista-RR**. Boa Vista: Editora da UFRR, 2018.

SANTOS, A. A. **Entrevista gravada com os ex-moradores do Beiral**. Entrevista concedida à pesquisadora Pâmola Walter no dia 25 de novembro de 2020. Boa Vista: UFRR, 2020 (CD-ROM).

SANTOS, K. C. **Entrevista gravada com os ex-moradores do Beiral**. Entrevista concedida à pesquisadora Pâmola Walter no dia 25 de novembro de 2020. Boa Vista: UFRR, 2020 (CD-ROM).

SANTOS, M. "Aula Inaugural do ano letivo de 1999 da Universidade Federal da Bahia - Seminário Milton Santos e o Brasil, Salvador". **Portal Eletrônico Milton Santos** [17-19/07/2002]. Disponível em: <http://miltonsantos.com.br>. Acesso em 14/08/2020.

SANTOS, M. **A Urbanização Brasileira**. São Paulo: Editora Hucitec, 1993.

SANTOS, M. **Espaço e Método**. São Paulo: Editora da USP, 2012.

SANTOS, M. **Metamorfoses do Espaço Habitado**: fundamentos teóricos e metodológicos da geografia. São Paulo: Editora Hucitec, 1988.

SANTOS, M. **Por uma Geografia Nova**. São Paulo: Editora Hucitec, 1990.

SANTOS, T. A. **Entrevista gravada com os ex-moradores do Beiral**. Entrevista concedida à pesquisadora Pâmola Walter no dia 02 de novembro de 2020. Boa Vista: UFRR, 2020 (CD-ROM).

SILVA, A. M. R. **Requalificação Urbana**: o exemplo da intervenção Polis em Leiria (Dissertação de mestrado em Geografia com ênfase em Ordenamento do Território e Desenvolvimento). Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2011.

SILVA, P. R. F. "Dinâmica territorial urbana e impactos ambientais nas cidades amazônicas - uma análise a partir de Boa Vista – Roraima". **Anais do IX Simpósio Nacional de Geografia Urbana – IX - SIMPURB**. Manaus: EDUA, 2005.

SILVA, P. R. F. **Dinâmica territorial Urbana em Roraima – Brasil** (Tese de Doutorado em Geografia). São Paulo: USP, 2007.

SOUZA, M. L. **ABC do Desenvolvimento Urbano**. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 2011.

TAJUJÁ, L F. **Conjunto Habitacional Cruviana**. Boa Vista: Empresa de Desenvolvimento Urbano e Habitacional - Comunicação Oral, 2020.

TEDESCO, J. C. **Nas Cercanias da Memória**: temporalidade, experiência e narração. Caxias do Sul: Editora EDUCS, 2004.

THOMPSON, P. **A Voz do Passado**: história oral. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1992.

TRINDADE JÚNIOR, S. C. "Estratégias de Desenvolvimento e Discurso do Declínio em Políticas de Requalificação Urbana no Brasil e na Europa". **Revista Cidades**, vol, 7, n. 11, 2010.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais**. São Paulo: Editora Atlas, 1987.

VALE, A. L. F. **Migração e Territorialização**: as dimensões territoriais dos nordestinos em Boa Vista/RR (Tese de Doutorado em Geografia). São Paulo: USP, 2007.

VERAS, A. T. R. **A produção do espaço urbano de Boa Vista-Roraima** (Tese de Doutorado em Geografia). São Paulo: USP, 2009.

VILLAÇA, F. **Espaço intra-urbano no Brasil**. São Paulo: Editora Lincoln Institute, 1998.

WALTER, P. A. L. **Trabalho de campo sobre a requalificação urbana no Beiral de Boa Vista-RR**. Boa Vista: UFRR, 2020 (CD-ROM).

WANKLER, C. M.; SOUZA, C. M. "Topofilia à beira do rio: Boa Vista em Beiral, de Zeca Preto". *In*: SILVA, F. B.; NASCIMENTO, L. (orgs.). **Cartografias urbanas**: olhares, narrativas e representações. Rio de Janeiro: Editora Letra Capital, 2013.

SOBRE A AUTORA

SOBRE A AUTORA



Pâmola Andreia Lemke Walter é esposa, mãe, licenciada em Geografia e mestra em Geografia pela Universidade Federal de Roraima (UFRR). Foi bolsista do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID), do Programa de Residência Pedagógica e da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoa de Nível Superior (CAPES). Desenvolve pesquisas na área de Geografia urbana desde o Projeto de Iniciação Científica (PIC) e posteriormente com o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) e a Disssertação do Mestrado. Comprometida com a transformação social e a cidadania, se dedica à pesquisa da Geografia Urbana nos temas requalificação urbana e segregação socioespacial. E-mail para contato: pamolaandreia@gmail.com

NORMAS DE PUBLICAÇÃO



NORMAS PARA PUBLICAÇÃO

A editora IOLE recebe propostas de livros autorais ou de coletânea a serem publicados em fluxo contínuo em qualquer período do ano. O prazo de avaliação por pares dos manuscritos é de 7 dias. O prazo de publicação é de 60 dias após o envio do manuscrito.

O texto que for submetido para avaliação deverá ter uma extensão de no mínimo de 50 laudas. O texto deverá estar obrigatoriamente em espaçamento simples, letra Times New Roman e tamanho de fonte 12. Todo o texto deve seguir as normas da ABNT.

Os elementos pré-textuais como dedicatória e agradecimento não devem constar no livro. Os elementos pós-textuais como biografia do autor de até 10 linhas e referências bibliográficas são obrigatórios. As imagens e figuras deverão ser apresentadas dentro do corpo do texto.

A submissão do texto deverá ser realizada em um único arquivo por meio do envio online de arquivo documento em Word. O autor / organizador / autores /organizadores devem encaminhar o manuscrito diretamente pelo sistema da editora IOLE: http://ioles.com.br/editora

Copyright © Editora IOLE
2021

CONTATO

EDITORA IOLE

Caixa Postal 253. Praça do Centro Cívico

Boa Vista, RR - Brasil

CEP: 69.301-970

@ http://ioles.com.br/editora

+ 55 (95) 981235533

✉ eloisenhoras@gmail.com